

Susi Mara Freddi

**A AGRICULTURA URBANA E O “BEM VIVER” NOS
ESPAÇOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
HORTAS COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
JOINVILLE/SC.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Agroecossistemas. Orientação: Prof. Dr. Clarilton E. D. C. Ribas.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Freddi, Susi Mara

A Agricultura Urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC. / Susi Mara Freddi ; orientador, Clarilton E. D. C. Ribas - Florianópolis, SC, 2015.

166 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. bem viver. 3. agricultura urbana. 4. hortas comunitárias. I. Ribas, Clarilton E. D. C.. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

**“A Agricultura Urbana e o “Bem Viver”
nos Espaços Urbanos: um estudo de
caso sobre as hortas comunitárias do
Município de Joinville/SC”**

Por

Susi Mara Freddi

Dissertação julgada adequada, em 30 de março de 2015, e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Desempenho Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.

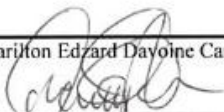


Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella (Coordenador do Programa)

Banca Examinadora:



Dr. Clarifton Edvard Dayoine Cardoso Ribas, (Presidente /Orientador)



Dr. Oscar José Rover (Membro Titular Interno/PGA/UFSC)



Dr. Rosilane Neckel (Membro Titular Externo/HST/UFSC)



Dr. Marlene Grade (Membro Titular Externo/DZDR/UFSC)

Candidata ao título:



Susi Mara Freddi

Florianópolis, 30 de março de 2015

*Aos meus pais, Ivone e Neri.
Às agricultoras e agricultores urbanos de Joinville.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração a todas as pessoas que fizeram parte da minha história, ontem, hoje e sempre.

A minha mãe Ivone e meu pai Neri, por me possibilitarem a dádiva da vida e os valores e princípios que me fazem ser gente. Mesmo estando longe, sempre se empenharam para acompanhar a minha trajetória, nas dificuldades e nos avanços. Por abrirem mão dos seus sonhos, para sonhar os meus.

Aos meus irmãos, Jeferson e Geverton, por me amarem independente da distância e dos objetivos de vida.

A minha querida irmã Juliana, de coração por todo sempre.

Ao meu companheiro, amigo e amor Alexandre, pela paciência durante esses últimos dias e, sobretudo, por somar sua vida à minha.

Ao vislumbrar o término desta dissertação, como uma retrospectiva, vêm à lembrança os momentos de dúvidas e de curiosidades que me estimularam a arriscar saborear um pouco da Filosofia da Grécia antiga. Quanto a isso, devo meus sinceros agradecimentos ao meu amigo e orientador, Prof. Clarilton Ribas, por transformar minhas tempestades de ideias em poesia, indo muito além da sua função de orientador. Obrigada por me ajudar a desvelar a dimensão filosófica da agricultura urbana. Por sempre confiar em mim e por me tornar uma pessoa melhor.

Nessa relação de orientação tenho que agradecer também a colaboração da Professora Valeska, que sempre se mostrou disposta em contribuir. À Marina também, sem palavras pelas excelentes considerações metodológicas. Ao Ilzo e à Domitila, pela colaboração na formatação.

Além disso, agradeço às pessoas que encontrei em momentos que pareceram coincidências, e contribuíram com alguns olhares para as análises. Para registrar essas coincidências, destaco os encontros, também de orientação, com a Juliana Torquato Luiz, por todo seu entusiasmo, me apontando novos caminhos para a agricultura urbana.

Nesta etapa que se encerra algumas instituições e, mais do que tudo, algumas pessoas acreditaram em mim e na importância deste trabalho. Por isso, meus sinceros agradecimentos: À Universidade Federal de Santa Catarina, por ter sido palco da minha transformação, desde a graduação até a pós-graduação. Em especial ao LECERA, minha segunda casa, e às pessoas amigas, companheiras e verdadeiras

com quem, aí fiz, minha segunda família. Neste local aprendi a viver em grupo, a acolher diferenças, me descobri militante e guerreira. Agradeço a cada pessoa que durante oito anos de luta e convivência, harmoniosa ou não, passou pelo LECERA e colaborou para minha evolução, pessoal e profissional.

Às Bruxas da Ilha, pela amizade e boas vibrações. Aos meus amigos de sempre e de vários lugares, por torcerem por mim, independente de onde estiverem. Aos primos-amigos de longe, pela boa companhia (e pelos lanchinhos) enquanto eu mergulhava na elaboração dessa dissertação.

Agradeço aos integrantes da banca que aceitaram o convite e contribuíram para qualificar este trabalho.

Por fim, e não menos importante, a todas as agricultoras e agricultores urbanos que gentilmente me receberam nas hortas e em suas casas, contaram suas histórias e são sem dúvidas os grandes colaboradores deste trabalho. Obrigada pela simplicidade e emoção despertada em seus depoimentos, por mostrarem que a vida é ainda mais bonita do que parece e que, com sua poesia, sua esperança e sua cultura, é possível acreditar num bem viver.

*“Escolhe um trabalho de que gostes, e
não terás que trabalhar nem um dia
na tua vida.”*

(Confúcio)

RESUMO

Este trabalho teve como pano de fundo apresentar uma experiência de agricultura urbana que deu certo, que tem potencial para ser um instrumento resgatador de sentimentos e valores humanos que transpõem o conceito de qualidade de vida. O objetivo desta dissertação foi examinar as contribuições da Agricultura Urbana para o bem viver no espaço das cidades, a partir da experiência de agricultoras e agricultores urbanos das hortas comunitárias do município de Joinville. As Hortas Comunitárias Girassol, dos Ipês e da Figueira são o recorte dessa pesquisa e foram articuladas e implantadas, a partir de 2008, pelo Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com recursos do extinto Programa de Agricultura Urbana do Governo Federal. A metodologia adotada privilegiou procedimentos que permitissem uma análise qualitativa. A técnica do grupo focal foi utilizada para levantamento dos dados e a análise de conteúdo para compreender criticamente o sentido das comunicações e suas significações. Para captar a essência e as nuances das contribuições da agricultura urbana investigada optou-se por elaborar um construto sobre bem viver. No referencial teórico interdisciplinar, pautado nos contributos da filosofia grega, notadamente sobre a noção geral de felicidade, bem como nas teorias de Marx sobre o trabalho e na de Max-Neef sobre o desenvolvimento da escala humana, encontrou-se fundamentos universais úteis ao debate sobre bem viver. Efeitos benéficos no campo do econômico, social, subjetivo/simbólico e da saúde foram apontados pelos agricultores urbanos como derivados da prática da agricultura urbana, norteando a elaboração do construto. Ideias como liberdade, respeito, realização pessoal, companheirismo, solidariedade, generosidade, amizade, prazer em viver, pertencimento, soberania alimentar, trabalho libertador e um completo bem-estar físico, mental e social, extraídas da pesquisa podem ser apontadas como noções aglutinadoras para o entendimento que se elaborou sobre bem viver. A partir das análises e reflexões desta pesquisa se supõe possível existir um bem viver para aquelas pessoas, naquelas condições, no tempo e nos espaços em que vivem, o qual se chamou de bem viver contingente. Talvez, a maior contribuição da agricultura urbana para o bem viver se dê pelo seu potencial de intervenção no plano da cultura. Para além de provedora de alimentos saudáveis e frescos, constitui-se num lócus do fazer político no qual as populações, sobretudo as desassistidas, vão lentamente transformando-se de um mero número nas estatísticas, para cidadãos dotados de direitos e deveres. Supondo-a num cenário promissor com condições políticas de se materializar, a agricultura urbana poderia representar uma generosa circunstância segundo a qual as pessoas teriam a

possibilidade de se aproximar, ou mesmo de se reencontrar, com a noção de bem viver.

Palavras-chave: *bem viver, agricultura urbana, hortas comunitárias.*

ABSTRACT

This work had as backdrop to present an experience of urban agriculture that worked, that has the potential to be a rescuer instrument of feelings and human values that transpose the concept of quality of life. The objective of this dissertation was to examine the Urban Agriculture contributions to a good way of living in the space of the cities, from the experience of urban agriculturists of the city of Joinville's communitarian gardens The Girassol, Ipês and Figueira community gardens, are the clipping of this research and were articulated and implemented since 2008, by the Rural Education and Agrarian Reform Studies Laboratory(LECERA) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) with funds from the Federal Government's defunct National Urban Agriculture Program. The adopted methodology focused on procedures that allowed a qualitative analysis. The focus group technique was used to survey data and content analysis to critically understand the speeches and their meanings. To capture the essence and the nuances of the investigated urban agriculture contributions we decided to develop a construct of good living. In the interdisciplinary theoretical referential, guided by the Greek philosophy contributions, notably on the general notion of happiness, as well as on the theories of Marx about the workplace and of Max-Neef on the human scale development, it was found universal fundamentals relevant to the good living debate. Beneficial effects in the economic, social, subjective/symbolic and health field were appointed by urban agriculturists as derived from the practice of urban agriculture, guiding the elaboration of the construct. Ideas such as freedom, respect, personal achievement, Fellowship, solidarity, generosity, friendship, happy living, belonging, food sovereignty, liberating work and a complete physical, mental and social well-being, that were extracted from the survey can be identified as agglutinating notions to the understanding of what was elaborated about good living. From the analysis and reflections of this research it is believed to be possible the existence of a good living to those people, under those conditions, in the time and in the spaces in which they live, which is called good living contingent. Perhaps the greatest contribution of urban agriculture to good living is given by its potential for action in the field of culture. In addition to providing healthy and fresh food, it constitutes a political locus in which the population, especially the most neglected, slowly become, from a mere number in statistics, citizens

with rights and duties. Assuming a promising scenario with political conditions to materialize, urban agriculture could represent a generous condition whereby people would have the possibility to approach, or even to be reunited, with the notion of good living.

Keywords: *good living, urban agriculture, community gardens.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. As ações estratégicas da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para a Agricultura Urbana.....	66
Quadro 02. Diretrizes da Política Nacional de Agricultura Urbana.....	68
Quadro 03. Propostas de AU aprovadas na III Conferência Nacional de SAN.....	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa de Santa Catarina, destacada a região metropolitana norte/nordeste catarinense, área de abrangência do CAAUP.....	34
Figura 02. Recorte espacial da pesquisa.....	35
Figura 03. Selo do Programa de Agricultura Urbana.....	70
Figura 04. Placa de Identificação e ato de inauguração do CAAUP Terra Viva, Assentamento Conquista do Litoral, Garuva/SC.....	105
Figura 05. Divulgação no site da UFSC da premiação concedida ao LECERA pelo trabalho com a Agricultura Urbana.....	109
Figura 06. Localização de Joinville em Santa Catarina.....	110
Figura 07. Vista aérea da Horta Comunitária Girassol.....	112
Figura 08. Horta Comunitária Girassol.....	113
Figura 09. Vista parcial da Horta Comunitária Girassol.....	113
Figura 10. Protagonismo das mulheres agricultoras da Horta Comunitária Girassol.....	114
Figura 11. Vista aérea Horta Comunitária dos Ipês.....	116
Figura 12. Sistema de captação de água da chuva.....	117
Figura 13. Produção na Horta Comunitária dos Ipês.....	118
Figura 14. Agricultores urbanos no plantio da cenoura.....	119
Figura 15. Vista aérea do espaço da horta.....	120
Figura 16. Área inicial da Horta Comunitária da Figueira.....	121
Figura 17. Trabalho de expansão do espaço físico da horta.....	122
Figura 18. O protagonismo da mulher na agricultura urbana.....	123
Figura 19. Efeitos derivados da prática da AU e relacionados pelos agricultores urbanos com a noção de bem viver.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Instrumento para elaboração do construto.....	31
Tabela 02. Matriz de necessidades e satisfactores.....	53
Tabela 03. Detalhamento dos projetos selecionados Edital SESAN/MDS 05/2008.....	72
Tabela 04. Sistematização da legislação brasileira sobre AU.....	81
Tabela 05. Sistematização do construto de bem viver.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AU – Agricultura Urbana
AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
BP – Brigadas Populares
CAAUP – Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CGAAU – Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana do MDS
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPERDOTCHI – Cooperativa de Produção e Industrialização
Dolcimar Luis Brunetto
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBSSAN – Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES – Instituto para Promoção do Desenvolvimento Sustentável/Peru
IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
LECERA – Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MMTU – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas
MNLM - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados
NIS – Número de Inscrição Social
OGM – Organismo Geneticamente Modificado

ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
a) Objetivos	27
b) Questões norteadoras e hipóteses da pesquisa	27
c) Considerações Metodológicas	28
d) Organização da Dissertação.....	36
CAPÍTULO I. O BEM VIVER NO ESPAÇO DAS CIDADES.....	39
1.1 AS PRINCIPAIS VERTENTES TEÓRICAS DO CONSTRUTO DE BEM VIVER.....	39
1.1.1 O bem viver na dimensão da filosofia.....	39
1.1.2 O bem viver na dimensão do trabalho.....	46
1.1.3 O bem viver na dimensão das necessidades humanas.....	51
CAPÍTULO II. AGRICULTURA URBANA.....	59
2.1 A AGRICULTURA URBANA COMO UMA RESPOSTA ÀS DINÂMICAS E AOS DESAFIOS URBANOS	59
2.2 A AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO BRASILEIRO..	62
2.2.1 A Política Pública Federal de Agricultura Urbana.....	65
2.2.2 Por que não deu certo?	74
2.2.3 Os marcos teóricos e legais sobre AUP no Brasil	80
2.3 MAS AFINAL, O QUE É AGRICULTURA URBANA?.....	89
2.3.1 Benefícios associados à AU	93
2.3.2 Conflitos de interesse que freiam a manifestação e expansão da AU.....	95
2.3.3 Modalidade de Agricultura Urbana – as hortas comunitárias.	99
CAPÍTULO III. A AGRICULTURA URBANA QUE DÁ CERTO: A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS COMUNITÁRIAS DE JOINVILLE.	103
3.1 O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA: da experiência local ao aporte de conhecimentos para a construção de políticas públicas.....	103
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	109
3.3 PERFIL DOS GRUPOS.....	112
3.3.1 Horta Comunitária Girassol	112
3.3.2 Horta Comunitária dos Ipês.	115
3.3.3 Horta Comunitária da Figueira.....	119
3.4 EFEITOS DERIVADOS DA PRÁTICA DA AU E RELACIONADOS COM BEM VIVER.....	124
a) Efeitos no campo da Saúde	126
b) Efeitos no campo do Subjetivo/simbólico (ser indivíduo).....	128
c) Efeitos no campo do Econômico	131

d) Efeitos no campo do Social (ser coletivo).....	135
3.5 A NOÇÃO DE BEM VIVER.....	139
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
5. REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – suporte para o grupo focal.....	162
APÊNDICE B - MATRIZ PRÉVIA DO CONSTRUTO.....	164

INTRODUÇÃO

As inquietações que resultaram na elaboração desta dissertação são fruto da experiência de trabalho (e de vida) da pesquisadora com o tema da Agricultura Urbana (AU), por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária – LECERA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Esta pesquisa teve como palco o município de Joinville, situado no litoral norte de Santa Catarina. Nas lentes desse trabalho estão agricultoras e agricultores urbanos das Hortas Comunitárias Girassol, dos Ipês e da Figueira deste município.

No âmbito da agricultura urbana, o tema das hortas comunitárias é abordado como uma forma de expressão coletiva de produção de alimentos e organização local (BIEL & CABANNES, 2009). Principalmente na última década, a literatura emergente caracteriza essa modalidade como processo de intervenção, como respostas localmente construídas (ALONSO, 2009; VEENHUIZEN, 2006).

Para além dos benefícios materiais, mensuráveis e possíveis com a prática da AU, como é o caso do acesso a alimentos saudáveis e a complementação da renda com a comercialização dos excedentes das hortas, outras contribuições no campo do subjetivo/simbólico afloraram, suscitando reflexões mais profundas que transcendiam uma abordagem apenas tecnicista da AU. Noções como solidariedade, generosidade, companheirismo e apontamentos dos próprios agricultores urbanos que se percebiam alegres, saudáveis (do ponto de vista clínico) e dispostos para realizar um trabalho prazeroso e cheio de sentidos e lembranças, por meio da agricultura urbana (da horta urbana), foram elementos aglutinadores para a proposição desta pesquisa.

De início, propusemos trabalhar como o termo qualidade de vida, na expectativa que o mesmo pudesse representar o conjunto dos sentidos atribuídos à prática da AU pelos sujeitos envolvidos nas hortas comunitárias de Joinville. Chegamos a ponderar operar a partir de um conceito amplo de saúde, como o estabelece a ONU, Organização das Nações Unidas, resumidamente definido como sendo um perfeito estado de bem estar físico, psíquico e social. Contudo, observando e avaliando as informações e dados da fase exploratória, tanto provindos de literatura específica quanto de percepções dos próprios agricultores, percebemos ser insuficiente expressar a essência desse trabalho e, portanto, a essência do trabalho dos agricultores urbanos de Joinville, a partir dos conceitos de qualidade de vida e de saúde, já que noções como solidariedade, cooperação, generosidade e companheirismo não estão

neles contempladas, e são componentes essenciais em uma vida cheia de sentido¹.

Durante anos, diversas áreas da medicina incorporaram o conceito qualidade de vida e reconheceram a necessidade de criar instrumentos genéricos e específicos para medir o bem estar das pessoas (TAMBURINI, 1998). Contudo, antes mesmo das ciências da saúde fazerem uso, esse conceito já era discutido por economistas, cientistas sociais e políticos. As discussões sobre a elaboração de construtos que ampliassem a noção restrita do termo levaram a mudanças significativas na arquitetura dos instrumentos de aferição. A mais importante, sem dúvida, foi a inclusão de parâmetros subjetivos nas avaliações, ou seja, de parâmetros que levem em conta a percepção subjetiva do indivíduo de sua própria condição (PASCOAL, 2000).

Dessa forma, o foco dessa pesquisa recaiu sobre o indivíduo, visto ser o único que sente e pode avaliar, objetiva e subjetivamente, sua situação (NEUGARTEN et al, 1961; LAWTON, 1983).

Partimos então para a construção de uma noção de bem viver, a partir da elaboração de um construto, visto que além de ser um termo recorrente nas falas dos agricultores, para nós pesquisadores soa mais condizente com o que representa a prática da agricultura nos espaços urbanos. Assim, o conceito da ONU, bem como tantos outros sobre qualidade de vida, estão contidos em nosso entendimento, em nossa noção de bem viver, que seguramente trata-se de uma construção mais ampla, sem fronteiras² ao imaginário de cada sujeito envolvido na pesquisa.

No referencial teórico interdisciplinar que construímos, pautado nos contributos da filosofia grega, notadamente sobre a noção geral de felicidade, bem como nas teorias de Marx sobre o trabalho e na de Max-Neef sobre o desenvolvimento a escala humana, encontramos fundamentos universais úteis ao debate sobre bem viver.

Há milhares de anos, desde que a primeira população urbana se estabeleceu, as atividades agrícolas existem dentro dos limites da cidade (VAN VEENHUIZEN, 2006). Contudo, somente nas últimas décadas, a temática da agricultura urbana vem ganhando visibilidade, sobretudo

¹ A noção “vida cheia de sentido” remete-se a Marx em sua tese sobre o trabalho, segundo a qual sob a ordem do capitalismo o homem se unilateraliza, vivendo basicamente em função de sua própria reprodução, o que impediria sua omnilateralização, ou levar uma vida cheia de sentido. Nota da autora.

² Referimo-nos aqui aos parâmetros subjetivos, que em nosso caso melhor aproximam a noção de bem viver que é atribuída (ou está embutida na) à prática da AU pelos agricultores urbanos. Nota da autora.

pelo seu rápido potencial de resposta frente aos momentos de crises. Sua construção teórica vem ganhando força desde a década de 1980, impulsionada pelo movimento ambientalista da época. Desde então a AU aparece nos principais encontros mundiais sobre alimentação e nutrição, como importante estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional, sobretudo considerando o enorme contingente de grupos humanos em situação de pobreza nas periferias das grandes cidades³.

No âmbito nacional, já são conhecidas experiências bem sucedidas de produção de alimentos em espaços urbanos e muitas delas são referência na forma como se desenvolveram. Contudo, a experiência brasileira na implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana é um processo recente. O respaldo governamental mais significativo para a AU foi observado no período entre 2003 até os dias atuais.

As raízes desse processo estão na criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA, em 2003, e nas ações do Programa Fome Zero. Muito embora não fazendo uso da expressão “agricultura urbana” naquela época, a implantação de hortas comunitárias, lavouras, viveiros, pomares, canteiros e criação de pequenos animais, foram as primeiras ações apoiadas pelo Governo Federal que incitavam as práticas agrícolas nos espaços urbanos (IPEA, 2004).

A reforma ministerial, no início de 2004, marca a extinção do MESA e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que incorporou a agricultura urbana como um dos instrumentos que poderia colaborar na promoção de sistemas locais de segurança alimentar que garantissem o abastecimento alimentar (PINHEIRO & FERRARETO, 2010).

Desde então, o país vem experimentando uma prática nova em termos de política pública. Nesse processo, as pressões da sociedade civil e dos movimentos sociais foram elementos cruciais e determinantes para a manutenção de ações no âmbito do Governo Federal. Outro fator imperativo que contribuiu para assegurar a AU na agenda do Governo foi a criação do Programa de Agricultura Urbana, em 2008, como política de governo a cargo do MDS.

³ Segundo dados do documento *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2012* (SOFI, na sigla em inglês) – publicado em conjunto pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), 870 milhões de pessoas no mundo passam fome, mais da metade localiza-se nas periferias das grandes cidades.

No estado de Santa Catarina, a Universidade Federal por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária participou do primeiro edital desse ano (Edital SESAN/MDS 05/2008 - *“Seleção de propostas para a implantação ou fortalecimento de Centros de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana - Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento”*), e aprovou o projeto Centro de Apoio Terra Viva à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP).

Embora na época se tratasse de um tema relativamente novo e emergente enquanto política pública, o pano de fundo das ações já era familiar ao trabalho desenvolvido pelo LECERA/UFSC: operar no plano da cultura, a fim de promover processos produtivos pautados pelo respeito aos tempo e limites do planeta, pela justiça social e pela cooperação, como predicados para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Contudo, no final de 2012 e ao longo de 2013, com reestruturações políticas dentro do Ministério, o acúmulo de convênios encerrados e com prestação de contas atrasadas associados à falta de corpo técnico para análise dos mesmos resultou na supressão do Programa de AU e, por conseguinte, na descontinuidade das ações da Política de AU (LECERA, 2013).

Essa ruptura do Governo Federal simboliza um marco temporal de retrocesso político e histórico na construção da Política de AU. Contudo, não quer dizer que a temática tenha desaparecido de vez da agenda pública. Em que pese suas múltiplas dimensões, muitas políticas de agricultura urbana podem e devem (co) existir. Até porque, lá na ponta, ela continua existindo para agricultoras e agricultores urbanos, como um modo e/ou um meio de reencontro com o bem viver.

Muito embora as ações em agricultura urbana da UFSC não tenham evoluído da condição de projeto, o balanço institucional desta experiência indica uma rota de ação universitária extremamente profícua, na qual é possível à universidade exercer a mais nobre de suas funções: realizar um trabalho de extensão universitária popular destinado a aliviar o sofrimento do povo que a financia.

O intuito dessa dissertação é de apresentar uma experiência de agricultura urbana que deu certo, que ainda permanece ativa, e, a partir disso, demonstrar o potencial que esta prática tem para ser um instrumento resgatador de sentimentos e valores humanos que se coadunam numa noção filosófica maior, a do bem viver para todos. Assim sendo, agricultura urbana é, sem dúvida, um novo campo para a pesquisa no Brasil. Todas as possibilidades estão dadas ao engenho

humano e filosófico, inclusive para que seja desvelada a dimensão poética e filosófica de uma prática tão antiga quanto as próprias cidades.

a) Objetivos

Objetivo Geral

Examinar as contribuições da Agricultura Urbana para o "bem viver" no espaço das cidades, a partir da experiência de agricultoras e agricultores urbanos das hortas comunitárias do município de Joinville.

Objetivos Específicos

Levantar o perfil social, estrutural e organizacional das três hortas comunitárias participantes da pesquisa.

Analisar os porquês da extinção do Programa Nacional de Agricultura Urbana do Governo Federal.

Levantar os efeitos derivados da prática da AU e relacionados à noção de bem viver a partir da amostra de agricultores urbanos da experiência de Joinville.

Elaborar um construto significativo de bem viver que congregue parâmetros identificados em bibliografia pertinente bem como aqueles apontados pelos agricultores urbanos de Joinville.

b) Questões norteadoras e hipóteses da pesquisa

As questões que nortearam a condução desta pesquisa foram:

- De que forma a Agricultura Urbana contribui para o bem viver no espaço das cidades?
- Quais as contribuições da Agricultura Urbana no bem viver dos agricultores urbanos?

A hipótese central da pesquisa é que a noção de bem viver no recorte da agricultura urbana está contida numa noção filosófica maior de bem viver, do bem para todos. Portanto, o que se supõe existir é um bem viver a partir daquelas pessoas, naquelas condições, no tempo e nos espaços em que vivem. Que sozinha a agricultura urbana não contribui para o bem viver, mas pode ser uma janela para restabelecer uma relação harmônica com ele, possibilitando reencontros com processos psicológicos pretéritos da condição de camponês, melhoria na saúde e na construção de uma nova sociabilidade.

c) Considerações Metodológicas

Aspectos da metodologia

Para além dos benefícios materiais, mensuráveis e possíveis com a prática da AU, como é o caso do acesso a alimentos saudáveis e a complementação da renda com a comercialização dos excedentes das hortas, outras contribuições no campo do subjetivo/simbólico afloraram, suscitando reflexões mais profundas que transcendiam uma abordagem apenas tecnicista da AU. Noções como solidariedade, generosidade, companheirismo e apontamentos dos próprios agricultores urbanos que se percebiam alegres, saudáveis (do ponto de vista clínico) e dispostos para realizar um trabalho prazeroso e cheio de sentidos e lembranças, por meio da agricultura urbana (da horta urbana), foram elementos aglutinadores para a proposição desta pesquisa.

Para englobar parte “menos boa” dessas variáveis à luz dos objetivos dessa dissertação, a metodologia adotada privilegiou procedimentos que permitissem uma análise qualitativa.

Do ponto de vista metodológico, Minayo e Sanches (1993) avaliam que não há contradição e nem continuidade entre investigação qualitativa e quantitativa. Ambas são de natureza distinta. Ponderam ainda que, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e, portanto, “melhor”. Somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas singularidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento.

O caminho metodológico percorrido no desenvolvimento de uma pesquisa de caráter qualitativo não segue seqüência tão rígida das etapas assinaladas em uma pesquisa quantitativa (TRIVIÑOS, 1987). O mesmo autor considera ainda que a pesquisa qualitativa rege-se por critérios diferentes dos utilizados pelo positivismo, para alcançar produtos com validade científica.

Segundo Godoy (1995),

as pesquisas qualitativas surgiram principalmente para atender as peculiaridades dos fenômenos que não podiam ser adequadamente quantificados, pois envolvem o pesquisador num campo de investigação constituído de pessoas, de grupos, de comunidade e de instituições que formam um campo plural de ideias e interpretações, perpassado por valores, atitudes, crenças, opiniões

e representações culturais de toda ordem (1995, p. 62).

Desta forma, a abordagem qualitativa foi escolhida por entender-se que, em toda a sua complexidade e rigor científico, permite a compreensão dos acontecimentos por meio dos significados que as pessoas dão ao fenômeno investigado. Optou-se por operar a pesquisa a partir de um estudo de caso, que no nosso caso trataremos, conforme referenciado por Triviños (1987), por *Estudos multicaseos*, visto se tratar de uma categoria de pesquisa cujo objeto são *unidades* que se analisam aprofundadamente. Estas unidades, no nosso caso, são representadas por *três hortas comunitárias* do município de Joinville.

Portanto, o desenho metodológico utilizado privilegiou o contato direto da pesquisadora com o fenômeno social *agricultura urbana* e com o contexto de vida real dos grupos pesquisados, ou seja, com os grupos de agricultores das *três hortas comunitárias*.

A primeira parte da trajetória metodológica diz respeito à fase exploratória, mais notadamente caracterizada pelo levantamento de material teórico, a qual ocorreu ao longo do ano de 2014. De início procurou-se aglutinar materiais que tratassem da temática da qualidade de vida, visto ser esta categoria de análise a opção inicial para entender o fenômeno da agricultura urbana no caso estudado.

Em paralelo, realizou-se a aplicação da técnica do grupo focal, com intuito de levantar as principais noções relacionadas à AU e apontadas pelos agricultores urbanos como derivadas desta prática. A técnica utilizada nesta etapa foi escolhida por representar um instrumento de coleta de dados que, para Caplan (1990, p. 3), são “pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas”. Portanto, dentre as diversas possibilidades metodológicas no campo da pesquisa qualitativa, o grupo focal, conforme destaca Vaughn (1996), pode ser usado quando o objetivo é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade.

De acordo com Johnson (1994), quem faz uso dessa técnica parte do pressuposto de que a energia gerada pelo grupo resulta em maior diversidade e profundidade de respostas, isto é, o esforço combinado do grupo produz mais informações e com maior riqueza de detalhes do que o somatório das respostas individuais. Portanto, o grupo focal respondeu bem às expectativas da pesquisa, pois a sinergia entre os participantes (agricultores) levou a resultados que ultrapassam a soma das partes individuais, importantes nesta primeira fase.

Neste primeiro contato investigativo, optou-se por aplicar esta técnica durante uma das reuniões mensais da Associação das Hortas Comunitárias de Joinville (critério da oportunidade). Isso porque esta Associação nasceu da articulação das três hortas comunitárias participantes da pesquisa e, portanto, em suas reuniões participam agricultores que representam o universo de cada horta.

A partir dos objetivos dessa dissertação foi elaborada uma lista de questões para discussão, compondo o guia de entrevista, a qual se encontra nos apêndices. Convém ressaltar que essa lista não foi utilizada como se fosse uma lista de perguntas, típica de entrevistas individuais. Ela serviu apenas como guia para pesquisadora conduzir e moderar o grupo. Esta etapa foi precedida pela elaboração e aplicação dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento este que informa e esclarece o sujeito da pesquisa de maneira que ele possa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação em um projeto de pesquisa.

Com a análise do grupo focal foi possível identificar que pairava nas falas e percepções dos agricultores entendimentos que escapavam longe do conceito de qualidade de vida. Assim, percebemos ser insuficiente expressar a essência desse trabalho e, portanto, a essência do trabalho dos agricultores urbanos de Joinville, a partir do conceito de qualidade de vida, já que noções como solidariedade, cooperação, generosidade e companheirismo não estão nele contemplados, e foram apontadas pelos sujeitos da pesquisa como componentes essenciais em uma vida cheia de sentido.

Surge então uma noção mais ampla, a qual atravessou a fala dos agricultores urbanos e, por conseguinte, suscitou nosso aprofundamento: o bem viver. A redefinição do enfoque da pesquisa implicou o levantamento, novamente, de bases teóricas que fundamentassem, agora, uma noção de “bem viver”. A escolha das vertentes teóricas é fruto da reflexão da pesquisadora frente às percepções dos agricultores urbanos, apontadas durante a realização do grupo focal. Três dimensões se sobressaíram, formando então a espinha dorsal que sustenta nosso modesto entendimento sobre bem viver, dimensões estas que serão aprofundadas no capítulo I dessa dissertação.

Destarte, houve a necessidade de (re) pensar uma forma de compreender o que seria esse “bem viver” nos espaços urbanos, proporcionado pela agricultura urbana. As vertentes teóricas apontaram que não há uma arquitetura clara sobre o termo. O que ficou claro é que se trata de uma noção genuinamente subjetiva, que por vezes transita (ou daí tem origem?) no campo da metafísica. Portanto, optou-se por

desvelar de que forma a noção de bem viver é atribuída (ou está embutida na) à prática da AU ou mesmo como a AU contribui para o bem viver no espaço das cidades, a partir da elaboração de um construto sobre “bem viver”.

Considerou-se possível captar a essência e as nuances das contribuições da Agricultura Urbana para o "bem viver" no espaço das cidades, por meio da elaboração de um construto. Construtos são abstrações, modelos teóricos ou definição mental, elaborada a termos/expressões/fenômenos/constatações que são difíceis de ser compreendidos ou que são novidades científicas. A finalidade é que não soem vagos e imprecisos, mas, sim, agrupem uma linguagem que sinalize e simbolize da maneira mais exata possível o que se está pesquisando ou do que se está falando a fim de que seja compreendido pelos outros (FREITAS, 1994). Para Kerlinger (1973), construto também é um conceito, porém agrega significação adicional de que foi “inventado” ou “adotado intencionalmente” com um propósito científico definido.

Assim sendo, foi elaborado um instrumento, que denominamos de *matriz prévia do construto*, a partir de noções extraídas das etapas anteriores, a qual também se encontra nos apêndices. Este instrumento foi testado no grupo da horta comunitária Girassol, com intuito de se verificar a necessidade de possível readequação e bom entendimento por parte dos agricultores urbanos. Gil (2002) corrobora com este procedimento, indicando que o teste piloto deve ter a participação da população o mais similar possível daquela que efetivamente constará na pesquisa.

O teste do instrumento de pesquisa é metodologicamente necessário para se verificar se ele apresenta os elementos: fidedignidade, validade e operatividade (MARCONI e LAKATOS, 2003). No nosso caso houve necessidade de readequação do mesmo, sobretudo no que tangia a revisão de alguns vocábulos para uma linguagem possivelmente mais acessível para os grupos participantes da pesquisa.

O instrumento oficial para elaboração do construto integra quatro grupos de fatores derivados da prática da AU que contribuem para o bem viver na percepção dos sujeitos da pesquisa, os quais foram sistematizados a partir do aprimoramento das etapas e instrumentos anteriores, e três níveis de importância, que deveriam ser atribuídos a cada grupo, conforme se apresenta abaixo.

Tabela 1. Instrumento para elaboração do construto

Grupo de fatores derivados da prática da AU que contribuem para o bem viver	Nível de importância
Fatores relacionados à questão Econômica	
Aumento da renda familiar	
Economia com a aquisição de alimentos	
Fatores relacionados à questão Social	
Trabalho libertador	
Coletivismo (participar e conviver em coletivo)	
Conviver bem com os vizinhos	
Aprender coisas novas/Intercâmbio de saberes	
Companheirismo	
Laços de solidariedade	
Novas amizades	
Sentimento de pertencimento - sentir-se parte de um grupo	
Poder decidir o que se cultiva e o que se come	
Fatores relacionados à questão Subjetivo/simbólico	
Sentir-se respeitada pela sociedade pelo trabalho com a horta	
Ter um sentido para a própria vida	
Sentir-se livre para o exercício da criatividade	
Gostar do que faz/fazer o que gosta	
Fazer bem aos outros	
Sentir-se realizada	
Sentir-se útil/continuar trabalhando/ter uma ocupação	
Paixão pelo trabalho que faz	
Contemplação da natureza	
Resgate das raízes, das tradições, sensação de retorno à terra	
Autoestima	
Fatores relacionados à questão Saúde	
Acesso a Alimentos saudáveis (frutas, legumes, verduras e plantas medicinais etc.)	
Ter saúde física e mental	

Sentir-se disposta	
Atividade terapêutica	

Níveis de importância	
Altamente importante	A
Relativamente importante	B
Pouco importante	C

Elaboração: autora

Os participantes deveriam atribuir níveis de importância, conforme pode ser observado no instrumento. Optou-se por organizar tais níveis de forma a não tender a uma possível hierarquização. Assim sendo, aos mesmos foram atribuídas letras (A, B, C), ao invés de números.

Por se tratar de hortas comunitárias e, portanto, de espaços e relações sociais e de produção coletivos, considerou-se aplicar um instrumento por horta, de forma coletiva, não individualmente, visto também se tratar de grupos pequenos. Assim ter-se-ia a percepção do coletivo para o que significaria bem viver a partir da horta.

Além do mais, se partirmos dos pressupostos existentes nas vertentes teóricas escolhidas para fundamentar neste trabalho o que se pode entender por “bem viver”, fica claro que se trata de uma construção humana abstrata, que necessariamente integra o componente do ser coletivo. Este instrumento foi aplicado durante o mês de janeiro de 2015, no espaço físico de cada horta.

Também foram detalhados e aprofundados os efeitos derivados da AU e relacionados com a noção de bem viver pelos agricultores urbanos. Para este ponto foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, notadamente a partir das falas dos agricultores, com intuito de compreender criticamente o sentido das comunicações e suas significações (explícitas ou não). Para Minayo (2001), a análise de conteúdo constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos.

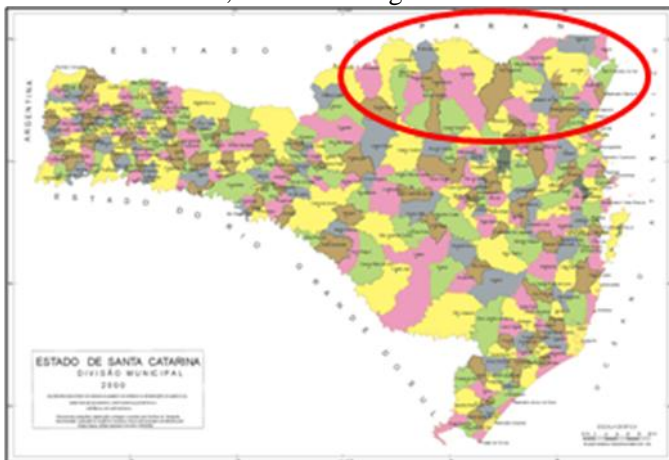
Recorte espacial – Joinville

O recorte espacial dessa pesquisa foi construído em função do vínculo profissional da pesquisadora com as experiências de Joinville,

mais notadamente com a Horta Comunitária Girassol, Horta Comunitária dos Ipês e Horta Comunitária da Figueira, a partir do trabalho realizado com o CAAUP/SC, de proposição do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária, desde 2008.

O CAAUP abrange municípios da região metropolitana norte/nordeste catarinense, dentre os quais está Joinville, e promove ações de fomento, capacitação e assessoramento técnico e político em áreas urbanas e assentamentos da reforma agrária.

Figura 1. Mapa de Santa Catarina, destacada a região metropolitana norte/nordeste catarinense, área de abrangência do CAAUP.



Fonte: adaptado de LECERA: Movimentos sociais do campo na universidade pública brasileira: o papel do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária - LECERA (UFSC) - na região sul do Brasil (2014).

Dentre cinco experiências de hortas comunitárias urbanas apoiadas pelo CAAUP/LECERA/UFSC no município de Joinville, três se destacaram, desde a implantação das mesmas, a partir de 2009, até os dias atuais. Esse ressaltado pode ser atrelado ao próprio processo de articulação e implementação das mesmas, no qual a participação ativa de lideranças comunitárias culminou na estruturação de uma Associação das Hortas Comunitárias, no ano de 2013. O que não ocorreu com outras duas experiências (horta Recanto das Roseiras e horta Morro do Amaral) que também foram implantadas no município com o apoio da Universidade.

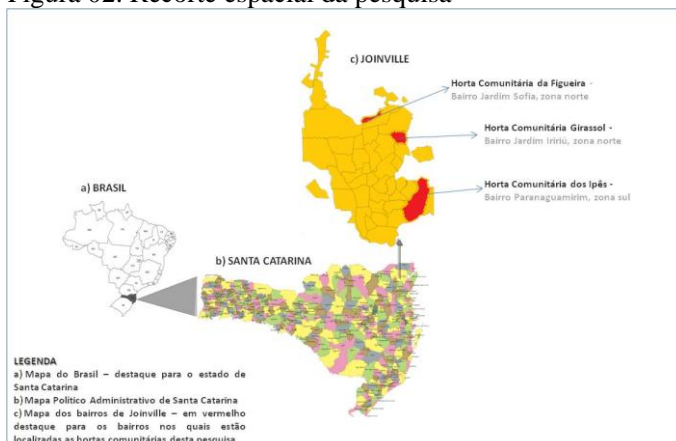
O grande gargalo que culminou no encerramento destas experiências pode ser atribuído a um conjunto de fatores, dentre eles

citamos: a carência de lideranças comunitárias no local, os conflitos sociais fortemente presentes e que interferiam na condução da horta, falta de organização e apropriação da horta comunitária pela comunidade, conflitos de interesse com a municipalidade referente ao terreno ocupado com a horta etc.

No início das atividades de campo desta pesquisa, em junho de 2014, estas duas hortas já não estavam mais em funcionamento, uma delas, inclusive, arbitrariamente desestruturada pela própria prefeitura de Joinville. Dessa forma, somente as outras três que estão em funcionamento participaram da pesquisa.

A figura 02 ilustra o recorte espacial deste trabalho, focalizado nas três hortas comunitárias em funcionamento no município de Joinville.

Figura 02. Recorte espacial da pesquisa



Fonte: Adaptado de: <http://www.sul-com.br/afolha/cidades/image/mapasc.htm>. Acesso em 10/09/2014.

Portanto, por estarem num processo político, social e organizacional mais avançado optou-se por definir estas hortas como nosso campo de investigação e, todos os agricultores urbanos que ativamente participam das mesmas como os sujeitos desta pesquisa. Quanto ao público da pesquisa, 15 pessoas foram entrevistadas, sendo quatro da Horta Comunitária Girassol, quatro também da Horta Comunitária dos Ipês e sete pessoas da Horta Comunitária da Figueira. Estes quantitativos representam o total de participante em cada horta. Das 15 pessoas entrevistadas, 10 são mulheres. Em geral são pessoas

com raízes no campo e na agricultura, e todos com mais de 50 anos de idade. Grande parte destas pessoas é aposentada, ou mantém algum trabalho informal (bico) em paralelo ao trabalho na horta.

Muito embora o apoio do Governo Municipal tenha sido esporádico e insuficiente, as três experiências se sustentaram, dentro dos limites das possibilidades (físicas, materiais, econômicas etc.), em virtude das parcerias e ações articuladas pelo LECERA, por meio do projeto CAAUP, e por ações desenvolvidas localmente, pelos próprios grupos, com intuito de perenizar atividades e as hortas.

O fato de estas hortas terem surgido com estímulo de um programa de governo (federal) intermitente, do qual o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome esteve à frente durante sua curta vigência, por terem passado por dificuldades estruturais (como acesso à terra), limitações financeiras para aquisição de insumos, impasses políticos frente ao reconhecimento da atividade no município e mesmo desafios organizacionais internos, as mesmas resistiram e persistiram frente às dinâmicas e desafios urbanos e políticos.

O cenário hoje, embora ainda com desafios, é de três experiências coletivas bem sucedidas, sobretudo pela constância dos agricultores urbanos numa prática que, para eles, é resgatadora do bem viver. Este foi o principal motivo pelo qual delineamos esta pesquisa enfocando estas três experiências comunitárias exitosas no município de Joinville.

d) Organização da Dissertação

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. No **Capítulo I** tratamos de alinhar algumas contribuições da filosofia grega antiga, notadamente sobre a noção geral de felicidade, bem como as teorias de Marx sobre o trabalho e de Max-Neef sobre o desenvolvimento a escala humana, a fim de situarmos a noção central desse capítulo: o **“bem viver” no espaço das cidades**. Nesta parte inicial a intenção não foi de operar uma espécie de balanço dessas vertentes teóricas atinentes à noção de bem viver, mas sim indicar a extensão dessas temáticas como o início do fio condutor desse trabalho.

No **Capítulo II** discorremos sobre a temática da **agricultura urbana**, iniciando por uma abordagem teórica que revela que a agricultura urbana sempre fez parte das cidades, como uma resposta construída pelas populações frente às dinâmicas e aos desafios urbanos. Além das contribuições teóricas, nesse mesmo capítulo apresentamos

um recorte a partir da trajetória da Política Pública de AU no Brasil, apontando uma reflexão crítica sobre a descontinuidade das ações via Governo Federal, bem como os mais relevantes marcos políticos e legais existentes sobre a temática. Para finalizar esse capítulo, expomos algumas discussões conceituais, os benefícios e os conflitos de interesse associados à AU, como também uma das diversas modalidades de agricultura urbana, as hortas comunitárias, que são a fotografia do estudo de caso que embasa essa pesquisa.

O Capítulo III trata de expor uma **agricultura urbana que dá certo, a experiência das hortas comunitárias de Joinville**, a partir das reflexões e elaborações resultantes das análises dos dados e informações desta pesquisa. De início, discutimos o papel da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária, no desenvolvimento da agricultura urbana, tanto localmente quanto por suas contribuições teóricas e políticas para a construção de políticas públicas. Na sequência apresentamos o perfil dos grupos e das três hortas estudadas. Para examinar, com rigor científico, de que forma a prática da agricultura urbana contribui para o bem viver daquelas pessoas e quais são essas contribuições, aprofundamos o estudo de caso no que tange os efeitos derivados da prática da agricultura urbana e, por fim, apresentamos e discutimos o construto de bem viver contingente. No final do fio condutor dessa dissertação, teoria e prática sobre o bem viver e a agricultura urbana indicam que o campo das ideias está em aberto e todas as possibilidades estão dadas ao engenho humano e filosófico.

CAPÍTULO I. O BEM VIVER NO ESPAÇO DAS CIDADES

Nesta seção apresentaremos a linha de pensamento, bem como as bases teóricas que fundamentaram a elaboração do construto de “bem viver”. A escolha das categorias que fundamentam a noção aqui elaborada sobre “bem viver”, a qual será posteriormente apresentada no capítulo III, é fruto de reflexões extraídas durante a fase de teste do instrumento de pesquisa, notadamente a partir da fala dos próprios agricultores urbanos.

1.1 AS PRINCIPAIS VERTENTES TEÓRICAS DO CONSTRUTO DE BEM VIVER

Abaixo serão expostas as principais vertentes teóricas que buscamos para situar a modesta noção que atravessa nosso texto: o “bem viver”. A primeira a ser apresentada traz a dimensão da filosofia a partir de elementos que fazem alusão à boa sociedade e à felicidade. Outro ponto centraliza discussões sobre a dimensão do trabalho. Por fim mergulharemos, brevemente, na dimensão das necessidades humanas fundamentais, existenciais e axiológicas.

1.1.1 O bem viver na dimensão da filosofia

“Eu vou pra horta e esqueço da vida. Minha felicidade é olhar para aquelas plantinhas, que eu plantei, e ver como estão belas. As vezes fico sento lá e fico só olhando, contemplando a natureza. Essa é a paixão que tenho!”

(J, C. - Mulher, mãe de família e agricultora urbana da horta comunitária Girassol – Joinville).

“Faço o serviço de casa rápido só pra ir pra horta o quanto antes. Minha felicidade é estar lá. Sinto falta quando não posso ir, porque me faz bem!”

(A, S. C. - Mulher, mãe de família e agricultora urbana da horta comunitária Girassol – Joinville).

Nesta seção ponderaremos algumas ideias que arrastam a nossa noção de “bem viver” também para uma dimensão filosófica. Nos contributos da filosofia grega, notadamente sobre a noção geral de felicidade, podem-se encontrar fundamentos universais que são úteis ao presente debate. Temos clareza que felicidade é algo individual, pessoal,

subjetivo e intransferível. Cabe ressaltar, porém, que há uma ideia de felicidade que pertence ao senso comum e, portanto, assume um caráter intersubjetivo e universal, como é o caso da felicidade atribuída a “ter saúde”, “fazer o que gosta”, etc.

As primeiras reflexões da filosofia que continham o assunto felicidade surgiram na Grécia antiga. A referência mais antiga que se tem sobre o tema é um fragmento de um texto de *Tales de Mileto*⁴, conhecido a partir da obra intitulada "Metafísica", do também filósofo grego Aristóteles. Neste fragmento, ele diz que é feliz “*quem tem corpo são e forte, boa sorte e alma bem formada*” (OLIVIERI, 2012).

Cabe mencionar, embora não seja o intuito aqui desbravar o tema felicidade no campo da metafísica, as contribuições de Agostinho de Hipona, conhecido universalmente como Santo Agostinho (354-430 d.C.), sobre a ideia do bem viver. Embora suas teorias filosóficas geralmente se misturassem com as teológicas, em sua obra *A Trindade*, Agostinho afirma que “*é próprio de todos os homens quererem ser felizes...*” (AGOSTINHO, 1995, p. 433). O pano de fundo da formatação moral do homem na filosofia deste importante teólogo e filósofo dos primeiros anos do cristianismo é que a busca pela felicidade é uma caminhada que jamais se consolida como (e no) presente (SANTOS, 2008). Frente a essa constatação, Agostinho escreveu nas *Confissões*: “*Se me sorria alguma ventura, sentia náuseas em apanhá-la porque ela voava no mesmo instante em que ia agarrá-la*”. Para o autor, pode-se alcançar uma felicidade momentânea ou “Alegria de Bêbado” como ele mesmo chama, num de seus capítulos do livro “Confissões”, apresentando felicidade como momentânea, finita, fugaz.

Nesse mesmo viés estão também as reflexões de Tomás de Aquino⁵, para o qual ponderamos outro breve parêntese. Segundo

⁴ Tales de Mileto foi reconhecido como o primeiro filósofo do Ocidente. Nasceu em Mileto, uma antiga colônia grega localizada na Ásia Menor, por volta de 645 ou 624 antes de Cristo. Alguns estudiosos consideram Tales o Pai da Filosofia Ocidental. Ele instituiu a Escola Jônica e estabeleceu conhecimentos sobre a ética, a política, a verdade e a totalidade que ainda são estudados e considerados nos tempos contemporâneos. Na filosofia, Tales girava seus pensamentos em torno de assuntos da natureza e seus elementos: Terra, Ar, Fogo e Água. Ele foi um visionário, percebia a realidade muito além de seu tempo. Tales veio a falecer, provavelmente, em 558 ou 556 antes de Cristo. (Fonte: Os Pré-Socráticos - Vida e Obra, Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo. ISBN 85-351-0694-4. Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo, 1996).

⁵ Tomás de Aquino (1225 – 1274) buscou utilizar a filosofia grega clássica (principalmente de Aristóteles) para compreender a revelação religiosa do cristianismo. Ele foi o mais importante proponente clássico da teologia natural. (Fonte: Tomás de Aquino - Um Mestre no Ofício.

Oliveira e Costa (2011) no que diz respeito ao tema da felicidade, Tomás de Aquino recebeu influência tanto de Aristóteles como de Santo Agostinho. Isso porque, prosseguem os autores, ao escrever sobre a felicidade, “incorpora, critica e dá continuidade à tradição das éticas *eudemonistas*⁶ ao considerar a felicidade o fim último da atividade humana”. Nas contribuições de Tomás de Aquino⁷, a questão da felicidade encontra-se ligada diretamente ao sentido da vida e está vinculada à essência do homem. Na mesma vertente de Agostinho, Tomás de Aquino identifica a felicidade completa com a beatitude, a qual não está ao alcance dos homens e, enquanto terrena, é sempre provisória e incompleta, porque nunca satisfaz totalmente e completamente o sujeito (OLIVEIRA & COSTA, 2011). Os mesmos autores apontam que a forte referência a Aristóteles⁸ está presente nas ideias de Tomás de Aquino, sobretudo quando o mesmo trata do bem como a finalidade toda da ação humana.

De toda a maneira, a noção de felicidade continua, neste texto designado modestamente como “bem viver”, desde sempre a ocupar corações e mentes dos humanos desde que a história das ideias passou a ser registrada, deixando, portanto, uma vasta documentação a respeito.

O precursor desta problemática fora Sócrates (469 a.C-399 a.C), mas é Aristóteles quem sistematiza a questão (384 a.C-322 a.C) com os escritos constantes na obra *A República*⁹. Ribas (2015) esclarece que, desde então, grande parte de todo o engenho filosófico humano tem se dedicado à construção da “boa sociedade”, no dizer da tradição filosófica dos gregos antigos, a sociedade do bom, do belo e do justo, cujo movimento encontra um de seus pontos mais altos com a noção de felicidade geral.

Para Aristóteles a felicidade significava compreender a natureza humana e suas contingências, participar nos assuntos da comunidade e encontrar a melhor forma de lidar

Livro. Como ler filosofia. Autor: Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Editora Paulus. ISBN 9788534932134. Ano 2011.).

⁶ Expressão muito utilizada pelos gregos para representar a felicidade. O que Sócrates e Platão chamavam de estado supremo ou totalidade do espírito. Nota da autora.

⁷ Notadamente nas ideias apresentadas a partir da terceira parte da sua obra *Suma Teológica*. AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Parte III. São Paulo: Loyola, 2003.

⁸ No início da *Ética* a Nicómaco, afirma Aristóteles que o bem é aquilo para o que todas as coisas se dirigem.

⁹ ARISTÓTELES. *Política*. 3ª ed. Brasília: UNB, 1997.

com os aspectos materiais, racionais e emocionais. (LEITE, 2013).

A partir de Sócrates, e seu grande discípulo Platão¹⁰, a felicidade recebe tratamento filosófico extremamente sofisticado. É a filosofia socrática que, pela vez primeira, dá um novo rumo ao entendimento do que seria felicidade: a felicidade não é um dom, uma dádiva emanada dos deuses (embora muito presentes em seus escritos), mas pode ser objeto da construção do intelecto humano, através da reflexão possibilitada pela filosofia. Esta noção atravessa toda a história filosófica da construção da cultura ocidental, até chegarmos à sua última formulação: o estado moderno e sua ordem social predominante no ocidente (a sociedade de mercado, o capitalismo), ordem cuja fonte filosófica está em Adam Smith e toda a tradição econômica liberal, segundo a qual nada mais podemos alcançar que não “*o maior bem para o maior número*”, sem maiores considerações para noções como solidariedade, construção coletiva do bem público ou uma ética que tivesse como imperativo o bem de todos (RIBAS, 2015).

Ocorre que esta sociedade, após o fracasso das tentativas de construção do socialismo no leste da Europa, em seu retorno ao neoliberalismo, destruiu a capacidade dos seres humanos viverem e construir juntos, como iguais, e não apenas como consumidores. Em outras palavras, parece estarmos revivendo uma versão do que Hobbes falava de *guerra de todos contra todos*.

Ribas (2015) prossegue dizendo que, de qualquer forma, uma noção recorrente na filosofia socrática parece ser a busca da verdade, como único mecanismo de libertação e busca da virtude, pré-requisito da felicidade, cujo exemplo mais edificante encontra-se na “Alegoria da Caverna”:

Sócrates conta que alguns prisioneiros amarrados pelos pés e pescoço desde a infância em uma caverna, viam sombras desfilando sobre as paredes e ouviam vozes. Por sentirem o fogo arder atrás deles e por não conseguirem se virar para olhar o que ali estava os prisioneiros somente viam reflexos, como num teatro de marionetes e

¹⁰ Embora seja uma tarefa difícil distinguir com clareza o que seja a contribuição platônica à filosofia de Sócrates, visto que este não deixou documentos escritos, cabendo a Platão imortalizar o registro de sua portentosa construção filosófica. Assim, resulta quase impossível distinguir o que seja a construção do mestre e do discípulo.

acreditavam que esse cenário correspondia a toda a realidade do mundo. (LEITE, 2013).

Assim vivem os seres humanos, em sua maioria, com uma perspectiva sombria, fantasmagórica e errônea da vida. Seguindo o relato de Sócrates, Leite (2013) prossegue:

Certo dia, um dos prisioneiros se liberta, vai até o lado de fora e olha o que existe. Após acostumar a vista ofuscada pela intensa claridade, ele se maravilha pela riqueza dos objetos iluminados e também pelo próprio sol. Ao retornar ao interior da caverna, o prisioneiro não mais satisfeito com tamanha escuridão compartilha de sua experiência com seus companheiros. Estes, por sua vez, além de desacreditarem no relato, ainda caçoam do prisioneiro liberto. (LEITE, 2013).

A apresentação dessa alegoria teve como intuito mostrar a diferença introduzida por Platão entre o que seja o conhecimento (ou seja, apenas captado sensível pelos sentidos) e a experiência inteligível, quer dizer, aquela que é submetida ao escrutínio da razão, da reflexão filosófica. A noção platônica nos indica que enquanto o homem continuar enxergando para o fundo da caverna, não há como aproximar-se da verdade e, portanto, da virtude e da felicidade dela decorrente. Ou, como esclarece a mesma autora:

O mundo concreto em que vivemos seria equivalente às sombras da caverna, ao passo que a essência seria o mundo iluminado pelo sol. Os raios do sol seriam também uma analogia ao Bem desta forma, o bem iluminaria todos os objetos perfeitos, permitindo que a verdade seja vista. (LEITE, 2013).

Desde as contribuições gregas, inúmeras correntes da filosofia ocidental ocuparam-se do tema. Contudo, cabe destacar que o debate filosófico da humanidade e suas determinações todas a respeito do homem e do cosmos, após os gregos e sua riquíssima contribuição, ficou virtualmente interrompido por mais de um milênio em razão daquilo que a historiografia oficial denominou de Idade Média ou Idade das Trevas.

Com o fim da idade média, e seus complexos episódios no campo do pensamento social, filosófico e científico, a humanidade

atravessa um período de intensa efervescência científica, notadamente a partir do texto *O Discurso do Método* de René Descartes¹¹. Resumidamente, a partir daí tem-se a instalação da Idade Moderna, na qual uma explosão de noções em diferentes campos tem lugar especialmente na Itália, centro comercial do mundo ocidental na época, e no período histórico denominado como Renascença¹². Nesse período assistem-se aos primeiros movimentos que vão romper com uma ordem social milenarmente vigente, o feudalismo, e o nascimento de seu substituto, ou seja, a sociedade burguesa, o capitalismo (RIBAS, 2015).

O aparecimento do capitalismo foi precedido de uma profusão explosiva da ciência e da filosofia. E neste âmbito, é retomada a agenda filosófica da boa sociedade. E a partir disso, despontam grandes filósofos que voltam a se ocupar do tema da qualidade de vida humana associada. Surge, nesse ambiente de profunda ebulição de ideias, a retomada importante da noção de república, como sendo aquele ente, institucionalidade capaz de promover o bem estar dos grupos humanos.

Na assim Idade Moderna, filósofos como John Locke (1632/1704) e Leibniz (1646/1716), voltaram a se debruçar sobre o tema, apontando a felicidade com um “prazer duradouro”. Surge igualmente neste período, toda uma corrente filosófica denominada pelos teóricos de contratualistas, que imaginam o estado contemporâneo como ente capaz de construir, como no dizer de Jean-Jacques Rousseau, *la volonté générale* (vontade geral ou vontade do povo, em síntese seria a melhor expressão da boa sociedade, ou seja, a construção de instrumentos suficientes e necessários capazes de identificar o que

¹¹ Descartes foi um importante filósofo, matemático e físico francês do século XVII e é considerado o pioneiro no pensamento filosófico moderno. Na obra mencionada, ele demonstra que o conhecimento, e nisso ele retorna aos clássicos gregos, não é fruto da revelação, não se trata um produto do fantasmagórico, do místico, do mágico, e sim, o conhecimento é resultado da capacidade humana de elaboração científica e teórica (RIBAS, 2015).

¹² A Renascença ou Renascimento foi um período histórico ancorado nos séculos 15 e 16, que assinalado pela revolução que ocorreu nas artes e no pensamento humano, marcando assim retomada das noções da filosofia Greco-romana antiga. Apesar de ter nascido e alcançado o seu ponto mais alto na Itália, a Renascença espalhou-se pela Europa provocando rompimento com o estilo gótico e o florescimento de novos artistas, temas e técnicas. O renascimento das artes visuais, da arquitetura, da literatura e da música aconteceu simultaneamente a outras transformações que marcaram o fim da era medieval e o início da Idade Moderna, como o nascimento da pesquisa científica moderna, as grandes navegações que levaram à descoberta de novos continentes e a reforma protestante que enfraqueceu o poder da Igreja Católica. O movimento Renascentista teve a participação, por exemplo, de: Copérnico (1473-1543), Kepler (1517-1630), Galileu Galilei (1564-1642), Isaac Newton (1642-1727), Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes (1588-1679), René Descartes (1596-1650), Leibniz (1646-1716), Leonardo da Vinci (1452-1519), Michelangelo (1475-1564), Rafael (1483-1520), entre tantos outros. (RUSSEL, 2004).

seriam as necessidades de todos os seres humanos concernidos em um grupo social).

Mais tarde, outros importantes tratadistas da sociedade contemporânea emprestam contribuição decisiva para o aparecimento do estado contemporâneo, entre eles Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como Montesquieu. Já o filósofo iluminista Immanuel Kant (1724/1804), na obra “Crítica da razão prática” definiu a felicidade como “a condição do ser racional no mundo, para quem, ao longo da vida, tudo acontece de acordo com o seu desejo e vontade” (OLIVIERI, 2012).

Além disso, cabe destacar também algumas âncoras teóricas, que em seus manuscritos trataram do tema da felicidade, *a sua maneira e a seu tempo histórico*, como é o caso das que abarcam desde as tradições religiosas até sua negação como em Marx, Engels e toda a corrente da filosofia e da política que emanam desta vertente, passando pelo pessimismo trágico de Nietzsche e mesmo Freud e suas perspectivas antropológicas, também pessimistas.

Uma leitura atual sobre o que seria a boa sociedade, e que embute certa noção sobre felicidade, está nos escritos Jon Cruddas e Andreas Nahles (s.d) para *A Construção da boa sociedade* dentro do Projeto da Esquerda Democrática Alemã. Para estes autores:

A boa sociedade versa sobre a solidariedade e a justiça social. A solidariedade cria confiança, que, em retorno, fornece os fundamentos da liberdade individual. A liberdade se desenvolve a partir da sensação de segurança e pertença, e da experimentação de comportamentos de estima e respeito. Estas são as pré-condições fundamentais para a boa sociedade. Procuramos uma vida de auto-invenção e de auto-preenchimento. Este desejo de preenchimento envolve o direito de cada um atingir o seu próprio e único caminho como ser humano. Mas não se trata do egoísmo do capitalismo de mercado, porque disputar esse direito nos outros é fracassar e ser incapaz de **(bem)** viver mediante suas próprias condições. (CRUDDAS e NAHLES, s.d.). (grifo nosso).

Por fim, as noções alinhadas neste texto não se ocuparam, nem de longe, em operar uma espécie de balanço da filosofia atinente ao tema da felicidade, noção capaz de encher diversas bibliotecas. Apenas nos

limitamos a indicar a extensão da temática para apontar sua recorrência na história das ideias humanas e, desta forma, situarmos a modesta noção que atravessa nosso texto: o “bem viver”.

1.1.2 O bem viver na dimensão do trabalho

“Ver que outras pessoas se favorecem com aquilo que você faz, que tem benefícios para os outros, que faz sentido. A horta é isso!”

(J. C. - Mulher, mãe de família e agricultora urbana da Horta Comunitária Girassol – Joinville).

“Me sinto realizado dentro desse trabalho com a horta, e nunca pensei que isso fosse tão importante na minha vida. É um trabalho produtivo para nós, pois a gente pode fazer algo de positivo, e os companheiros e companheiras que estão junto desfrutam dessa alegria.”

(J.D. – Homem, pai de família, agricultor urbano da horta comunitária dos Ipês – Joinville e presidente da Associação das Hortas Comunitárias de Joinville).

Da seção anterior, destacam-se, para uma análise um pouco mais detida, os escritos de Marx, tendo em vista que a AU contém a noção de trabalho e toda a noção filosófica e teórica, a respeito da qual julgamos indispensável, ainda que rápida, sobre o entendimento de Marx acerca do trabalho. Portanto, abaixo serão discutidas algumas noções da categoria social em Marx, notadamente no que diz respeito a trabalho produtivo e improdutivo. As ideias aqui expostas estão fortemente apoiadas no capítulo *Salário, Preço e Lucro* do livro *O Capital* do Marx (1988) e constituem uma das bases fundantes da noção de bem viver, a partir da dimensão do trabalho. Optou-se por centrar o debate deste eixo nas elaborações de Marx, pois a categoria trabalho está no centro de sua teoria, e desempenha papel estruturante na construção e desenvolvimento da humanidade.

Em suas reflexões, Marx coloca que é por meio do trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, se distinguem dos animais. E complementa que, sem o trabalho, a vida cotidiana não se reproduz. Contudo, quando a vida humana se resume inevitável e exclusivamente ao trabalho sem sentido, aquele que transporta o indivíduo ao estado de aprisionamento, alienação e estranhamento, este trabalho, embora

considerado pelo capital como produtivo, converte-se num esforço atroz, que tangencia a impotência e a incapacidade do ser humano “bem-viver”.

Um trabalho sem sentido e degradante da condição humana é aquele que Marx denomina de “*trabalho estranhado*”. Consumidos e exauridos pela necessidade de manter-se e reproduzir-se para perpetuar a própria existência, o trabalhador cuja vida está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista assemelha-se, segundo Marx, a “*uma simples máquina*”, programada para produzir riqueza alheia. Isso porque lhe é abstraído o “*tempo livre*”, precioso meio/instrumento para o desenvolvimento humano.

Esse processo que abstrai do indivíduo a liberdade de tempo para se reconhecer e se sentir vivo, ativo e não estranho à natureza e a si mesmo, é chamado por Marx de “*trabalho produtivo*”. O significado, não semântico, mas político e social, de trabalho produtivo em Marx, tem, como radical, a produção do capital, a produção de mais-valia e, portanto, a geração de lucro. Conforme as palavras de Marx, traduzidas do Capítulo IV do Capital por Klaus Von Puchen (2004):

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresenta-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para o executante [...].(2004, pg. 109).

Desse modo, compreende-se que o produto específico do sistema de produção capitalista é a mais-valia gerada pelo trabalho produtivo, isto é, o excedente do trabalho não pago, apropriado pelo capital, do qual o trabalhador não recebe equivalente. É assim que Marx qualificou a categoria trabalho produtivo como um elemento chave dentro do sistema capitalista de produção.

Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. É da maior importância, porém, distingui-lo de outras

espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital. (MARX, Teorias da mais valia, pg. 391, 1987).

Nessa perspectiva, a distinção entre trabalho produtivo (aquele que cria mais valia) e trabalho improdutivo (aquele que não participa da geração de mais valia) era crucial para se compreender o papel do trabalho, e do trabalhador, do ponto de vista do capital (VALENTE, 2005).

Portanto, o trabalho em si só é produtivo quando gerador de mais-valia. Assim, trabalho produtivo assume o mesmo significado prático de trabalho estranhado, porque na medida em que se reproduz, implica, segundo Marx, na “*perda de si mesmo*”, ou seja, o trabalhador não é produto do seu trabalho e o trabalho em si existe fora, independente e estranho a ele. Nessa vertente, o autor fala que “*o conceito de trabalho produtivo compreende também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia*” (p. 578).

Cabe reconhecer a distinção que Marx estabelece entre o trabalho em geral produtivo e o trabalho produtivo circunscrito ao capital. O primeiro é externo, mas não desvinculado do sistema capitalista em si, e faz alusão a relação homem – natureza independente de determinações históricas e sociais. O segundo, como ele mesmo enfatiza “*é aquele que se dá no interior do modo de produção capitalista*”. No trecho abaixo, Marx esclarece melhor essa demarcação:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza. (...) No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, O Capital, livro I, pg. 211, 2006).

Nesse sentido - geral - o termo produtivo designa uma característica intrínseca do processo de trabalho, não sendo apenas um predicado restrito à forma de sociabilidade específica do capital (AGUIAR, 2009).

Um traço comum ao trabalho produtivo geral, apontado por Marx, é o caráter social e consciente do trabalho. Segundo ele, *“a produção do indivíduo isolado fora da sociedade (...) é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si”*.

No interior da forma capitalista de produção, trabalho produtivo é uma categoria econômica específica, socialmente determinada, que tem como motor principal a produção de mais valia, como aponta Aguiar (2009). Nessa concepção peculiar, o termo não pode ser estendido a outras formas de trabalho (também produtivas), pois, sua substância é genuína do capital, a qual, segundo Marx *“faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia”*.

Nesse contexto também se inserem as formulações de Marx sobre trabalho improdutivo. O autor descreve-o, em síntese, como um conjunto de atividades que, não sendo produtivas para o capital, não são realmente subordinadas a este modo de produção. Na perspectiva do capital, o predicado “improdutivo” cabe quando se analisam, estritamente, formas de trabalho que se realizam fora do seu ciclo de produção. Ou seja, só pode ser designado como improdutivo aquele trabalho que, efetivando-se no interior das engrenagens do capital, não produz mais valia.

Quando os produtores possuem os meios de produção, suas atividades são consideradas (pelo capital) improdutivas, pois não acrescem o capital. Muito embora, por princípios, não sejam improdutivas, cabe ressaltar que estão inseridas numa dinâmica mais complexa, na qual o modo de produção do capital (ainda) é dominante.

Assim sendo, embora remeta a uma confusão conceitual, a categoria social trabalho em agricultura urbana pode ser refletida sob três pontos de vista. O primeiro, na escala do capital, conceber-se-ia a atividade como um trabalho improdutivo, quando então seus sujeitos, os agricultores urbanos, são possuidores dos meios de produção (a terra, por exemplo) e, embora produzam mercadorias, não vendem sua força de trabalho e, conseqüentemente, não produzem mais valia para o capital. A contradição é que a grande maioria dos agricultores urbanos não possui sequer o direito a terra e, por conseguinte, carecem do mais importante meio de produção. O fato de a atividade estar¹³ invisibilizada

¹³ A colocação do verbo infinitivo “estar” foi proposital, por entender-se que o distanciamento das políticas públicas frente à agricultura urbana é uma questão de “tempo transitório”, de momento passageiro, que pode ser superado. Diferente se expressado através do verbo ser, o qual comporta aceção atemporal, podendo assim erroneamente sugerir que se trataria de uma condição permanente para a agricultura urbana. *Nota da autora.*

do ponto de vista da política pública e também estar inserida na grande roda gigante do capitalismo pode distanciá-la da sua natureza genuína de ser contracorrente, aproximando-a assim de uma possível apropriação pelo (e para) o capital.

Noutro ponto de vista, que derivaria da evolução do entendimento acima, a atividade pode representar um trabalho produtivo. O cenário seria de total apropriação do capital, a ponto de haver criado “pequenos minifúndios” que tratariam tanto o trabalho, como o produto direto dele (alimento) como mercadorias. Isso pode acontecer nos casos em que as experiências de agricultura urbana se dão em terrenos privados, e os agricultores urbanos são encarados como trabalhadores assalariados, que vendem sua força de trabalho para o capitalista e, portanto, produzem mais valia. O fato aqui é que a agricultura urbana pode ser uma atividade com potencial de apropriação pelo capital, bem como os agricultores urbanos podem estar propensos à alienação, ao estranhamento. A busca por alimentos saudáveis, pela proximidade das fontes de sustento, por selos que garantem alimentos seguros alimentar e nutricionalmente, é crescente e notável nos dias de hoje. O que deveria ser um processo natural de mudanças de hábitos e padrões alimentares pode se tornar um fetiche de consumo. A agricultura urbana não está à parte desse processo. Assim sendo, trabalho (produtivo) estranhado e bem viver são impossibilidades práticas entre si, são noções excludentes.

Por fim, apresenta-se outra forma de compreender a categoria social trabalho em agricultura urbana, a qual se considera mais conexa ao nosso entendimento de bem viver na dimensão do trabalho. Nesta também se adiciona ao trabalho o adjetivo produtivo, contudo com outra abordagem. Isso porque a prática da agricultura urbana pode oferecer uma modalidade de trabalho, embora dentro da lógica do capital, que tem potencial para dar sentido ao trabalho humano, e desse modo, tornar a vida dos que praticam, sejam produtores e/ou consumidores, também dotada de sentidos.

Para além do alimento saudável, variável mensurável do ponto de vista econômico, o produto do trabalho nas hortas comunitárias pertence ao agricultor. Não lhe é estranho. Pelo contrário, é familiar, ao ponto mesmo de lhe proporcionar alegria de viver, de poder e querer trabalhar numa atividade que aqui denominamos de produtiva. Produtiva porque possibilita produzir sentidos muitos (até então alienados e estranhos) que possuem valores (e não preços) incomensuráveis que se materializam no entendimento que elaboramos sobre “bem-viver”.

1.1.3 O bem viver na dimensão das necessidades humanas

“Eu não boto luva. Não tô nem aí se as minhas unhas sujam de terra. Porque eu tô produzindo comida, alimento saudável para minha família. Isso não tem preço!”

(L, U. - Mulher, mãe de família e agricultora urbana da horta comunitária Figueira – Joinville).

“Se eu não for um dia pra horta parece que falta alguma coisa. Lá eu esqueço de tudo. A horta tira o estresse, foi o melhor remédio pra mim. A gente troca experiência, inventa coisa, conhece pessoas, faz amizade. Tenho saúde e comida boa. Sou apaixonada por isso!”

(A, J. - Mulher, mãe de família e agricultora urbana e coordenadora da horta comunitária Girassol – Joinville).

Neste ponto será apresentado outro eixo teórico que orientou a elaboração do construto de “bem viver”. Nos escritos de Manfred Max-Neef, filósofo, ambientalista e economista chileno, encontrou-se referência para tratar da dimensão das necessidades humanas, visto ser por ele considerada uma “nova práxis” na reformulação do processo de desenvolvimento. As ideias aqui apresentadas estão apoiadas no seu livro *Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro* (1986), mais notadamente da segunda parte, *Desarrollo y necesidades humanas*, a qual trata em profundidade da dimensão da satisfação das necessidades humanas para se bem viver. Optou-se por ancorar esta seção nos postulados de Max-Neef, pois o autor constrói uma abordagem (de desenvolvimento) distinta da convencional, na qual a economia não confunde crescimento com desenvolvimento e, reconhecendo que a mesma deve servir às pessoas (e não aos objetos), convergiria para a satisfação das necessidades fundamentais como forma das pessoas bem viver. Dessa forma, parte-se do pressuposto que a agricultura urbana é uma possibilidade prática, sincrônica e coerente com as reflexões do autor. Portanto, a noção que elaboraremos sobre “bem viver” perpassa a dimensão das necessidades humanas fundamentais, apontada pelos próprios agricultores urbanos como indissociáveis do ponto de vista do bem viver nos espaços urbanos.

O autor inicia sua teoria dizendo que uma política de desenvolvimento orientada à satisfação das necessidades humanas

transcende a racionalidade econômica convencional. Isso porque a mesma, em sua essência, teria o papel de compreender o ser humano em sua totalidade. Desenvolvimento e necessidades humanas seriam, portanto, componentes estruturais de uma mesma equação.

A realização deste “novo” enfoque para o desenvolvimento exige, por conseguinte, um novo modo de interpretar a realidade. Incitamos, segundo o autor, a observar e avaliar o mundo, as pessoas e seus processos de maneira distinta da convencional. No nosso caso, isso se reflete na opção que fizemos por trabalhar na elaboração de uma noção de “bem viver” à luz dos agricultores urbanos, ao invés de optar por métodos objetivos, com critérios mensuráveis, característicos dos diagnósticos sobre qualidade de vida.

Invariavelmente, há que se ter um enfoque transdisciplinar para não cair no reducionismo. Max-Neef afirma que a qualidade de vida dependerá das possibilidades que as pessoas têm de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais. Porém, o ponto central nessa discussão é saber quais são essas necessidades e quem decide quais são. Nas lentes desse processo, para o autor, está o ser humano, com necessidades múltiplas e interdependentes.

Entendidas como um sistema de interação e inter-relação, Max-Neef coloca que as necessidades humanas podem desagregar-se em múltiplos critérios. Para calçar sua teoria, o autor propõe um enfoque a partir de duas categorias: existenciais e axiológicas. Esta combinação permite observar, respectivamente, necessidades de ser, ter, fazer, estar, como também necessidades de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade.

Para adentrar nesse ponto, o autor considera imprescindível compreender a diferença entre o que é propriamente uma necessidade e que o são *satisfactores*¹⁴ dessas necessidades. Afirma ainda que a literatura tem cometido confusões epistemológicas e metodológicas acerca desses conceitos. Portanto, define *satisfactores* como sendo bens econômicos disponíveis, representados por formas de ser, ter, estar e fazer, e que contribuem para a realização das necessidades humanas. Bens econômicos seriam, para o autor, objetos e artefatos que permitem incrementar ou esgotar a eficiência de um *satisfactor*. Necessidades em si seriam carências e/ou potencialidades humanas individuais e coletivas¹⁵.

¹⁴ Optou-se por manter a redação original.

¹⁵ O autor define necessidades humanas como atributos essenciais do “*ser de las personas*”. Quando o *ser* se torna palpável através delas, as necessidades então aparecem sobre duas

Para ilustrar a existência dessa diferença o autor exemplifica:

Por ejemplo, alimentación y abrigo no deben considerarse como necesidades, sino como satisfactores de la necesidad fundamental de Subsistencia. Del mismo modo, la educación (ya sea formal o informal), el estudio, la investigación, la estimulación precoz y la meditación son satisfactores de la necesidad de Entendimiento. Los sistemas curativos, la prevención y los esquemas de salud, en general, son satisfactores de la necesidad de Protección. (MAX-NEEF, 1986).

Para o autor, as necessidades humanas são finitas, poucas, classificáveis e são as mesmas em todas as culturas e em todos os tempos históricos. O diferencial é que a forma como as necessidades se expressam por meio dos *satisfactores* varia ao longo história, de acordo com as culturas, com as referências sociais, as estratégias de vida, as condições econômicas e as relações com o meio ambiente. Ou seja, o que muda é a maneira e os meios utilizados para a satisfação das necessidades.

Para sustentar essa teoria, Max-Neef sugere uma matriz de necessidades e *satisfactores*. Não se trata de uma proposição normativa. Ao contrário, o autor aponta a matriz apenas como um exemplo que não esgota em si os tipos de *satisfactores* possíveis¹⁶.

Tabela 02. Matriz de necessidades e *satisfactores*.

condições: como carências e como potencialidades. Compreendidas num sentido amplo, ou seja, não limitadas à mera subsistência, as necessidades patenteiam uma tensão constante entre carência e potência, tão própria dos seres humanos. Compreender as necessidades humanas somente como carências (tenho necessidade de alimentos porque careço dele, por exemplo) significa restringi-las ao estado puramente fisiológico. Contudo, na medida em que as necessidades comprometem, motivam e mobilizam as pessoas são também potencialidades. Ou seja, a necessidade de participar é potencial de participação, assim como a necessidade de afeto é potencial de receber afeto como também de dá-lo. (MAX-NEEF, 1986).

¹⁶ Aqui é preciso esclarecer que já houve um primeiro esforço, pelo menos na contemporaneidade, de elaborar uma matriz de necessidades humanas, esforço este realizado por Abraham Maslow em *A theory of human motivation*, nos anos de 1943. O próprio Max-Neef traz Maslow para dentro de seus escritos, como referência, porém desconstrói a ideia de hierarquia, proposta por Maslow, argumentado que as necessidades humanas fundamentais são não-hierárquicas, ontologicamente universais e invariáveis em sua natureza - parte da condição de ser humano. *Nota da autora*.

Necessidades existenciais	SER	TER	FAZER	ESTAR
Necessidades axiológicas				
SUBSISTÊNCIA	(1) Saúde física e mental, equilíbrio, solidariedade, humor, adaptabilidade	(2) Alimentação, abrigo, trabalho	(3) Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	(4) Entorno vital, entorno social
PROTEÇÃO	(5) Cuidado, adaptabilidade, autonomia, equilíbrio, solidariedade	(6) Sistemas de seguros, econômico, segurança social, de saúde, de leis, diretos, família e trabalho	(7) Cooperar, prevenir, planejar, cuidar, curar, defender	(8) Entorno vital, entorno social, moradia
AFETO	(9) Autoestima, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, receptividade, paixão, vontade, sensualidade, humor	(10) Amizades, casais, família, animais domésticos, plantas, jardins	(11) Amor, acariciar, expressar emoções, compartilhar, cuidar, cultivar, apreciar	(12) Privacidade, intimidade, casa, espaços de encontro
ENTENDIMENTO	(13) Consciência crítica, receptividade, curiosidade, disciplina, intuição, racionalidade	(14) Literatura, professores, método, políticas educacionais, políticas comunicacionais	(15) Investigar, estudar, experimentar, educar, analisar, meditar, interpretar	(16) Escolas, universidades, academias, grupos, comunidades, família
PARTICIPAÇÃO	(17) Adaptabilidade, receptividade, solidariedade, disposição, convicção, entrega, respeito, paixão, humor	(18) Diretos, responsabilidades, obrigações, atribuições, trabalho	(19) Afiliar-se, cooperar, propor, compartilhar, discordar, acatar, dialogar, acordar, opinar	(20) Âmbitos de interação participativa: partidos, associações, igrejas, comunidades, bairros, famílias

ÓCIO	(21) Curiosidade, receptividade, imaginação, despreocupação, humor, tranquilidade, sensualidade	(22) Jogos, espetáculos, festas,	(23) Divagar, abstrair-se, sonhar, desejar, fantasiar, evocar, relaxar, divertir-se, jogar	(24) Privacidade, intimidade, espaços de encontro, tempo livre, ambientes, paisagens
CRIAÇÃO	(25) Paixão, vontade, intuição, imaginação, audácia, racionalidade, autonomia, invenção, curiosidade	(26) Habilidades, destrezas, método, trabalho	(27) Trabalhar, inventar, construir, idealizar, compor, desenhar, interpretar	(28) Âmbitos de produção e retroalimentação: oficinas, grupos, audiências, espaços de expressão, liberdade temporal
IDENTIDADE	(29) Pertencimento, coerência, diferenciação, autoestima, assertividade	(30) Símbolos, linguagem, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores, normas, papéis, memória histórica, trabalho	(31) Comprometer-se, integrar-se, confrontar-se, definir-se, conhecer-se, reconhecer-se, utilizar-se, crescer	(32) Ritmos sociais, cotidianos, âmbitos de pertencimento, etapas da maturidade
LIBERDADE	(33) Autonomia, autoestima, vontade, paixão, assertividade, abertura, determinação, audácia, rebeldia, tolerância	(34) Igualdade de diretos	(35) Discordar, optar, diferenciar-se, arriscar, conhecer-se, assumir-se, desobedecer, meditar	(36) Plasticidade espaço-temporal

Fonte: adaptado de Max-Neef (1986). *Desarrollo a escala humana: opciones para el futuro*. Tradução da autora.

Max-Neef sugere que a sistematização proposta pela matriz acima apresentada pode ser uma ferramenta aplicável para fins de diagnósticos, planejamento e avaliação. Pode servir, de imediato, para o exercício participativo de auto-diagnóstico de grupos inseridos no

espaço local. Pelo processo de diálogo, um grupo pode identificar suas características atuais. O resultado desse exercício permitirá ao grupo ter consciência de suas carências e potencialidades mais profundas. Em termos propositivos, a matriz poderá indicar quais *satisfactores* serão necessários para suprir as necessidades fundamentais do grupo. A etapa seguinte consistiria em constatar as possibilidades de acesso aos bens econômicos necessários, quer sejam eles recursos materiais tais como capital, tecnologia e/ou artefatos.

A grande contribuição desse instrumento é de permitir operar, em nível local, uma estratégia de desenvolvimento orientada para a satisfação das necessidades humanas. Por sua natureza, reforça Max-Neef, tratar-se de um método por si mesmo educador, criador, participativo e gerador de consciência crítica.

O que nos interessa na teoria de Max-Neef não é por em prática a matriz em si, mas sim entender como se deu o processo de construção da mesma, sobretudo no que tange a fundamentação e a elaboração teórico-crítica de sua contribuição. Na linha de raciocínio do autor, as formas como vivemos nossas necessidades são, principalmente, subjetivas. Portanto, as categorias por ele apontadas como necessidades humanas são, antes de tudo, subjetivas. Quando o objeto de estudo é a relação entre os seres humanos e a sociedade, não se pode deixar de lado a universalidade do subjetivo, reforça o autor. É nesse ponto que amparamos nossa noção de “bem viver”. Portanto, encontramos nos postulados de Max-Neef referência para o recorte que optamos fazer nessa pesquisa. Ou seja, a centralidade nos sujeitos e suas subjetividades para construir uma noção que perpassa necessidades humanas fundamentais apontadas pelos próprios agricultores urbanos como indissociáveis do ponto de vista do bem viver nos espaços urbanos.

Outro elo está nas próprias categorias, existenciais e axiológicas, e na interação destas com seus *satisfactores*. Durante a elaboração do construto, os sujeitos da pesquisa apontaram elementos que para eles representariam “bem viver”. Para muitos desses elementos encontramos respaldo na matriz proposta pelo autor, como é o caso da autoestima, liberdade, generosidade, companheirismo, solidariedade etc. Nenhum conceito ou método de aferição de qualidade de vida convencional ancora noções como estas.

Dessa forma, a teoria de Max-Neef pode referendar cientificamente as percepções (empíricas) vivenciadas pelos agricultores urbanos. Para ele, uma breve passagem pelas ciências antropológicas indicará que necessidades humanas como a de subsistência, proteção, participação, ócio e criação estiveram presentes nos estágios evolutivos

humanos mais remotos (*Homo habilis* e *Homo sapiens*). Complementa ainda que, mais tarde, provavelmente, surgiu a necessidade de identidade e, posteriormente, a de liberdade. Portanto, parece legítimo afirmar que as necessidades mudam conforme transcorre o processo evolutivo, e que por estarem intimamente ligadas à evolução da espécie humana, são também universais. Nesse sentido, o caráter sócio-universal identificado nas necessidades humanas propostas pelo autor também se coaduna com a nossa noção de “bem viver”.

Além disso, as categorias presentes na matriz das necessidades humanas de Max-Neef são substância para uma dinâmica mais ampla, a qual, como já mencionada, traz como pano de fundo a proposição de um desenvolvimento da escala humana, de uma economia que sirva às pessoas. Nessa reflexão o autor estabelece que a frustração dos projetos de vida decorrente da intolerância política aniquiladora da liberdade (individual e coletiva) destrói a capacidade criativa das pessoas, o que implica, lentamente, e a partir de um profundo ressentimento, um processo de apatia e esgotamento das possibilidades, objetivas e subjetivas, de bem viver. Portanto, o enfoque humanista que o autor propõe implica a superação da racionalidade econômica dominante, na qual o central é dado pela materialidade do ato de consumo, segundo a qual a felicidade é dada pela regra e pelo compasso do consumo.

É justamente esse o ponto de inflexão entre a teoria de Max-Neef e o “bem viver” derivado da prática da agricultura urbana, pois ao mesmo tempo em que ambos estão no contrafluxo da lógica econômica preponderante, comportam elementos que podem retomar o caminho para uma vida plena de sentidos.

CAPÍTULO II. AGRICULTURA URBANA

Este capítulo apresenta as bases conceituais sobre Agricultura Urbana que orientaram a estrutura desta dissertação. Ele é formado por três tópicos principais. No primeiro, uma abordagem teórica revela que a agricultura urbana sempre fez parte das cidades, como uma resposta construída pelas populações frente às dinâmicas e aos desafios urbanos. O segundo tópico traz um recorte a partir da trajetória da Política Pública de AU no Brasil, apontando uma reflexão sobre a descontinuidade das ações via Governo Federal, bem como apresenta os mais relevantes marcos teóricos e legais existentes sobre a temática. No terceiro e último tópico, os olhares se dirigem às discussões conceituais e, a partir de um entendimento multidimensional, serão apresentados os benefícios e os conflitos de interesse associados à AU, como também uma das diversas modalidades de agricultura urbana, as hortas comunitárias, que são a fotografia do estudo de caso que embasa essa pesquisa.

2.1 A AGRICULTURA URBANA COMO UMA RESPOSTA ÀS DINÂMICAS E AOS DESAFIOS URBANOS

Praticada desde sempre por todas as culturas, a produção, transformação e consumo de animais e plantas tem acompanhado a evolução das cidades desde a antiguidade até os dias atuais (DA SILVA, 2006). Quando Resende (2004) destaca que as primeiras cidades resultaram de povos nômades que buscavam estabelecer um lugar fixo para a produção de vegetais e para a criação de animais, o autor traz a reflexão que a agricultura e os espaços urbanos sempre apresentaram afinidades, desde as cidades do Neolítico até as cidades modernas (BAIROCH, 1985).

As primeiras iniciativas em agricultura urbana de caráter social que surgiram na Europa no século XVIII refletiam uma resposta da população (rural) que migrava para as áreas urbanas e se deparava com o desemprego ou com rendimento insuficiente para satisfazer as necessidades humanas mais básicas (MATOS, 2010), como por exemplo, a de subsistência (MAX-NEEF, 2010).

Durante determinados períodos históricos, sobretudo de crise, as potencialidades da agricultura urbana ficaram mais evidentes, em especial a de possibilitar a produção e o acesso a alimentos em momentos de escassez. Os diferentes conflitos armados, observados

entre os anos 1900 e 1945, desencadearam um processo de produção urbana de alimentos, em virtude da necessidade de subsistência das populações, sobretudo as que residiam nos núcleos das cidades consideradas epicentros das grandes guerras (HOWE *et al.*, 2005).

Na Alemanha, o período pós-guerra (Primeira Guerra Mundial) foi marcado por uma grande carência de alimentos, o que levou a população a procurar alternativas para o enfrentamento da crise (GONÇALVES, 2013). Neste contexto surgiram os chamados *Schrebergaerten* (DEELSTRA e GIRARDET, 2000; HOWE *et al.*, 2005), que são hortas urbanas com uma dimensão entre 200 a 400 m², utilizadas para o cultivo de produtos hortícolas para autoconsumo e produção de plantas ornamentais. Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, esta forma de produção revelou todo seu potencial, garantindo alimentos para a população de muitas cidades alemãs (GONÇALVES, 2013).

Nesse mesmo período, outros países como França e Reino Unido também iniciam um movimento de aproveitar áreas urbanas para o desenvolvimento da atividade agrícola com a finalidade de suprir as necessidades alimentares durante a guerra. No Reino Unido, jardins públicos e privados supriam 10% das necessidades totais de produtos frescos do país (CABANNES, 2012).

O aumento do número de pessoas ligadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas no meio urbano, como aponta Arruda (2011), também se verificou após a queda da antiga URSS e, mais recentemente, no continente Africano, devido a conflitos armados instaurados em vários países.

Na década de noventa Smit *et al* (1996) sugeriam que a AU caminhava para um amadurecimento político e para um processo de expansão. Isso porque, afirmam os autores, já naquela época a atividade representava cerca de 15 a 20% da produção mundial de alimentos.

Na América Latina, África e Ásia a agricultura urbana ganha importância como uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres atingidas pela crise econômica e política que se instalou nessas regiões na década de 1980 (MAXWELL, 1995; BRYLD, 2003). Nesses locais, essa prática desenvolveu-se mais fortemente na dimensão da soberania alimentar e nutricional.

A exemplo de Cuba, que é referência mundial quando se trata de AU, Aquino & Assis (2007) apontam que essa forma de produção traz vantagens para a população, sobretudo no que tange o abastecimento alimentar, visto que quase 80% da população cubana é considerada urbana. Na cidade de Havana, em virtude da expressiva

contribuição à soberania alimentar da população, em 1989 o governo autorizou o uso de terras estatais, dentro e ao redor das cidades, para produção de alimentos (AQUINO, 2002). México, Argentina e Chile também são exemplos de países nos quais os movimentos e iniciativas de AU ganharam relevância em momentos de crises (AQUINO & ASSIS, 2005).

A título de exemplo recente, Jacarta representa bem esse processo. A crise econômica que se instaurou na Indonésia em 1997 deixou milhões de pessoas vulneráveis à insegurança alimentar, sem recursos financeiros suficientes para atender a necessidade básica de alimentação. As primeiras zonas afetadas foram as urbanas. Como reação, as pessoas começaram a produzir alimentos em pequenos lotes e espaços abertos em toda a cidade, inclusive transformando vários parques públicos em hortas (FAO, 1999).

Nessa mesma vertente, pode-se observar a presença das práticas agrícolas urbanas também na China, Vietnã, Senegal, Congo, Nigéria, Gana, Sri Lanka, Etiópia, Tanzânia, dentre muitos outros países dos continentes Africano e Asiático (DE ZEEUW & DUBBELING, 2009).

Mas também é importante salientar que as crises de ordem econômica, política, alimentar, energética, ambiental e social não são os únicos fatores que desencadearam processos de retomada das atividades de produção agrícola urbana. Existem inúmeras cidades nas quais a agricultura urbana tem se desenvolvido sem que haja necessidade de um momento histórico de crise. Em Nova York, por exemplo, muitos cidadãos assumiram essa prática como um modo de vida, tangenciando conceitos como sustentabilidade, conforto térmico e embelezamento dos espaços urbanos (PESSOA, 2005). Fatores como a preocupação com uma boa qualidade de vida, saúde e alimentação saudável são predicados com os quais a agricultura urbana pode estar relacionada, para além do ponto de vista da suficiência alimentar em momentos de crise.

Portanto, quando tratamos de agricultura urbana, observa-se uma prática histórica tão antiga quanto as cidades, que ao longo dos tempos esteve entrelaçada às dinâmicas e aos desafios urbanos. O inchaço das cidades¹⁷, a massificação e padronização dos hábitos alimentares, a fragilidade na segurança e soberania alimentar das

¹⁷ Cerca de metade da humanidade vive hoje em cidades. Populações urbanas cresceram de cerca de 750 milhões em 1950 para 3,6 bilhões em 2011. Até 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas (ONU, 2012).

populações carentes, a obesidade infantil¹⁸, a fome crônica¹⁹, o esgotamento dos recursos naturais (ar, água, solo, biodiversidade) e os altos índices de doenças²⁰ relacionadas ao uso de agrotóxicos e ao consumo de alimentos industrializados e que contêm organismos geneticamente modificados (OGM) são alguns exemplos que englobam esse complexo emaranhado de desafios.

No Brasil, a AU também apresenta raízes em décadas passadas. O exercício analítico, orientado por inúmeros exemplos que caracterizam a atividade como um processo social, será apresentado na seção seguinte.

2.2 A AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No âmbito nacional, já são conhecidas experiências bem sucedidas de produção de alimentos em espaços urbanos e, muitas delas, são referências na forma como se desenvolveram. Derivam de ações desenvolvidas tanto pelo poder público municipal e estadual como por iniciativas promovidas pela sociedade civil, sobretudo via movimentos sociais afins, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos urbanos, como o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), as Brigadas Populares (BP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas (MMTU), entre outros.

Pode-se dizer que agricultura urbana é uma realidade e abarca grande diversidade de contextos, dada a extensão continental e a heterogeneidade sociocultural observadas no país. Um cenário de múltiplas expressões já era apontado em 2007, num estudo realizado pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE de Minas Gerais em parceria com o IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Lima/Peru, que levantou a existência de mais de 600 experiências de agricultura urbana espalhadas pelo país, mais fortemente concentradas nas grandes regiões Sul-Sudeste.

¹⁸ Dados do IBGE indicam que em 20 anos, os casos de obesidade mais do que quadruplicaram entre crianças de 5 a 9 anos, chegando a 16,6% (meninos) e 11,8% (meninas).

¹⁹ No mundo, há aproximadamente 870 milhões de pessoas que sofrem de subnutrição, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A média de subnutridos representa 12,5% da população mundial. Mas os percentuais aumentam para 23,2% nos países em desenvolvimento e caem para 14,9% nas nações desenvolvidas (ONU, 2012).

²⁰ Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2012), um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos.

Inúmeras são as tipologias de AU existentes. As tipologias são construções humanas elaboradas segundo tradições, necessidades e desafios de cada local. São formas, maneiras singulares de como a agricultura urbana pode se expressar (FREDDI *et al*, 2014).

Muito embora a AU se apresente de inúmeras formas, Santandreu & Lovo (2007) simplificam o entendimento, sem perder a noção de complexidade, e caracterizam as tipologias pelo conjunto de atividade que podem envolver, como é o caso da produção, coleta ou extrativismo vegetal, produção animal, produção de insumos, atividades de comercialização e autoconsumo, transformação de alimentos e prestação de serviços. O que qualifica ainda mais cada tipologia, segundo os autores, é que em geral elas combinam mais de um processo. Numa horta comunitária, por exemplo, a produção vegetal quase sempre se articula com atividades de comercialização e autoconsumo.

Os mesmos autores acima indicam que algumas tipologias, em sua forma, são recorrentes, como é o caso das hortas comunitárias, hortas escolares e pomares. Como mais de 80% da população urbana brasileira vive em casas separadas por pequenos espaços vazios, os quintais produtivos domésticos também aparecem com frequência.

Contudo, um fator determinante para materialização dessas tipologias diz respeito ao acesso à terra. Muito embora o Brasil seja um país de extensão continental, a dificuldade no acesso à terra é uma das barreiras ao crescimento em escala da produção urbana de alimentos (MALUF, 2007). O caráter de subsistência, típico na maioria das iniciativas no país, condensa a AU nas estratégias de SAN. Menezes, Burlandy e Maluf (2004) discorrem nessa perspectiva quando afirmam que o acesso à terra é elemento crucial para que a AU se desenvolva.

Com o deslocamento de milhões de pessoas do campo para as cidades nas últimas décadas²¹, muitos centros urbanos no país não tiveram capacidade política e de infraestrutura (ou não foram preparados) para absorver esse contingente. Em geral, a fotografia desse processo é de uma população-migrante marginalizada, desprovida de direitos e de perspectivas, que busca estratégias de sobrevivência, a exemplo de antigas práticas provenientes do espaço rural, como é o caso da agricultura. Com essa afirmação, Arruda (2011) referenda a AU como uma resposta dinâmica ao desafio que a urbanização desenfreada encerra, sobre a óptica do espaço urbano.

²¹ No Brasil a urbanização chegou a 75% entre os anos de 1970 e 1990, 30 milhões de agricultores migraram para as cidades (HADDAD-KESSOUS e SABROU, 2005).

Reflexo das tendências mundiais, nota-se crescer em importância e necessidade a produção e o acesso a alimentos de boa qualidade pelas populações urbanas, sobretudo as que subexistem à margem da sociedade.

Nessa perspectiva, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) aponta que as práticas agrícolas urbanas têm sido identificadas como instrumentos estratégicos que podem aproximar as pessoas das fontes de sustento, sobretudo na última década, quando se intensifica o debate internacional entorno do tema da segurança alimentar e nutricional (FAO, 2009).

A questão da AU, suas potencialidades e desafios, também ganhou atenção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional²² (CONSEA), que a incluiu recentemente como um dos elementos constituintes das diretrizes da Política Nacional de SAN²³ (CONSEA, 2009).

A relação com outros eixos temáticos como a Soberania Alimentar, saúde, educação ambiental, geração de renda, gestão da cidade, políticas públicas, sustentabilidade, urbanismo etc. é indiscutível. Contudo, a base teórica sobre agricultura urbana no Brasil aponta, quase sempre, para uma forte interação com a questão da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. De fato, pois são temáticas afins e que têm ancorada em suas agendas a questão da agricultura urbana, notadamente pelas pressões dos movimentos sociais. Além do mais, a inclusão da “alimentação adequada” no rol dos direitos sociais constantes na constituição federal²⁴ vem favorecendo o desenvolvimento da AU, uma vez que esta prática pode ser entendida como uma prerrogativa que contribui para o exercício de tal direito humano.

²² Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Para mais informações sobre o CONSEA, ver site: <https://www.planalto.gov.br/consea/exec/index.cfm>

²³ “*Implantar a Política Nacional de Agricultura Urbana*”- texto original constante no rol de metas prioritárias 2012/2015 referentes à Diretriz 2 – Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos, do Plano Nacional de SAN 2012/2015, de agosto de 2011.

²⁴ O direito humano à alimentação foi incluído em 2010 na Constituição Federal e está expresso nos artigo 6º, que já prevê a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Nota da autora.

Em termos de diálogo governamental há pouco avanço, muito embora hajam experiências suficientes, encharcadas de conteúdo político, que referendariam a construção de políticas de Estado. Uma tentativa do governo federal de estabelecer um programa de AU surgiu em 2008 dentro das ações estratégicas do Programa Fome Zero. Contudo, inúmeros fatores, sobretudo os de ordem política, técnica e operacional, convergiram para o encerramento do programa e, por conseguinte, a descontinuidade no aporte de recursos financeiros para manutenção de experiências já estabelecidas bem como para o estabelecimento de novas. Nos dois segmentos seguintes, esse ponto em especial será aprofundado.

2.2.1 A Política Pública Federal de Agricultura Urbana

Nesta seção será apresentada a trajetória da construção da Política Pública de Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. É possível que, se forem analisadas todas as ações políticas, desde a concepção do Estado Brasileiro até os dias agora, encontre-se menção ou mesmo algum vínculo com a temática. Contudo, optamos por um recorte temporal que parte de um tempo histórico recente. Durante a fase exploratória para construção da base teórica, o respaldo governamental mais significativo para a temática foi observado no período entre 2003 até os dias atuais. Optou-se também por manter neste subitem tanto a denominação Agricultura Urbana e Periurbana - AUP, como também a expressão Agricultura Urbana - AU, por se tratar de redações e formulações genuínas dos documentos analisados.

A experiência brasileira na implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana é um processo recente. A proposição de uma Política Nacional para a temática aflorou no desenrolar da política mais geral de Segurança Alimentar e Nutricional, protagonizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (FAO/MDS, 2011).

Contudo, suas raízes estão na criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA, em 2003, e nas ações do Programa Fome Zero, um conjunto de ações estratégicas para o enfrentamento da fome e da pobreza e para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Muito embora não fazendo uso da expressão “agricultura urbana” naquela época, a implantação de hortas comunitárias, lavouras, viveiros, pomares, canteiros e criação de pequenos animais, foram as primeiras ações apoiadas pelo Governo

Federal que incitavam as práticas agrícolas nos espaços urbanos (IPEA, 2004).

A reforma ministerial, no início de 2004, marca a extinção do MESA e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que incorporou por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional as ações de segurança alimentar e combate à fome. No rol das possíveis medidas de enfrentamento à insegurança alimentar é que a AUP passa a ser encarada pelo MDS como um dos instrumentos de política pública, que poderia colaborar na promoção de sistemas locais de segurança alimentar que garantissem o abastecimento alimentar (PINHEIRO & FERRARETO, 2010).

Nesse processo, as pressões da sociedade civil e dos movimentos sociais foram elementos cruciais e determinantes para a consolidação de ações de AUP no âmbito do Governo Federal. Uma delas culminou na realização da II Conferência Nacional na Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN), em Olinda, em março de 2004, marco político no estabelecimento de prioridades e objetivos para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Durante o encontro, a agricultura urbana é apresentada como uma ação estratégica prioritária relacionada à produção de alimentos, local/regional (RELATÓRIO FINAL, II CNSAN, CONSEA, 2004).

Dentre as deliberações, considerou-se fundamental:

Fomentar programas governamentais de produção (...) com subsídios dos governos no que concerne a: projetos de hortas comunitárias, apicultura, piscicultura e pequenos animais”,... “estimular a produção de alimentos locais/regionais” e ainda, “subsidiar a criação de uma política Nacional de Agricultura Urbana. (RELATÓRIO FINAL, II CNSAN, CONSEA, 2004).

Quadro 01. As ações estratégicas da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para a Agricultura Urbana.

Na II Conferência de SAN realizada em Olinda em 2004, foi aprovada como parte dos aspectos relacionados à produção a seguinte ação estratégica relacionada à AU: *Elaborar diagnósticos participativos, coordenados pelos Consea's (ou conselhos afins) com o fim de subsidiar a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana por meio de:*

- *Identificação das diversas iniciativas de agricultura urbana desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil, avaliando seus potenciais e limitações para a promoção de SAN e;*
- *Levantamento georreferenciado municipal indicando os espaços públicos e privados passíveis de utilização em um programa de agricultura urbana com a garantia da ampla divulgação destes dados.*

Fonte: Produto 04 consolidado. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Consultoria FAO/MDS, 2011.

Em 2005 e 2006, houve aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades de produção de alimentos em hortas comunitárias, lavouras, criação de pequenos animais e feiras, aumentando o número de ações de beneficiamento, comercialização e a elaboração de planos municipais de SAN. Estados, municípios e Organizações Não Governamentais (ONG), distribuídos nas cinco regiões brasileiras, assinaram convênios nesse período. A partir desse período a denominação “Agricultura Urbana” começa a aparecer nos nomes dos projetos contemplados (FAO/MDS, 2011).

Em 2006 ainda, a criação da LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006) reforça o entendimento que a AU se articula diretamente com dois princípios que orientam tal lei, que são o direito humano à alimentação e à soberania alimentar (RODRIGUES DE OLIVEIRA, 2008).

Num estudo realizado em 2007, Santandreu & Lovo elaboraram um panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil, mapeando aproximadamente 600 iniciativas em 11 regiões metropolitanas²⁵, distribuídas nas cinco Regiões da Federação. Além do diagnóstico, a pesquisa ousou e apontou na redação possíveis diretrizes estratégicas para a implantação da Política no Brasil.

O estudo acima citado norteou as ações do MDS a partir de 2007. O primeiro edital de apoio a regiões metropolitanas (Edital SESAN/MDS 01/2007) foi lançado nesse ano com intuito de possibilitar

²⁵ Belém, Fortaleza, Salvador e Recife das Regiões Norte e Nordeste; Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba das Regiões Sul e Sudeste; e Brasília e Goiânia da Região Centro-Oeste.

a implementação de programas, projetos e iniciativas de agricultura urbana nas linhas de produção, beneficiamento, e comercialização agroalimentar (FAO/MDS, 2011).

Nesse mesmo ano aconteceu o 1º Seminário Nacional de Agricultura Urbana, realizado em Brasília, no mês de Maio. O evento teve como propósito apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida por Santandreu & Lovo (2007). Um resultado prático do evento foi a validação das Diretrizes da Política Nacional de AUP (PINHEIRO & FERRARETO, 2010), as quais estão apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 02. Diretrizes da Política Nacional de Agricultura Urbana

1. *Fortalecer a consciência cidadã em torno dos benefícios da Agricultura Urbana, para a sociedade civil e poder público;*
2. *Desenvolver capacidades técnicas e de gestão do/as agricultores urbanos e periurbanos;*
3. *Fortalecer a cadeia produtiva e promover ações específicas de fomento à produção, comercialização e consumo;*
4. *Facilitar o financiamento para AUP;*
5. *Promover a intersetorialidade e a gestão descentralizada e participativa;*
6. *Fortalecer a institucionalidade e a normatização para o desenvolvimento da AUP.*

I Seminário Nacional de Agricultura Urbana, Brasília, Maio 2007.

Fonte: Produto 04 consolidado. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Consultoria FAO/MDS, 2011.

Nota-se que a trajetória da AUP, embora ainda prematura como instrumento de política pública, assinala um amadurecimento político acerca das discussões, potencialidades reais e desafios intrínsecos a ela. O epicentro desse processo, sem dúvida, se deu durante a III Conferência Nacional de SAN, realizada em Fortaleza-CE em julho de 2007, quando a implantação da Política Nacional de AU se torna de fato uma das diretrizes da Conferência (III CNSAN. 2007).

Quadro 03. Propostas de AU aprovadas na III Conferência Nacional de SAN

Na III Conferência de SAN, realizada em Fortaleza em 2007, se aprovou uma proposta específica relacionada à AU dentro do Eixo Temático 3: Política Nacional de SAN, na Diretriz 2 – Estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos: no item 51, implantar uma política nacional de agricultura urbana e periurbana e pesca artesanal sustentáveis através de um projeto de lei, incluindo indígenas não aldeados entre seus beneficiários, com dotação orçamentária e linha de crédito especial, integrando iniciativas de produção, extrativismo, beneficiamento/transformação, comercialização e serviços (assessoria, formação e capacitação) de alimentos em bases agroecológicas e de economia solidária, integrada com o Programa Luz para Todos. Regularizar o uso de áreas ociosas para hortas e pomares comunitários. Articular essas iniciativas com a gestão territorial e ambiental, incorporando-as nos planos diretores dos municípios. Realização de um encontro nacional de agricultura urbana e periurbana e pesca artesanal no ano de 2008 (III CNSAN. 2007).

Também na III Conferência a Agricultura Urbana está considerada dentro do Eixo Temático 1: Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento, no item sobre os Componentes da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, em específico no item 2: A incorporação do objetivo da segurança alimentar e nutricional na definição da estratégia nacional de desenvolvimento deve contemplar os seguintes componentes: 1. Ampliação das possibilidades de obtenção de renda pela regularização e acesso à terra urbana e rural e à água, garantia ao trabalho digno e decente como condição para o acesso à alimentação adequada e saudável, com ações prioritárias específicas para as famílias beneficiadas por programas de complementação de renda e as que vivem em área de vulnerabilidade social; e no item 3: Promoção de formas rurais, urbanas e periurbanas equitativas, sustentáveis e justas de produção, comercialização e distribuição de alimentos, com ênfase no fomento da economia solidária e fortalecimento do comércio familiar de produtos básicos, no comércio justo e na ampliação e integração das políticas para valorização da agricultura familiar, agroecológica, aquicultura e pesca artesanal (III CNSAN. 2007).

Fonte: Produto 04 consolidado. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Consultoria FAO/MDS, 2011.

Outro fator imperativo que contribuiu para assegurar a AUP na agenda do governo foi a criação do Programa de Agricultura Urbana, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS. O objetivo principal era estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades, aproveitando as áreas ociosas nas regiões metropolitanas para promover o plantio de: hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e instalação de miniagroindústrias (MDS, 2014). O Programa de AUP do MDS possuía um selo, que identifica as iniciativas financiadas pelo Governo Federal.

Figura 03. Selo do Programa de Agricultura Urbana



Fonte: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/marcas/marcas-e-selos/manual-de-identidade-visual/agricultura-urbana>

Para operacionalizar este programa o MDS criou em 2008 a Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana - CGAAU, uma estrutura administrativa dentro da SESAN, com dotação orçamentária e financeira específica e relativa autonomia administrativa (PINHEIRO & FERRARETO, 2010).

O primeiro edital desse ano (Edital SESAN/MDS 05/2008 - “*Seleção de propostas para a implantação ou fortalecimento de Centros de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana - Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento*”) teve por objetivo apoiar a implantação ou fortalecimento dos CAAUPs em Regiões Metropolitanas (FAO/MDS, 2011).

Segundo o MDS (2008) estes Centros foram articulados para servir de canal de diálogo entre o governo e a sociedade civil, uma espécie de vaso comunicante para a consolidação do sistema público de promoção da agricultura urbana em regiões metropolitanas.

O objetivo dos Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana é possibilitar o acesso dos agricultores familiares urbanos e periurbanos a processos produtivos de qualidade, sustentáveis, participativos e que respeitem as suas realidades socioespaciais, com vistas à melhora do autoconsumo, à comercialização dos excedentes como forma de geração de renda, e à apropriação de saberes e de espaços coletivos de organização social. (MDS, 2008).

Dentre as competências dos CAAUPs está a de atuar na implementação das ações e atividades do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, referenciada nas seguintes diretrizes: a) desenvolvimento de capacidades técnicas e de gestão dos agricultores urbanos e periurbanos; b) fortalecimento de sistemas agroalimentares locais e regionais por meio do fomento a produção, comercialização e do consumo de alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar urbana e periurbana; c) fomento a aquisição de insumos para os empreendimentos familiares e comunitários de AUP; d) articulação de políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional no território, promotores da agricultura urbana e periurbana (MDS, 2011).

O aporte de recursos do Edital SESAN/MDS 05/2008 teve um valor máximo previsto por projeto de R\$ 540.000,00. Naquela época, 14 propostas foram selecionadas, e destas, 12 foram habilitadas a operar os recursos desse edital. Dentre as instituições encontram-se Universidades, Fundações e Institutos das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste (FAO/MDS, 2011). A tabela abaixo revela os projetos selecionados.

Tabela 03. Detalhamento dos projetos selecionados Edital SESAN/MDS 05/2008

Detalhamento dos projetos selecionados Edital SESAN/MDS 05/2008			
Instituição	Estado	Famílias beneficiadas	Valor do repasse R\$
UFPA	PA	1.423	540.000,00
UFSC	SC	704	499.989,00
EMATER	PR	799	529.640,52
IDERAL	AL	14.000	538.065,05
EBDA	BA	1.000	535.660,40
CENTRO PAULA SOUZA	SP	423	530.000,00
EMATER	PI	1.264	539.957,85
UEMA	MA	44	400.000,00
ITER	MG	2.014	538.041,00
UEM	PR	366	513.180,35
UNB	DF	726	512.230,00
FURG	RS	1.100	379.931,10
TOTAL		22.899	6.056.695,27

Projetos conveniados para o estabelecimento de CAAUPs. Tabela adaptada de: Produto 04 consolidado. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Consultoria FAO/MDS, 2011.

A demanda por controle social pelas entidades selecionadas culminou na criação, em 2008 ainda, de duas instâncias: o Comitê Gestor dos Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana.

Coletivo Nacional de Agricultura Urbana – é o espaço de participação e consulta, planejamento estratégico e, monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de AUP. Já o Comitê Gestor dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana é um espaço executivo de coordenação, intercâmbio, planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos CAAUPs, constituído inicialmente pelas instituições selecionadas por meio do Edital MDS/SESAN 05/2008. (Relatório /MDS, 2008).

Com o aprofundamento do tema, vislumbra-se a possibilidade de articulação transversal a outras políticas e programas, sobretudo vinculados às políticas e equipamentos públicos de SAN e assistência social. A carência substancial de orientação técnica por parte dos gestores locais na execução dos projetos levou à realização de duas capacitações, as quais tinham o propósito de contribuir no fortalecimento das capacidades dos gestores públicos dos Centros. A primeira transcorreu na forma de curso à distância, no primeiro semestre de 2009. A segunda, presencial, aconteceu na cidade de Belo Horizonte no segundo semestre do mesmo ano e, do ponto de vista da participação dos gestores, foi considerado satisfatório (FAO/MDS, 2011).

Uma das grandes discussões, derivada de todo o processo de construção da política de AUP e pautada durante os dois momentos de formação dos gestores, diz respeito ao debate sobre alcance territorial da política, ou seja, quais são os limites espaciais em torno dos termos “urbano” e “periurbano”. Pode-se notar que a própria literatura utilizada aqui ora utiliza a expressão “agricultura urbana” ora também “agricultura urbana e periurbana”. A superação desse impasse semântico entre urbano e periurbano, para a política, incita discutir o que é rural e urbano no país. Frente às singularidades de cada espaço recaem inúmeras tentativas de definição e delimitação, mas que de fato resultam no esvaziamento dos conceitos pela dureza de seus instrumentos políticos e jurídicos. Na seção 2.3 que discutirá a arquitetura conceitual do tema, esse ponto será melhor examinado.

A Política de AUP ganha respaldo em 2010 com a aprovação do Decreto 7.272/2010²⁶, que no seu Capítulo IX das disposições transitórias e finais, art.22, inciso V, incorpora o termo “produção urbana e periurbana de alimentos” como um dos temas que deve compor o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (FAO/MDS, 2011).

As próximas ações decorrentes da Política de AUP, nos anos seguintes, se resumem a lançamento de editais, desta vez apoiando projetos de AUP coordenados por órgãos da administração direta e/ou indireta dos Estados e do Distrito Federal, tanto em regiões com presença de CAAUPs como também em novas. Segundo FAO/MDS (2011), o último aporte de recursos no valor global de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) se deu em 2011 por meio do Edital MDS/SESAN nº. 04/2011.

No final de 2012 e ao longo de 2013, com reestruturações políticas dentro do Ministério, o acúmulo de convênios encerrados e com prestação de contas atrasadas, associados à falta de corpo técnico para análise dos mesmos resultou na supressão do Programa de AUP e, por conseguinte, na descontinuidade das ações da Política de AUP (LECERA, 2013).

Essa ruptura simboliza um marco temporal de retrocesso político e histórico na construção da Política de AUP. Muito embora as pressões da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos CAAUPs, das Universidades, das ONGs, dos CONSEAs estaduais e do nacional e de inúmeras outras entidades tenham relação direta com os avanços políticos na construção da Política de AUP, seus esforços não foram suficientes para contornar a decisão do Governo. As explicações do Governo do “porque não deu certo” são nebulosas e um hiato entre governo e sociedade civil está formado.

2.2.2 Por que não deu certo?

Neste ponto será apresentada uma reflexão sobre a descontinuidade das ações da política pública de AU pelo Governo Federal. Grande parte dessa análise é fruto da minha vivência, colaborando desde 2008 até os dias atuais no LECERA/UFSC, que

²⁶ DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

desde então opera o único Centro de Apoio a AUP no país que ainda mantém-se ativo. Em que pese o rompimento dos laços do Governo Federal com essa experiência, o raciocínio aqui é de um diagnóstico sobre as falhas nas engrenagens da Política de AU. O respaldo teórico é apoiado nas avaliações constantes no relatório de consultoria FAO/MDS (2011) que teve o propósito de sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009.

O ponto central deste eixo foi a extinção do Programa de AUP em 2013. Os motivos são inúmeros e, todos, sem exceção, contribuíram para tal fato. Sem hierarquia, as razões de natureza técnica e operacional serão o ponto inicial. A carência de corpo técnico qualificado para agilizar a execução dos convênios, bem como o grande volume de prestação de contas com análises atrasadas, atestou a incapacidade técnica e operacional da Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana do MDS na gestão do Programa.

Segundo o relatório de consultoria FAO/MDS (2011), em 2011 a equipe da CGAAU era composta por dezesseis profissionais. Muito embora aparente uma equipe multidisciplinar, os mesmos autores apontam que havia alta rotatividade de pessoas e falta de diálogo e planejamento interno. Isso implicou problemas no acompanhamento dos projetos, visto que muitas vezes se rompia um processo de diálogo que o técnico estabelecia com o proponente do projeto.

A sobrecarga de trabalho da equipe, majoritariamente burocrático, também pode ser apontada como um dos contratempos do Programa. Em 2011, a CGAAU acompanhava a execução de cerca de 300 convênios, mais os que estavam em processo de prestação de contas (FAO/MDS, 2011). Portanto, esse elevado volume de trabalho, notadamente voltado à geração de resultados quantitativos, ocupou grande parte do tempo que a equipe gestora dispunha para construção participativa da Política de AUP junto à sociedade civil e aos movimentos sociais.

Muito embora na teoria a temática fosse tratada como inter-setorial e transversal, na prática isso não se verificava dentro do Ministério. O próprio relatório de consultoria FAO/MDS (2011) corrobora essa afirmação quando expõe que a falta de articulação (estratégica e territorial) com ações desenvolvidas por outras coordenações do MDS afetou negativamente a implantação da política pública.

Agravando a situação, a interlocução entre ministérios não ganhou a devida importância. Foi incipiente, como no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com o qual o diálogo não passou da presença em eventos de AUP promovidos pelo MDS. Ou mesmo ausente, como no caso dos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, Saúde, Trabalho, dentre outros que seriam estratégicos para a construção da Política de AUP.

O potencial inter-setorial da Política de AUP, por meio de seus instrumentos e mecanismos de execução, tem relação direta com as multidimensões do tema. Isso implica a possibilidade de diálogo não somente com a SAN, mas também com a dimensão do planejamento estratégico das cidades, dos programas habitacionais, da ecologia e biodiversidade urbana, da governabilidade participativa, do abastecimento alimentar local, da educação ambiental, do direito à cidade, da reforma agrária, das relações de gênero, de uma economia que sirva às pessoas, etc.

A articulação governamental dessa complexa rede de dimensões da AU, conveniente para a construção de uma política sólida, demanda antes de tudo a identificação das possíveis interfaces institucionais, para assim elaborar ações conjugadas entre vários atores, o que de fato não aconteceu na execução do Programa de AUP do Governo Federal.

Pode-se dizer, portanto, que o Programa de AUP foi um instrumento da Política que respondeu de forma efêmera às demandas sociais, e que derivado disso, a própria Política não sustentou uma envergadura capaz de superar a obsoleta forma do governo (dos governos) de operar por ações pontuais, não estruturadas e, muitas vezes, de interesse partidário por natureza.

Outro ponto que cabe destacar por ter colaborado para a extinção do Programa e para o desgaste no processo de construção da política pública foi o fracasso de inúmeras iniciativas financiadas pelo MDS, sobretudo as que originaram os CAAUPs. Obviamente essa constatação não está desvinculada do cenário acima apresentado. Mas, certamente, o motor desse processo foram as exigências burocráticas para acessar, executar e prestar contas dos recursos do Programa.

Até 2006 não havia critérios para seleção e as demandas dos estados, municípios e demais entidades eram feitas de maneira espontânea ao MDS (PINHEIRO & FERRARETO, 2010). A partir desse ano, a apreciação das propostas foi atrelada ao atendimento de prerrogativas constantes em editais. Os editais de seleção pública para implantação de ações de AUP continham critérios na maioria das vezes

excludentes, como por exemplo a apresentação de “*relação nominal dos beneficiários que serão envolvidos no projeto, contendo, CPF, número da inscrição social - NIS, declaração de aptidão ao Pronaf - DAP e fone de contato*” (EDITAL MDS/SESAN 04/2012).

É evidente que critérios como este pressupõem, necessariamente, uma construção coletiva prévia, tanto com as comunidades quanto com gestores públicos responsáveis pelos cadastros sociais. O fato é que a dificuldade de diálogo inter-setorial se dá em todos os níveis de governo. Portanto, acessar previamente esse tipo de informação, obrigatória para celebração do convênio com o MDS, era quase impossível. Além do mais, os editais são mecanismos que financiam projetos com duração limitada no tempo, o que tende a ser um obstáculo à sustentabilidade das experiências. O que ecoa mais alto nesse ponto é o caráter verticalizado da ação, ou seja, de “cima para baixo”, o que denota uma política ainda frágil e que desconhecia as realidades e suas gentes.

Outro ponto que deve ser abordado diz respeito à insegurança jurídica quanto ao acesso à terra pelos agricultores urbanos. Menezes, Burlandy e Maluf (2004) dialogam nessa perspectiva quando afirmam que o acesso à terra é elemento crucial para que a AU se desenvolva. A exigência do MDS era que os recursos do Programa deveriam fomentar experiências alocadas em terrenos públicos. Não se questiona aqui a legitimidade desse critério, pois se entende que por se tratar de uma política pública e de recursos públicos, espaços desta mesma natureza deveriam ter prioridade, mas não exclusividade. O que se contesta é o essencialismo desse requisito, desconectado das realidades dinâmicas das municipalidades. O Brasil ainda não reconheceu o usufruto da terra, essencial para a validação das atividades de agricultura urbana (RICARTE-COVARRUBIAS et al, 2011).

Além do mais, não há respaldo nos planos diretores dos municípios para uso agrícola do solo urbano. Mesmo em terrenos públicos, os agricultores urbanos convivem com a incerteza na continuidade das atividades. Essa foi uma demanda social recorrente na construção da Política de AUP. Contudo, com a inexistência de diálogo entre o MDS e o Ministério das Cidades, a reflexão é que esse condicionante foi “jogado para escanteio”.

Merecem menção também as várias iniciativas que fracassaram em virtude da morosidade nos processos de compra pública, regidos

pela Lei 8.666²⁷ de 21 de junho de 1993. Os CAAUPs de Alagoas e da Bahia são exemplos.

Outro ponto que debilitou a Política de AUP diz respeito à inconstância na seleção de proponentes. De 2006 até 2013, em cada edital lançado, havia alternância entre municípios, estados, fundações, universidades, ONGs e institutos. A oscilação de entes conveniados implica, na prática, a descontinuidade de ações já existentes.

Por fim, razões de natureza política encerram essa seção, sem é claro esgotar o debate em si. Se de um lado há falhas do MDS, por parte dos proponentes elas também existem, sobretudo quando estes últimos adotam posturas pragmáticas e acessam editais federais exclusivamente com intuito de “receber recursos financeiros”. Nessa perspectiva, o relatório de consultoria FAO/MDS (2011) destaca que o compartilhamento de responsabilidades entre as diferentes esferas de governo é um processo que demanda amadurecimento no país.

Durante os anos de sua trajetória, processos eleitorais aconteceram nas três instâncias de governo, também fragilizando a implementação da Política de AU. Oposições partidárias geram resistência em continuar projetos e ações de gestões anteriores, o que dificulta a construção de políticas que demandam sinergia entre as três esferas de governo.

A falta de vontade política dos governos para transpor ações pontuais e emergenciais condensa muitos dos porquês que não deu certo. Nesse quesito, o próprio Ministério sustentou, por anos, discursos ambíguos, sem coerência entre teoria e prática. Em tese, a AUP caminhava para um reconhecimento institucional. Na prática, não foi além de estratégia de governo. Em 2012 houve uma tentativa de elaborar uma Portaria para regulamentar o Programa de AUP, por parte da sociedade civil, sem muito avanço.

Os marcos legais da SAN não são claros em sua redação quanto à efetiva adoção da AU como política necessária aos estados e municípios na promoção da SAN. Um bom exemplo disso é o recente decreto nº. 7.272 de 25 de agosto de 2010, que aprova a Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional- PNSAN. Muito embora represente um marco significativo para a AU, o decreto acima regulamenta a política do ponto de vista do Governo Federal, mas não tem poder para determinar a sua implantação nas demais esferas de governo. Dessa forma, a materialização ou não da política de SAN (e

²⁷ Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

das diretrizes de AU nela contidas) fica dependente do interesse político e/ou afinidade político partidária dos gestores nas demais esferas do governo.

A Lei N° 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, não faz menção objetiva à AU nos seus artigos. Conceitualmente há convergências significativas de objetivos. Porém, compete ao imaginário humano estabelecer essas correlações.

Todos os argumentos até agora expostos refletiram na falta de um posicionamento político e institucional do MDS, que ora encarava a AUP como uma política social, ora como de território. Talvez o debate sobre as territorialidades dos projetos pudesse ter melhorado o foco do Programa e da Política Nacional de AUP, conforme aponta o relatório de consultoria FAO/MDS (2011).

Não é o objetivo aqui culpabilizar o MDS, por si só, pela extinção do Programa de AUP. O fracasso do Governo na construção da política deve ser compartilhado com toda rede de parceiros envolvida nesse processo. Portanto, grande parte das razões técnicas, operacionais e políticas expostas podem ser estendidas aos estados, municípios, universidades, fundações, institutos e demais entes que durante 10 anos (2003 – 2013) estabeleceram convênios com MDS para o desenvolvimento de ações de AUP. O tratamento dado ao tema pelo Governo Federal (como política de governo) foi sentido e vivenciado pelos entes que operaram o Programa, reproduzindo um modelo que não saiu da precariedade de ações pontuais.

A reflexão central é de que demonstrações de simpatia pela temática não sustentam a construção de políticas públicas. Sobretudo porque se trata de um tema que está no contra fluxo do sistema econômico de produção. Tema este que tem potencial de ser uma janela para bem viver, do qual o resultado é mais do que alimento.

Por fim, o fracasso das governanças na construção da política de AUP não quer dizer que a temática tenha desaparecido de vez da agenda pública. Em que pesem suas múltiplas dimensões, muitas políticas de AUP podem e devem (co) existir. Até porque, lá na ponta, ela continua existindo para agricultoras e agricultores urbanos, como um modo e/ou um meio de bem viver.

2.2.3 Os marcos teóricos e legais sobre AUP no Brasil

O enfoque que se faz neste ponto está atrelado a dois aspectos importantes que vêm contribuindo para o reconhecimento da AU pelas instituições públicas, bem como para o reconhecimento pelos próprios sujeitos da sua *identidade* enquanto *agricultor urbano*. No primeiro momento serão apresentados os marcos legais nas diferentes esferas de governo federal, estadual e municipal, apontando seus elementos transversais. No segundo momento, serão expostos os marcos teóricos, compreendidos como instrumentos que permitiram a realização da AUP.

De maneira geral, Santandreu & Lovo (2007) apontam que é possível distinguir três grupos de marcos legais existentes no Brasil:

- A **legislação correlata** à temática da AU, que inclui as leis que regulamentam o uso do solo e o planejamento municipal (planos diretores, estratégicos, o zoneamento do solo municipal, com fins cadastrais e tributários, etc.);
- A **legislação setorial** relacionada à AU, que inclui um conjunto de leis relacionadas, sobretudo, com a segurança alimentar e nutricional;
- A **legislação específica** de AU, que inclui leis que criam programas de AU, promovem espaços multitorais, outorgam incentivos fiscais para o desenvolvimento da atividade, estabelecem critérios específicos para o uso do solo ou água etc.

A legislação setorial, notadamente pautada por diretrizes da segurança alimentar e nutricional, foi a primeira abertura para se discutir a inclusão da agricultura urbana como ferramenta estratégia (FAO/MDS, 2011). A Lei N° 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, não faz menção objetiva à AU nos seus artigos. Contudo, como a referida lei estabelece que a alimentação adequada se constitua em direito fundamental do ser humano, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a SAN, pode-se inferir que conceitualmente há convergências significativas com os objetivos da agricultura urbana.

Não há Lei federal específica para AU. A tabela 04 abaixo, fruto da compilação de dados existentes na literatura (SANTANDREU & LOVO, 2007; FAO/MDS, 2011), sistematiza o conjunto de leis correlatas, setoriais e específicas para a AU existentes no Brasil.

Percebe-se que há 17 iniciativas de projeto de lei específicas para a AU. A redação é praticamente a mesma para todos os locais e tem por base as leis implementadas no Estado de Minas Gerais e São Paulo, pioneiros nessa questão. Em termos de tempo de vigência, a totalidade das leis específicas não possui mais que uma década de criação. Isso denota a jovialidade da temática em termos de política pública.

Nota-se que as leis sistematizadas na tabela abaixo, em sua maioria, estão relacionadas a grandes centros urbanos, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e Brasília. De fato, as metrópoles e regiões metropolitanas concentram enorme contingente populacional e demonstram mais claramente os desafios no planejamento urbano (moradia, saneamento, mobilidade, saúde, educação e alimentação). O próprio direcionamento do extinto Programa de AUP do Governo Federal em apoiar projetos em regiões metropolitanas pode ter favorecido o maior volume de leis nestes espaços.

Contudo, há leis específicas para AU que nascem em cidades pequenas, como é o caso do município de Apicás em Minas Gerais e Maracanaú no Ceará. Isso demonstra que cada local apresenta uma singularidade e merece um olhar específico em termos de marco legal.

Como elementos transversais, citamos a indicação de integração/articulação das leis de AU com a política agrícola, a política urbana e a habitação, assistência social, saúde, educação, geração de emprego e renda, formação profissional e proteção ambiental, assim como com o tema da segurança alimentar e nutricional. Em termos de objetivos, todas as leis específicas trazem a geração de renda, acesso à alimentação e aumento da disponibilidade de alimentos, planejamento urbano e gestão comunitária como elementos comuns.

Tabela 04. Sistematização da legislação brasileira sobre AU.

Município/Estado	Nº Lei/Decreto	Nome	Tipo de legislação
Ananindeua/PA	LEI Nº 2.224, de 16/06/2006	Dispõe sobre a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências	Específica

Apiacás/MG	LEI N° 614/2009	Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Apiacás/MS	Específica
Belo Horizonte/MG	LEI N° 6.352, de 15/07/1993	Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e dá outras providências.	correlata
Belo Horizonte/MG	Lei N°10.255, de 13/09/2011	Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana	específica
Belo Horizonte/MG	LEI N° 7.165, de 27/08/1996	Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte	correlata
Belo Horizonte/MG	LEI N° 9.959, DE 20/07/2010	Atualiza a LEI N° 7.165/1996 de Belo Horizonte/MG	correlata
Brasília/DF	LEI N° 11.346, de 15/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN	Setorial
Brasília/DF	Decreto N° 7.272, de	Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de	Setorial

	25/08/2010	setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências	
Brasília/DF	LEI N° 9.795, de 27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências	correlata
Brasília/DF	LEI N° 3.495, de 15/08/1994	Dispõe a Implantação da Agricultura Urbana no Distrito Federal	específica
Campinas/SP	LEI N° 9.549, de 10/12/1997	Cria o Programa de Horta Comunitária em Campinas-SP	específica
Campinas/SP	LEI N° 1.395, de 23/10/2002	Cria o Programa de Viveiros de Mudanças	correlata
Campinas/SP	Decreto N°	Regulamenta	específica

	14.288, de 11/04/2003	Programa de Hortas Comunitárias de Campinas	
Campinas/SP	LEI Nº 11.396, de 23/10/2002	Cria o Programa de "Viveiros e Mudas" nas escolas do Município	correlata
Contagem/MG	LEI Nº 4.276, de 15/07/2009	Cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável - IMSANS de Contagem/MG	Setorial
Curitiba/PR	DECRETO Nº 992, de 15/10/2003	Institui a política de Abastecimento de Curitiba/PR	correlata
Goiânia/GO	LEI Nº 16.476, de 10/02/2009	Dispõe sobre a Política de Apoio à Agricultura Urbana do Estado de Goiás	específica
Governador Valadares/MG	LEI Nº 5.439, de 18/05/2005	Reestrutura o Programa de AU no Município de Governador Valadares MG que havia sido criado pela LEI Nº 5.265/2003	específica

Governador Valadares/MG	LEI N° 5.265, de 29/12/2003	Cria o Programa de Au no Município de Governador Valadares/MG.	específica
Guarulhos/SP	LEI N° 6.426, de 01/10/2008	Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no Município de Guarulhos e define suas diretrizes	específica
João Pessoa/PB	LEI N° 12.515, de 21/02/ 2013	Institui a política municipal de apoio à Agricultura Urbana na Capital - João Pessoa	específica
Maracanaú/CE	Lei N° 1.157, de 20/12/2006	Institui a Política Municipal de apoio à Agricultura Urbana e Familiar no Município de Maracanaú/CE	específica
Minas Gerais/MG	Decreto N° 44.720, de 12/02/2008	Regulamenta a Lei n° 15.973, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana.	específica
Minas Gerais/MG	LEI N° 15.973, de	Institui o apoio à Agricultura Urbana	específica

	12/01/2006	do Estado de Minas Gerais	
Minas Gerais/MG	LEI N° 21.146, de 14/01/2014	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - Peapo	correlata
Ribeirão Branco/SP	LEI N° 26, de 25/09/2009	Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de Ribeirão Branco/SP	específica
São Paulo/SP	Lei N° 13.727, de 12/01/2004, Decreto N° 51.801/10	Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no Município de São Paulo/SP	específica
Viçosa/MG	LEI N° 1.715, de 20/12/2005	Estimula Agricultura Urbana no Município de Viçosa e dá outras providências	específica

Fonte: autora - pesquisa na base legal brasileira, por meio do site www.jusbrasil.com.br. Acesso em junho de 2014.

No que tange os marcos teóricos sobre AU, vale destacar os que estão na base de todo o processo e impulsionaram os debates e avanços da temática no país.

A II e III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em 2004 e 2007, respectivamente, serão consideradas aqui como os primeiros marcos teóricos, as quais possibilitaram ventilar o tema da AU para dentro das diretrizes da SAN.

Em seus relatórios finais, surge o tema da Agricultura Urbana como proposta de ações prioritárias de abastecimento.

Adentrando a agenda política da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, há que se destacar os avanços significativos no sentido de formular as bases da Agricultura Urbana com propostas claras para a criação de uma Política Nacional. Neste marco teórico se discute pela primeira vez a transversalidade da AU, alcançando os temas do urbanismo e os planos diretores, do desenvolvimento sustentável e da inclusão social através da melhoria de renda na economia solidária. Ainda, o debate estendeu-se até questões conflitantes do ponto de vista da efetivação da AU, como é o caso da assessoria técnica, formação e capacitação de pessoas, meios e modos de produção de alimentos e produtos com bases agroecológicas (CNSAN, 2007).

Nessa mesma vertente, o mais recente e importante marco teórico que abarcou a temática da AU foi o VII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), na cidade de Porto Alegre (RS) nos dias 04 a 06 de Junho de 2013. O espaço teve como tema mobilizador: *Que alimentos (não) estamos comendo?* O documento síntese do encontro, intitulado Carta de Porto Alegre, retoma e qualifica o debate da AU como ponto importante para a soberania e a segurança alimentar e nutricional. A agricultura urbana é pautada como *“uma via de enfrentamento à crise do sistema agroalimentar”*. São expressas, na carta, inúmeras potencialidades, bem como o desafio de transpor invisibilidade da atividade para que sejam compreendidos seus reais desafios cotidianos.

Este marco político assumiu compromisso de atuar na incorporação desta pauta na agenda dos diferentes atores envolvidos com a soberania e a segurança alimentar e nutricional, como a reforma urbana, a reforma agrária e a agroecologia, povos tradicionais e povos de terreiro, o feminismo, a economia solidária dentre outros (FBSSAN, 2013).

Outro ponto que merece destaque por referendar ações de AU está exposto em nível de governo federal. Segundo Arruda (2011), uma referência direta à AU é feita no PROGRAMA FOME ZERO. O conceito e o enfoque do programa são praticamente equivalentes aos propostos no Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). No programa brasileiro há menção aos programas de abastecimento e programas voltados à promoção e apoio a hortas comunitárias. Na seção 5.4.1, *Programas Municipais de*

Segurança Alimentar, também aparece a questão da agricultura urbana quando se apontam indicações para áreas de pequenas e médias cidades:

[...] d) A conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar local precisa ser mais valorizada nos pequenos e médios municípios. Ela deve ser um dos componentes centrais dos programas de abastecimento e dos programas voltados à promoção do desenvolvimento rural dos pequenos e médios municípios, gerando emprego e produzindo alimentos frescos de qualidade. Várias iniciativas de alçada municipal podem fomentar esta atividade: estimular programas como ‘Feira do Produtor’ e sistemas de entrega no domicílio de produtos frescos; cursos de capacitação para formação de hortas nas escolas; cadastro de terrenos urbanos em uso para produção de hortas e a cessão para produção, por tempo determinado previamente, para pessoas interessadas sem emprego; e alíquotas diferenciadas de IPTU para terrenos aproveitados para este uso (PROGRAMA FOME ZERO, 2001, pg. 97).

Cabe mencionar outros marcos políticos construídos a partir da articulação da sociedade civil ao longo da última década. Há relatos de Seminários Estaduais e/ou Municipais de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais e Brasília. Em geral, os posicionamentos são recorrentes: impasses e desafios a partir de experiências locais. O fato é que a articulação entre espaços e seus atores é muito prematura, dificultando a formação de uma rede com maior alcance social.

O avanço que se pode destacar dessa rede está na pressão exercida junto ao Governo Federal, no ano de 2012, na tentativa de construir e sancionar Portaria que Instituiria o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Urbana no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em consonância com o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento foi elaborado, revisado, sem, no entanto, haver um encaminhamento por parte do Governo Federal. Tal Portaria, caso tivesse avançado, seria um divisor de águas para a AU no país. Mais uma vez esbarra-se num problema de envergadura político-partidária, no qual residem interesses

econômicos antagônicos aos da população prioritariamente beneficiária²⁸ da Política AU.

Cabe destacar, no ano de 2012 em particular, a realização em Brasília do *III Seminário Latino-Americano e Caribenho de Agricultura Urbana e Periurbana*. O evento evidenciou o caráter estratégico da rede de interlocução dos países participantes – Cuba, México, Argentina e Brasil, na construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana intersetorial, que dialogue com as temáticas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Estatuto das Cidades, Política Nacional de Reforma Agrária, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Política Nacional de Educação, Política Nacional de Abastecimento Alimentar, Economia Solidária, dentre outras. A Carta de Brasília, título do documento final, foi assinada por mais de 30 instituições da sociedade civil nacional e internacional, além de representantes governamentais federais²⁹.

Muito embora haja referência institucional para a temática, pode-se dizer que é abissal a distância entre teoria e prática. Imponentes desafios se erguem frente à implementação da AU como política pública. Do ponto de vista conceitual, observa-se geralmente um dilema semântico relacionado ao termo. Na seção seguinte serão apresentadas elaborações sobre o que afinal é agricultura urbana.

2.3 MAS AFINAL, O QUE É AGRICULTURA URBANA?

Esta seção resulta de um esforço em compreender conceitualmente a agricultura urbana, considerada um fenômeno recente, mas que há muito é exercida por diversos povos como prática de subsistência e soberania alimentar. O objetivo aqui não é esgotar as possibilidades de definir o que é AU, chegando a um conceito único. A intenção é aproximar as elaborações existentes e possibilitar um entendimento abrangente que mais se assemelhe com o recorte dessa dissertação, cuja noção embute experiências coletivas, de relativa

²⁸ Em seu artigo 8, a Portaria estabelecia como público prioritário as pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

²⁹ A saber: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação - ME, Ministério da Saúde - MS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), Estados, Municípios, Universidades Públicas, Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e demais instituições de pesquisa.

perenidade, estruturadas sociopoliticamente e amparadas por políticas públicas estruturantes.

A agricultura urbana ainda não tem uma arquitetura conceitual clara (MOUGEOT, 2000). Trata-se de um campo de estudos recente e isso justifica a inexistência de uma definição universalmente aceita. Desde a década de 1980, sua construção teórica vem sendo impulsionada, sobretudo, pelos movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos da época, conforme colocam Brand e Muñoz (2007), mas a elaboração de uma definição holística e consensual para a AU tem-se revelado uma tarefa complexa, por causa das muitas especificidades da atividade.

Grande parte da literatura específica dá respaldo aos apontamentos de Mougeot (2000), o qual trata a AU como um “conceito dinâmico”, que compreende uma variedade de sistemas agrícolas, que vão desde a produção para a subsistência e o processamento caseiro até a agricultura totalmente comercializada.

O adjetivo “dinâmico”, agregado ao entendimento acima, denota que o termo agricultura urbana pode ser uma generalização de diversas formas de produção que ocorrem no âmbito da cidade. Nessa perspectiva discorrem Andrade, Cavassa e Feiden (2007), quando colocam que “na verdade pode-se falar em várias agriculturas que ocorrem dentro do perímetro urbano”.

O suporte conceitual mais utilizado e difundido sobre AU são as elaborações de Mougeot (2000), que caracteriza a AU como sendo:

uma indústria localizada dentro (intra-urbana) ou na franja (periurbana) de uma cidade ou de uma metrópole, que cresce ou aumenta, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios, reutilizando ou usando recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e em torno dessa área urbana, e em transformar o fornecimento de recursos humanos e materiais, produtos e serviços em grande parte para a área urbana (MOUGEOT, 2000, p. 11).

O autor acima traz uma noção elaborada, diferente de entendimentos mais tecnicistas, também recorrentes na literatura. Nesse contexto encontra-se a definição de Smit e Nasr (1992), que referem-se à agricultura urbana como cultivo dentro das cidades e no seu ritmo cotidiano, tanto de mudas, árvores e vegetais, quanto à criação de

pequenos animais e peixes em quintais, às margens de ruas, telhados, sacadas e até em pequenas fazendas suburbanas.

Nessa mesma vertente, Slater (2001) aponta que AU significa atividades de agricultura e jardinagem (como produção de vegetais, criação de animais, hidroponia, flores e jardins ornamentais) em áreas tanto urbanas como periurbanas.

Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, também tendem ao reducionismo quando se referem à AU como se fossem áreas pequenas localizadas dentro de uma cidade, destinadas ao cultivo e à criação de animais, seja para o consumo próprio ou para a comercialização e pode ser ainda, intra-urbana ou periurbana (FAO, 2009).

Uma definição amplamente utilizada no Brasil, elaborada por Santandreu & Lovo (2007), traz um entendimento de AU que engloba múltiplas dimensões. O potencial para promover cidades produtivas e ecológicas que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional são os afluentes dessas dimensões.

Estes autores colocam que o tema inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, dos recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.).

Ainda, que essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU & LOVO, 2007).

É possível notar que, desde elaborações simplistas até as mais amplas, o aspecto da localização (intraurbano e periurbano) é o que reúne menos consenso e que gera mais conflitos, pela sua complexidade, quando se tenta definir o que é agricultura urbana. Daí resulta o acréscimo do termo “periurbano” em muitas elaborações.

No Brasil, os marcos teóricos legais, e mesmo a própria trajetória da Política Pública, explanados em seções anteriores, ora tratam como agricultura urbana, ora de agricultura urbana e periurbana.

Num esforço de colaborar com esse debate, Toledo e Toledo (2002) referem-se à área intraurbana como “*todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola*”. Já a proximidade com as áreas rurais torna ainda mais difícil definir e delimitar as áreas periurbanas, devido às rápidas transformações observadas nas periferias ou áreas de transição entre as grandes cidades e o campo, principalmente em função do rápido avanço das indústrias, comércios e residências sobre essas áreas (GONÇALVES, 2013).

Nesse sentido, Sposito (2006) diz que agricultura periurbana se dá, portanto nos chamados “vazios urbanos”, que possuem forma ou uso do solo urbano. Segundo o autor, “[...] não são mais campo e não chegam a ser ainda cidade, podendo-se admitir então que são cidade/campo” (SPOSITO 2006).

A dificuldade de consenso tem raízes na própria concepção equivocada que ainda se tem de campo e cidade. A definição oficial de urbano e rural no país desconsidera características como o tamanho populacional, ocupação ou renda. A classificação leva em conta as áreas, sendo a população classificada como rural ou urbana de acordo com a localização de seu domicílio (IBGE, 2000).

Contudo, existe uma série de inconformidades na caracterização do que é rural e urbano, as quais geram incertezas conceituais e metodológicas. Uma delas é a própria redação da legislação vigente, que data do Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que o país era vastamente rural. Por este marco legal, são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por lei municipal. Também são consideradas urbanas as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal (IBGE, 2000).

O que emerge desse debate é que a principal especificidade da AU que permite diferenciá-la da agricultura praticada no meio rural é a sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (MOUGEOT, 2000). Essa integração se realiza por meio da utilização de recursos urbanos (solo, mão de obra, água, resíduos orgânicos) e a sua produção é direcionada para a população urbana. Também quando a atividade interage com as condições urbanas (políticas, concorrência pelo uso do solo, o funcionamento dos mercados urbanos e os preços praticados), bem como quando ela é responsável por determinados impactos no

sistema urbano (aumento da segurança alimentar, diminuição da pobreza, melhoria da qualidade do ambiente e impactos sobre a saúde, que podem ser positivos ou negativos) (MOUGEOT, 2000).

Em que pese as inúmeras interpretações conceituais, a AU é um campo de estudos com amplas expectativas de conhecimento, cujas análises ainda são recentes. Este processo social (SÁNCHEZ, 2004) pode ser compreendido à luz de diferentes benefícios, os quais serão tratados na seção seguinte.

2.3.1 Benefícios associados à AU

A literatura analisada apresenta uma ampla gama de benefícios com os quais a agricultura urbana pode estar relacionada. O foco deste ponto recaía sobre os que mais se afinam com os objetivos e formulações desta dissertação e foram divididos em sendo de ordem econômica, social, saúde e os de ordem subjetiva/simbólica.

As contribuições de caráter econômico podem ser observadas tanto pela geração renda direta (comercialização), como também pela geração de renda indireta (autoconsumo).

Os benefícios dessa natureza têm maior impacto nas populações carentes, que praticam a AU com o intuito de garantir a subsistência, diminuir os gastos com a alimentação e ainda aumentar a renda através da venda de excedentes (MOUGEOT, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO 2007; DRECHSEL e DONGUS, 2008; MATOS, 2010).

Para Pessoa (2005) o fator econômico ganha importância como benefício quando complementa significativamente a alimentação de famílias, notadamente as menos favorecidas economicamente.

É notável a predominância de grupos em situação de risco social praticando alguma atividade agrícola dentro da cidade. Contudo, outros grupos sociais com propósitos diferentes também a praticam (COUTINHO, 2007).

Do ponto de vista de sujeitos consumidores dos produtos da AU, os benefícios econômicos também são apreciados. Alimentos produzidos localmente podem ter um preço mais acessível, pois são desacrescidos dos custos com transporte.

Sob o viés social, Castelo Branco e Alcântara (2011) relatam benefícios como: incremento de vínculos afetivos e solidários entre participantes comunidades, melhoria da organização da comunidade, intercâmbio de experiências com outros grupos, participação popular em decisões comunitárias e a redução do vandalismo, roubos e presença de usuários de drogas nas escolas que abrigam hortas.

Nessa mesma vertente, a geração de empregos e a possibilidades de trabalho (como ocupação) vinculadas à prática da AU são benefícios sociais destacados por Machado e Machado (2002).

O potencial para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e socioculturais e também de atenção a grupos considerados de condição vulnerável, como mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre outros, também não foram mencionados como benefícios sociais (SANTANDREU & LOVO, 2007).

No quesito saúde, Santos (2011) ressalta que a prática da AU mostra-se estratégica, pois traz como vantagens o incremento da quantidade e da qualidade de alimentos disponíveis para o consumo próprio. Reforçando essa afirmação, a FAO (1996) também destaca que a AU pode contribuir com a saúde das pessoas, por ofertar alimentos com melhor grau de frescor, e em diversidade bastante variada, compondo uma dieta saudável e segura nutricionalmente.

O aumento da segurança alimentar, a melhoria da nutrição e o ambiente mais limpo, reduzindo os surtos de doenças são benefícios à saúde humana apontados por Machado e Machado (2002).

Castelo Branco e Alcântara (2011) colocam que a melhoria de hábitos alimentares, a melhoria da nutrição familiar, a oferta de alimentos frescos e de qualidade, a melhoria da nutrição infantil e a redução da incidência de doenças são contribuições da AU para o campo da saúde. A melhoria na saúde física e mental e a possibilidade de atividade terapêutica proporcionadas pela AU merecem destaque (FREDDI et al, 2101).

No campo dos benefícios subjetivos/simbólicos, a AU aparece como atividade relacionada à realização pessoal, descolada da referência do trabalho em si, a qual possibilita o desenvolvimento das capacidades produtivas (MOUGEOT, 2000).

Santandreu & Lovo (2007), estudando a agricultura urbana em regiões metropolitanas brasileiras que apresentavam severos problemas urbanos (saneamento, lixo, mobilidade urbana, acesso a serviços de saúde e educação, etc.), colocam que a atividade aparece como oportunidade de transformação, democrática, participativa e construtora da cidadania, na qual o desenvolvimento das capacidades produtivas é, ao mesmo tempo, motor e consequência do processo.

Diversos são também os benefícios ambientais relacionados à prática da agricultura urbana. Muito embora não apresentem coesão direta com este trabalho, considerou-se relevante aportá-los ao leitor, visto se tratar de um viés pouco explorado, mas de grande relevância

quando observamos a AU como uma resposta às dinâmicas e aos desafios urbanos. Primeiramente porque cultivar alimentos localmente diminui a quantidade de combustível fóssil necessária para sua distribuição e cultivo (DESPOMMIER, 2009).

Outro ponto importante destacado por Comasseto *et al* (2011) é que muitos dos que realizam esta atividade se utilizam de princípios ecológicos, favorecendo os processos naturais na produção de alimentos limpos. Nesse aspecto está a Agroecologia, espinha dorsal da AU. Não há como falar de benefícios para o bem viver sem falar em Agroecologia. Seja como ciência, técnica ou movimento, a Agroecologia deve ser a âncora política e cultural para o estabelecimento de sistemas agroalimentares locais no meio urbano. Diferente disso reproduzir-se-ia “mais do mesmo”, ou seja, mais uma das facetas de exploração pelo capital e, portanto, incongruente seria atribuir à ideia de bem viver.

Machado e Machado (2002) identificaram a atribuição de valor estético ao ambiente, pela formação de micro-climas, bem como o (re) aproveitamento de resíduos orgânicos e recicláveis, como benefícios ambientais com os quais a AU dialoga.

A melhoria da paisagem urbana, a reciclagem de resíduos orgânicos urbanos com redução do lixo urbano, a educação ambiental, a reciclagem/conservação de água, a diversificação da fauna urbana devido à diversidade de cultivos, a conservação do solo, a recuperação de áreas degradadas, a redução de emissão de CO₂, representam um conjunto de benefícios ambientais apontados por Castelo Branco & Alcântara (2011) como decorrentes da prática da AU.

2.3.2 Conflitos de interesse que freiam a manifestação e expansão da AU

É importante levar em consideração que, para materialização dos benefícios relacionados com a prática da AU, existem vários condicionantes que, na maioria das vezes, tornam-se obstáculos, ou mesmo conflitos de interesse. Muito embora haja especificidades intrínsecas aos espaços (físicos) e aos grupos praticantes de AU, há pontos transversais, mais amplos, que podem ser identificados como “tensões” inerentes da AU em si. Apresentar-se-ão, na sequência, alguns dos mais importantes.

O acesso à terra é uma dessas generalidades, e elemento capital para que a AU se desenvolva. Em geral, as práticas agrícolas urbanas,

principalmente as com caráter de subsistência, são desenvolvidas, segundo Gonçalves (2013, p. 35), em espaços “cujos direitos de propriedade estão em disputa”. Ou seja, em áreas propensas à formação de conflitos de interesse, ou mesmo naquelas onde os mesmos já são realidade. Nessa discussão, Martins (1991) aponta a apropriação do capital como um vetor de tensões. Nessa perspectiva, aflora um importante *conflito de interesses* entre espaços potenciais de AU e a pressão da especulação imobiliária, que em muitos casos exclui o uso da terra à agricultura. Em vários países, a artificialização dos solos urbanos pelo avanço das edificações é um processo que freia a manifestação ou mesmo a expansão de atividades de AU (DRESCHER, 2003). É nesse sentido que Gonçalves (2013) afirma que atividade agrícola no espaço urbano está constantemente sofrendo pressões, sobretudo de natureza econômica.

A falta de segurança sobre a propriedade da área a ser cultivada é um ponto recorrente em todos os espaços aonde se discute AU. Isso porque não há instrumentos jurídicos claros que assegurem o acesso à terra para AU, que conforme Smit *et al.* (1996), este é frequentemente um fator limitante aos agricultores. No Brasil, o usufruto da terra, essencial para a validação das atividades de agricultura urbana, é uma incógnita.

Nos países que vivenciam mais fortemente o modelo de desenvolvimento econômico, como é o caso do Brasil, a forte concorrência pelo uso do solo urbano empurra a AU para áreas marginais, literalmente para o que “sobra” das cidades. Em grande parte das cidades, o solo urbano mais adequado para a prática da agricultura não se encontra disponível, levando os agricultores a ocuparem solos menos rentáveis, como é o caso dos que se apresentam pouco férteis e de difícil acesso (ARRUDA, 2011).

Além é claro da massiva pressão dos mercados imobiliários, normalmente a agricultura não é reconhecida como um uso possível do solo urbano nos planos de desenvolvimento (SMIT *et al.*, 1996; REDWOOD, 2009). Seja por falta de conhecimento de que essa possibilidade existe (e de como propiciar os meios para que se materialize), ou mesmo por concepções incompletas sobre campo e cidade, as práticas agrícolas são reportadas ao rural, como se pertencessem exclusivamente a este contexto. Ainda, por vezes, a atividade já existe, mas é invisível aos olhos dos gestores e, portanto, negligenciada do ponto de vista da política pública.

Embora ainda persista esse (des) entendimento, Allen (2003) acredita que as entidades públicas, responsáveis pelo desenvolvimento

dos espaços urbanos, estão cada vez mais sensibilizadas da coexistência de aspectos rurais e urbanos nas áreas urbanas, como é o caso da prática da agricultura.

Contudo, a manifestação e expansão da atividade poderia ser mais significativa e benéfica se houvesse uma linha orientadora que considerasse a agricultura como um uso possível do solo urbano. Nesse sentido, um dos caminhos para o reconhecimento da AU está nos arranjos dos planos diretores. A presença ativa das comunidades e dos agricultores urbanos, na construção, condução e monitoramento destes planos seria conveniente, visto que dar-se-ia vazão ao tema a partir de seus protagonistas.

O enfoque dado à Agricultura Urbana, que a coloca como ação eficiente na promoção da segurança alimentar e nutricional, não pode ser feito de maneira ingênua. Quando realizada de maneira inadequada, a AU pode gerar impactos ambientais negativos e problemas para a saúde humana (DUQUE, 2003; EDWARDS, 2001; EVALUACIÓN... 2006; FUREDY, 2001; GAYNOR, 2002; LOCK e ZEEUW, 2002; PEDERSON e ROBERTSON, 2002). A contaminação dos recursos naturais (ar – solo – água), dos alimentos e dos seres humanos, principalmente com relação à água utilizada, ao modo de produção, aos insumos utilizados no processo produtivo, representa um obstáculo ao desenvolvimento da AU.

Nolasco (2009), quando escreve sobre os riscos alimentares decorrentes da expansão da área urbana, coloca este entrave sob outra perspectiva. Ou seja, não derivado da inadequação da prática da AU em si, mas sim das condições físicas e ecológicas dos espaços, como é o caso da contaminação ambiental gerada pelo inadequado (ou ausente) esgotamento sanitário (principalmente das águas e dos solos) e pelo acúmulo de lixo em áreas com potenciais para produção agrícola.

Santandreu e Lovo (2007) também reforçam que a grande contaminação das fontes de água, como rios, açudes, água subterrânea, e até mesmo da água do mar, é devido à poluição por falta de saneamento básico, por acúmulo de lixo proveniente das atividades urbanas, ou mesmo pela falta de tratamento da água.

Outra limitação está na ausência de políticas de crédito para a AU. A política de AU do Governo Federal nem sequer avançou ao ponto de identificar, no aparato das políticas já existentes para agricultura familiar, possíveis linhas de financiamentos e de créditos acessíveis também pelos agricultores urbanos. Muito menos se ocupou de articular a criação de linhas de crédito específicas para a AU o que, é

claro, exigiria uma sinergia entre os órgãos do governo, e que de fato não aconteceu.

Vinculada à temática do financiamento, destaca-se também ausência de apoio à infraestrutura (SANTANDREU & LOVO, 2007), como também apoio logístico para a comercialização como no caso de transporte, armazenamento, locais apropriados de comercialização, entre outros.

Van Veenhuizen (2006) diz que os agricultores urbanos encontram-se excluídos desse processo pelo fato da agricultura não ser considerada uma atividade urbana. Tão pouco há no Brasil instrumentos que caracterizem e/ou identifiquem o agricultor urbano como tal, para fins de política pública, como é o caso da DAP³⁰ para o agricultor familiar. Nesse contexto, o prejuízo também é sentido quando de trata da comercialização dos produtos da AU, sobretudo para o mercado institucional. A exigência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na vinculação da compra à DAP exclui os agricultores urbanos desse processo. Muito embora a recente abertura do mercado institucional esteja na esteira das políticas sociais do governo federal, parece não haver relação prática com a AU, considerada também de mesma natureza.

Outro condicionante são as próprias pessoas, direta ou indiretamente ligadas à AU. Nessa vertente, Matos (2010) coloca que dentre os maiores obstáculos ao desenvolvimento da AU estão o vandalismo, o roubo e a alta rotatividade de pessoas. Grosso modo, o público da AU é formado de gentes muito desesperançadas e machucadas por uma vida inteira de sofrimento e privação, desestimuladas, por vezes, com a própria vida, doentes, deprimidas (no sentido clínico). Portanto, lidar com seres humanos nestas condições é tarefa complexa que implica olhar crítico sobre a própria conduta (assistencialista e patronal) das políticas sociais no país.

As limitações ao desenvolvimento da atividade não se esgotam no que foi acima exposto. Há enormes desafios que abrangem também o acesso a sementes não convencionais, à prestação de assessoria técnica qualificada às atividades de AU, à construção de conhecimentos relacionados à AU por meio de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para produção e adequação na (re) utilização de recursos naturais, entre outros.

³⁰ Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

Talvez, a mais basal de todas, e que se capilariza nas demais já apresentadas, é o fato de não haver amparo político estruturado à construção de políticas públicas para AU. Durante os dez anos em que a temática mais transitou no Governo Federal (2003 a 2013), seu enquadramento foi de política de governo. O grande conflito de interesses aqui é que se trata de uma atividade com grande potencial de ser uma janela para o bem viver, capaz de aportar elementos que promovem a reflexão sobre o conceito “cidade” (SANTANDREU & LOVO, 2007) e, portanto, seu resultado é muito mais que alimento.

2.3.3 Modalidade de Agricultura Urbana – as hortas comunitárias.

Diversos trabalhos apontam diferentes tipos de práticas agrícolas dentro das cidades (PESSÔA, 2005). Inúmeras são as tipologias de AU existentes no Brasil, as quais são fruto tanto de experiências intrínsecas da sociedade civil bem como por iniciativas de governos locais. Contudo, a grande diversidade de contextos, de culturas, de tempos e espaços limita expressar aqui toda diversidade de formas e meios pelos quais a AU se materializa. Tomar-se-á como ponto de discussão a horta comunitária, por se tratar da forma como a AU se expressa no estudo de caso em questão.

No âmbito da agricultura urbana, o tema das hortas comunitárias é abordado como uma forma de expressão coletiva de produção de alimentos e organização local (BIEL & CABANNES, 2009). Principalmente na última década, a literatura emergente caracteriza as hortas como processos de intervenção, como respostas localmente construídas (ALONSO, 2009; VEENHUIZEN, 2006).

Por natureza, as hortas de caráter comunitário são espaços coletivos, de convívio e aprendizagem, com forte potencial sociocultural e de incremento de qualidade na vida dos seus mantenedores e consumidores. Quase sempre são articuladas e mantidas pela comunidade local, que cultiva com o intuito de fazer face às suas próprias necessidades alimentares e/ou para complementar a renda familiar por meio da comercialização dos produtos (SARAIVA, 2011).

Por servir de espaço de interação com o meio local, é ambiente para estabelecimento de relações sociais, encontro de gerações, de culturas e de gentes. A gestão das hortas comunitárias incorpora a participação ativa da comunidade. Para HOWE (2002), as hortas comunitárias funcionam como espaços de interação (para) das

comunidades locais, oferecendo uma variedade de atividades possíveis de serem realizadas por todos os membros da comunidade. Daí resulta o adjetivo *comunitária*: aquilo que é comum a todos que convivem num local (comunidade).

Em geral, são instaladas em áreas urbanas ociosas (públicas e particulares), sendo então usadas para o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, produção de mudas, frutas e outros alimentos. Os objetivos que normalmente estão relacionados a este tipo de horta, segundo Gonçalves (2013), são:

- **Utilização racional de espaços** - melhor aproveitamento de espaços ociosos, evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento desordenado de plantas espontâneas, reduzindo abrigos de proliferação de insetos peçonhentos e pequenos animais prejudiciais à saúde humana;
- **Desenvolvimento local** - valorização da produção e do consumo local de alimentos, fortalecendo a cultura popular e criando oportunidades para o associativismo, para a formação de lideranças e trocas de experiências;
- **Soberania alimentar** - estimula o poder de decisão das pessoas quanto às suas escolhas alimentares;
- **Formação de microclimas e manutenção da biodiversidade** - favorece a manutenção da biodiversidade, proporcionando sombreamento e contribuindo para a manutenção da umidade, tornando o ambiente mais agradável e proporcionando, inclusive, qualidade de vida aos animais domésticos;
- **Escoamento de águas das chuvas e conforto térmico** - favorece a infiltração de água no solo, diminuindo o escoamento superficial em vias públicas, e contribui para conforto térmico local, devido à ampliação da área vegetada e respectiva diminuição de áreas construídas;
- **Diminuição da pobreza** - através da produção de alimentos para consumo próprio ou comunitário (em associações, escolas etc.);
- **Geração de Renda extra** - possibilidade de comercialização e eventual receita extra com a venda dos excedentes torna-se uma opção para a geração de renda.

Para além dos objetivos acima pontuados, as hortas comunitárias são espaços compreendidos como instrumentos de apoio ao desenho da cidade a partir da escala humana (LUIZ & JORGE, 2011). No viés

subjetivo/simbólico respondem, sobretudo, à satisfação das necessidades de ócio, compreensão, participação e identidade (ALONSO, 2009).

Nessa perspectiva, GARRETT (2008) coloca que o crescimento das hortas comunitárias pode trazer aos espaços urbanos benefícios econômicos, como também físicos e psicológicos para toda a população urbana.

Los jardines comunitarios han jugado un papel integral en los Estados Unidos revitalizando el núcleo histórico de las ciudades lleno de solares abandonados y contaminados. Desde los años 60, en muchas ciudades a lo largo de los EEUU, en particular en Nueva York, Boston, Philadelphia y Detroit, las iniciativas locales han rescatado susvecindarios del abandono urbano dando a los solares abandonados usos seguros y productivos. (LORI, 2001).

Na óptica de Matos (2010), as hortas representam uma contribuição muito positiva para as áreas urbanas. Geralmente emergem em áreas fortemente edificadas, como resposta da sociedade à ausência de projetos e/ou para a gestão apropriada dos espaços urbanos.

As iniciativas mais antigas, em geral, são aquelas promovidas pela sociedade civil³¹, as quais utilizam processos substancialmente orgânicos e agroecológicos de produção.

Pelo exposto acima, certo é que a AU apresenta uma ampla capacidade de expansão e muitas possibilidades de consolidar-se como uma atividade permanente e multi funcional na escala local. Além do mais, quando observada sob o ponto de vista da experiência de Joinville, esta modalidade de agricultura urbana, as hortas comunitárias, pode ser pensada uma generosa janela para se restabelecer uma relação com o bem viver no circuito restrito dos espaços urbanos.

³¹ Como é o caso do município de Belo Horizonte, que há mais de 20 anos possui iniciativas de AU intrínsecas da sociedade civil.

CAPÍTULO III. A AGRICULTURA URBANA QUE DÁ CERTO: A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS COMUNITÁRIAS DE JOINVILLE.

Nesta seção serão apresentadas as reflexões e elaborações resultantes das análises dos dados e informações desta pesquisa. Mais precisamente, discorreremos sobre uma agricultura urbana que dá certo: a experiência de hortas comunitárias de Joinville. Antes de aprofundar o estudo de caso, notadamente no que tange os efeitos derivados da prática da agricultura urbana e a elaboração do construto de bem viver, trataremos de expor o papel da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária, no desenvolvimento da agricultura urbana, por suas contribuições teóricas e práticas para a construção de políticas públicas. Isso porque a UFSC foi pioneira e única proponente-executora a operacionalizar no estado o (extinto) Programa Federal de Agricultura Urbana. A experiência de Joinville é fruto desse investimento político-institucional da UFSC, o qual será apresentado a seguir.

3.1 O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA: da experiência local ao aporte de conhecimentos para a construção de políticas públicas

Muito embora já tenhamos adentrado em seus pormenores, de maneira especial no tocante à Política Pública federal de Agricultura Urbana e o porquê de não ter dado certo no capítulo I desse documento, brevemente situaremos o contexto político no qual se deu a inserção da UFSC como proponente na operacionalização local das ações do Programa de Agricultura Urbana do Governo Federal.

A leitura remonta aos anos 2008, considerado aqui como marco temporal na tentativa (do governo e da sociedade civil) de estruturação de uma política pública para a agricultura urbana no país. A partir desse ano, observa-se uma readequação nos critérios para seleção e financiamento de projetos em AUP pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A opção pelo desenvolvimento do trabalho em regiões metropolitanas marca o início de uma nova fase, focada agora na viabilização de projetos de AU por meio da implantação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana - CAAUPs. Estes

centros, idealizados a partir do documento *Panorama da AUP no Brasil* (SANTANDREU & LOVO, 2007), teriam a função de instrumento prático, capaz de promover a interlocução dos atores sociais envolvidos com a temática, a fim de mobilizar e sensibilizar sociedade civil organizada, entidades, governos etc., para promover ações que materializem o Direito Humano à Alimentação Adequada, por intermédio do desenvolvimento da AUP com bases agroecológicas. A estratégia do MDS foi articular as ações dos CAAUPs em regiões metropolitanas, visto que as mesmas concentram grande contingente de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os mecanismos de seleção e contratação das propostas se deram por meio de editais, voltados a entes federais. Esses editais foram publicados na esteira das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional tendo em vista o direito humano à alimentação adequada e o princípio da soberania alimentar.

No estado de Santa Catarina, a Universidade Federal ³² por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária participou do primeiro edital desse ano (Edital SESAN/MDS 05/2008 - “*Seleção de propostas para a implantação ou fortalecimento de Centros de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana - Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento*”), e aprovou projeto para receber e operar um destes CAAUPs.

Fundado no ano de 2006, o LECERA está lotado no Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, do Centro de Ciências Agrárias – CCA da UFSC. Desde seu nascimento, possui uma clara linha política de trabalho no plano da educação do campo e da extensão universitária, preferencialmente em Assentamentos da Reforma Agrária, e mais recentemente nas periferias de algumas cidades do estado, e tem contribuído com a educação e produção de alimentos rigorosamente orientados pela Agroecologia. Este laboratório surge, principalmente, da necessidade de preencher uma lacuna e uma deficiência da Universidade Pública em atender a demanda de uma parcela significativa da sociedade que está nestes espaços, cumprindo seu papel fundamental assentado no tripé – ensino, pesquisa e extensão popular (LECERA, 2014).

Dessa forma, sob a égide do LECERA, o Programa Federal de AUP começa a ser articulado na região metropolitana norte/nordeste do

³² Cabe destacar que existem outras experiências de agricultura urbana que, direta ou indiretamente, são articuladas e/ou apoiadas pela UFSC. Neste documento nos atemos a examinar a experiência que a UFSC apóia em Joinville.

estado, por meio do projeto intitulado Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana Norte/Nordeste de Santa Catarina – CAAUP Terra Viva. Este Centro de Apoio tem sede simbólica no Assentamento Conquista do Litoral, município de Garuva, e foi oficialmente inaugurado no mês de abril de 2009.

Figura 04. Placa de Identificação e ato de inauguração do CAAUP Terra Viva, Assentamento Conquista do Litoral, Garuva/SC.



Fonte: Arquivos do projeto (2009).

Embora na época se tratasse de um tema relativamente novo e emergente enquanto política pública, o pano de fundo das ações já era familiar ao trabalho desenvolvido pelo LECERA: operar no plano da cultura, a fim de promover processos produtivos pautados pelo respeito aos tempos e limites do planeta, pela justiça social e pela cooperação,

como predicado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O CAAUP foi desenvolvido em duas frentes de atuação distintas, porém o tratamento enquanto estratégia de território alargou a extensão sociopolítica do projeto. Tais frentes dizem respeito não somente aos espaços físicos e a públicos diferentes, mas também a estratégias de intervenção, objetivos, formas de organização social e alternativas para a sustentabilidade do projeto.

Nas áreas de reforma agrária, 28 assentamentos fizeram parte da proposta, englobando 691 famílias assentadas e acampadas. A parceria com Cooperativa de Produção e Comercialização Dolcimar Luiz Brunetto – COOPERDOTCHI, formada pelas famílias assentadas da região e vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, possibilitou uma organização mais efetiva do processo e das famílias. O objetivo principal do projeto nesta frente de atuação foi o de desenvolver e ampliar a produção de hortifrutigranjeiros agroecológicos pelos assentamentos da região como alternativa à reconversão do cultivo de fumo, a fim de superar as baixas condições de desenvolvimento humano e produtivo associadas. A (re) estruturação física e política da COOPERDOTCHI, e a daí resultante inserção nos Mercados Institucionais Brasileiros, sobretudo por meio da comercialização de produtos via PAA e PNAE, foram estratégias engendradas para a sustentabilidade do projeto (KOROSUE, RIBAS e FONSECA, 2011).

Nas áreas urbanas, foco desta pesquisa, a opção foi operar a partir da implantação de hortas comunitárias em espaços públicos ociosos, tendo como público prioritário famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar cadastradas como beneficiárias dos programas de transferência de renda articulados pelos Centros Municipais de Referência em Assistência Social (CRAS).

De início, os municípios de Joinville, São Bento do Sul, Canoinhas, Mafra e Itaiópolis demonstraram vontade política para desenvolver o projeto. Dados e informações constantes nas Secretarias de Assistência Social e nos CRAS nortearam a definição de bairros/comunidades mais carentes como o recorte espacial do projeto.

Destaca-se que a aplicação de diagnósticos participativos pelo projeto, concomitantemente à realização de espaços de sensibilização nas comunidades, teve impacto na compreensão da realidade e das condições locais e das famílias.

O público encontrado nos diagnósticos é de famílias que têm origem no campo, o que traz à tona um debate histórico sobre o processo de êxodo rural. Dados da literatura (HADDAD-KESSOUS &

SABROU, 2005) apontam que entre 1945 e 2005 mais de 30 milhões de (pequenos) agricultores migraram para as cidades, inchando suas periferias e configurando ambiente de pobreza, miséria e exclusão social. Estas pessoas, embora vivenciem ambiente totalmente avesso à realidade na qual culturalmente se desenvolveram, mantêm latente na memória o que significa cultivar a terra e dela produzir alimentos.

A criação de Comitês Gestores Locais de AUP em alguns municípios, como é o caso de Joinville, pode ser considerada uma estratégia inicial interessante do projeto, muito embora atualmente não haja registros da existência e funcionamento dos mesmos. A natureza informal destes espaços, apesar de legítima, é apontada como uma das possíveis causas da desestruturação dos mesmos. Embora a composição multiatorial (agricultores urbanos e periurbanos, gestores públicos municipais, técnicos e universidade) destes Comitês pressuponha o princípio da intersetorialidade, a inconstância na participação, sobretudo dos gestores, também pode ser assinalada como gargalo.

Observam-se as mesmas linhas gerais de atuação em todos os locais: a horta devia ser comunitária, os terrenos públicos, cedidos pela prefeitura e a organização social da horta a cargo das comunidades. Nota-se que a predileção por terrenos públicos implica a participação das municipalidades na construção de políticas públicas para a temática, bem como possibilita experienciar a função social da terra urbana em espaços públicos (vazios urbanos) até então inutilizados ou subutilizados, que frequentemente servem de depósito de lixo.

Desde o início da intervenção da UFSC no território até os dias atuais, dez hortas comunitárias foram implantadas e mais de 300 pessoas foram beneficiadas (LECERA, 2013), dentre as quais se encontram as três hortas comunitárias de Joinville, objeto desta pesquisa. Dentre os principais resultados alcançados, tanto no campo como na cidade, destaca-se a geração de novas fontes de renda para os agricultores, a assistência técnica para o desenvolvimento da produção agroecológica, o incentivo à produção e à alimentação saudáveis e o fortalecimento das cooperativas da reforma agrária.

A partir da experiência proporcionada pelo projeto CAAUP percebemos uma série de avanços relacionados com a real inserção e o papel da universidade na realidade local e nacional. Os resultados alcançados nos assentamentos da reforma agrária e em comunidades urbanas têm despertado o interesse dos movimentos sociais e das instituições públicas em aproximar ainda mais a universidade, a fim de que a mesma colabore através do ensino, pesquisa e extensão com a

superação de condições e cenários perturbadores de pobreza e miséria humana.

Com a extinção do Programa Federal de AUP pelo MDS, a UFSC vem mantendo, na medida do possível, as ações iniciadas através do projeto CAAUP. Cabe reconhecer também o protagonismo da UFSC frente ao debate político em torno da AU. A intervenção no plano da cultura estimula cidadãos a pensar, por meio da produção de alimentos agroecológicos, da organização coletiva, do trabalho solidário e comunitário, dos espaços de formação e do intercâmbio de saberes etc. Impressiona o potencial da AU de religar ser humano e natureza, no circuito restrito dos espaços urbanos. A universidade pode assumir o papel de mediadora nesse processo.

A ausência de um programa federal bem estruturado, delineado conjuntamente com sociedade civil, inviabiliza a perenidade e fortalecimento da agricultura urbana. De modo geral, também desestrutura o papel dos executores locais da política, como é o caso da UFSC. Algumas hortas, como é o caso de duas outras que existiam em Joinville, também iniciadas por intermédio da universidade, não estão mais em funcionamento hoje. Além do mais, o atomismo das experiências de AUP vinculadas a Programas de Governo frágeis e desarticulados, como foi o caso do programa de AUP do MDS, geram resultados quantitativos vazios, desprovidos de conteúdo político.

Emerge desse cenário um processo popular e contínuo de luta e resistência, do qual a Universidade tem papel importante. A horta comunitária urbana, para além de eventual provedora de alimentos saudáveis e frescos, constitui-se num locus do fazer político no qual as populações desassistidas vão lentamente transformando-se de um mero número nas estatísticas, para cidadãos dotados de direitos e deveres.

No tocante à construção de conhecimentos, a universidade possibilitou também capilarizar o debate sobre agricultura urbana em espaços na mídia, fóruns correlatos estaduais, municipais e federais, eventos internacionais etc. Além do mais, o serviço de qualidade prestado à sociedade através do LECERA/UFSC rendeu à instituição duas homenagens ou reconhecimentos. Um deles foi o prêmio da Fundação Banco do Brasil, a qual reconheceu o trabalho de diálogo da Universidade, por meio do CAAUP, como uma tecnologia social multiplicável (figura abaixo). Outro, o LECERA/UFSC foi homenageado pelo Poder Legislativo Catarinense, na categoria “Agricultura Urbana”, no dia 8 de outubro/2013, em um Ato Parlamentar em Homenagem à Agroecologia de Santa Catarina.

Figura 05. Divulgação no site da UFSC da premiação concedida ao LECERA pelo trabalho com a Agricultura Urbana

The screenshot shows the UFSC website's news section. The main headline is "Laboratório da UFSC tem projeto premiado pela Fundação Banco do Brasil". The text below the headline describes the project, which is a social technology for urban agriculture, aimed at promoting food security and social inclusion. It mentions that the project was awarded by the Banco do Brasil Foundation and is part of the UFSC's commitment to social responsibility. A photograph shows a community garden in Joinville, Santa Catarina. The text also highlights the project's focus on food safety, nutrition, and the role of the university in promoting social change.

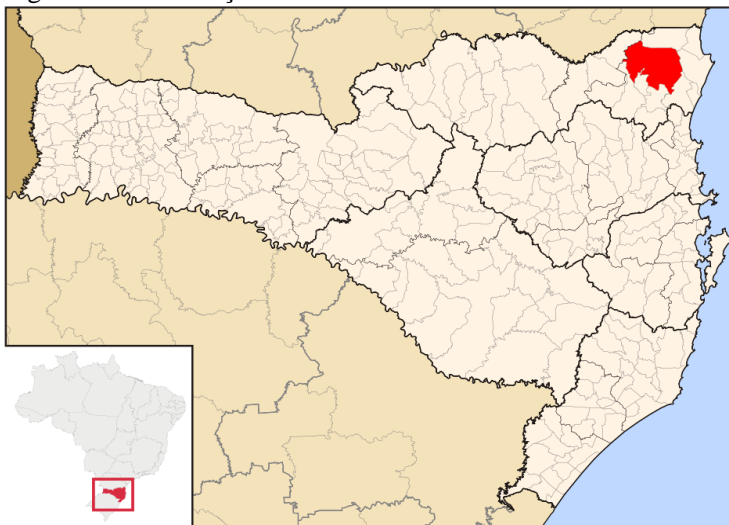
Fonte: arquivos LECERA, 2013. Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/2013/09/laboratorio-da-ufsc-tem-projeto-premiado-pela-fundacao-banco-do-brasil/>.

Por fim, embora institucionalmente o CAAUP não tenha evoluído da condição de projeto, o balanço institucional desta experiência indica uma rota de ação universitária extremamente profícua, na qual é possível à universidade exercer a mais nobre de suas funções: realizar um trabalho de extensão universitária popular destinado a aliviar o sofrimento do povo que a financia.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Esta pesquisa tem como palco o município de Joinville, que está localizado na região nordeste do estado de Santa Catarina, e faz divisa com os municípios de Araquari, Campo Alegre, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e Schroeder.

Figura 06. Localização de Joinville em Santa Catarina



Fonte: disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Joinville#mediaviewer/File:SantaCatarina_Municip_Joinville.svg. Acesso em 27/02/2015.

Joinville foi fundada em nove de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes da Alemanha, Suíça e Noruega. A “nova” terra foi denominada Colônia Dona Francisca, em homenagem à princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I (IBGE/cidades@, 2014). Hoje é um dos polos industriais do estado, com destaque para os setores metal-mecânico, químico, plástico e têxtil; é o segundo maior polo metalúrgico do Brasil (MÜLLER, 2007).

Segundo estimativas do IBGE (2014), Joinville é o município mais populoso do estado e o terceiro da Região Sul. Possui uma população que ultrapassa os 554.600 habitantes. Dados constantes no Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) apontam que Joinville possui um dos mais altos índices de desenvolvimento humano (0,809) entre os municípios brasileiros, ocupando a 21ª posição nacional e a quarta entre os municípios catarinenses.

No que diz respeito às informações climatológicas, a cidade de Joinville, como todo o estado de Santa Catarina, apresenta clima subtropical, segundo a classificação climática Köppen-Geiger. Por estar situada praticamente no nível do mar, pode apresentar temperaturas mais elevadas quando comparadas ao interior do estado. O

regime de chuvas é muito intenso, e o mês de fevereiro é normalmente o mais chuvoso. De certa forma, bons índices pluviométricos, sobretudo nos meses de mais calor do verão, são importantes para a manutenção da produção vegetal nas hortas comunitárias.

O município está situado dentro do Bioma Mata Atlântica, e os seus manguezais, restingas, Complexo Lagunar-Estuarino da Baía de Babitonga, a Serra do Mar e os sítios arqueológicos pré-coloniais são elementos que compõem o patrimônio ambiental da região de Joinville (IPPUJ, 2015).

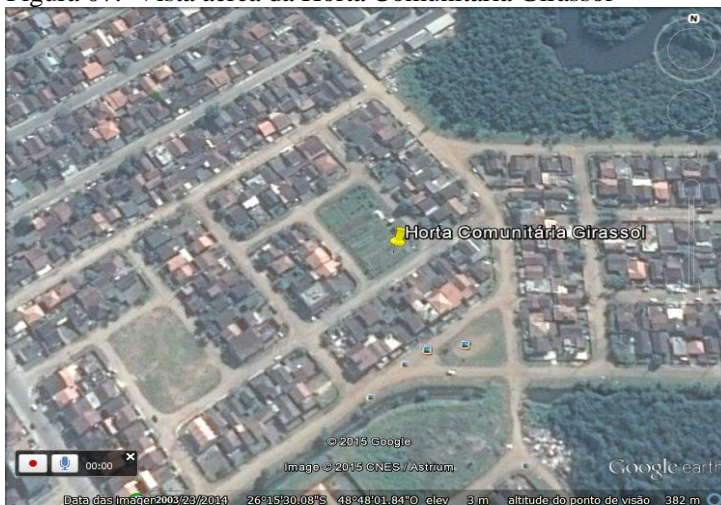
Segundo dados do Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ, 2013) existem no município 43 bairros, inclusos aí as duas zonas industriais. Dentre estes bairros, três possuem hortas comunitárias articuladas pela UFSC. O bairro Jardim Iririú, situado na zona nordeste do município, possui uma população de mais de 21 mil habitantes (IBGE, 2000) e é o endereço da Horta Comunitária Girassol. Criado em meados de 1980, o bairro Paranaguamirim, zona sul de Joinville, congrega uma população de mais de 22 mil habitantes (IBGE, 2000) e é sede da Horta Comunitária dos Ipês. De menor quantitativo populacional, com aproximadamente três mil habitantes (IBGE, 2000), o bairro Jardim Sofia, situado na zona norte, próximo ao distrito industrial de Joinville comporta a Horta Comunitária da Figueira.

Joinville foi escolhida como foco das ações em agricultura urbana pela UFSC justamente por ser a cidade mais populosa do estado e por ser município sede da Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense, área de abrangência das ações de agricultura urbana pela UFSC. A dinâmica e os enormes desafios urbanos, a exemplo da contínua expansão do processo de urbanização e as consequências a ela associadas, observáveis numa cidade com o porte de Joinville, também nortearam a convergência das ações em agricultura urbana para este município.

3.3 PERFIL DOS GRUPOS

3.3.1 Horta Comunitária Girassol – esta horta está localizada no bairro Jardim Iririú, Loteamento Dom Gregório, e possui espaço físico de aproximadamente 2000m². Está em funcionamento desde dezembro de 2009. O terreno é público e por ter sido a primeira horta inaugurada oficialmente no município, em setembro de 2011, o coletivo da horta possui um documento de permissão de uso disponibilizado pela Prefeitura. Na figura abaixo se pode observar a vista aérea da horta e sua localização estratégica no bairro.

Figura 07. Vista aérea da Horta Comunitária Girassol



Fonte: Adaptação do Google earth, 2015.

A parceria local com a Congregação das Irmãs Franciscanas e a Pastoral da Saúde possibilitou fortalecer as ações e mobilizar famílias para o trabalho na horta. Esta parceria se mantém desde o início da horta até aos dias atuais.

Quanto à estrutura física, a horta possui um ponto de água instalado pela Prefeitura, a qual arca com os custos mensais de consumo. Este ponto de água é esporadicamente utilizado para limpeza de ferramentas e verduras, visto que para a irrigação da produção a horta conta com um sistema de captação de água da chuva. Os materiais foram comprados pela UFSC com recurso do projeto CAAUP. Alguns parceiros locais, agregados mais recentemente, também contribuíram

com ferramentas e insumos, como é o caso do Instituto Consulado da Mulher, que é uma ação social da empresa Cônsul de Joinville.

Figura 08. Horta Comunitária Girassol



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2014.

Figura 09. Vista parcial da Horta Comunitária Girassol



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2013.

No que tange ao grupo, esta horta é a mais avançada em termos de organização. O coletivo possui um estatuto interno e divisões de tarefas estruturadas em reuniões quinzenais, intermediadas pelas Irmãs Franciscanas. Além disso, desde 2013 o grupo consegue manter os gastos da horta pela comercialização dos excedentes. A segurança alimentar já é realidade, visto que há grande variedade de hortaliças e frutas produzidas dentro da abordagem da Agroecologia. Para além da economia doméstica, desde meados de outubro do ano passado, também estão experimentando a geração de renda direta. Embora irrisório, menos de R\$ 100,00 por pessoa, o valor é distribuído a cada agricultor em função das horas trabalhadas. Há dois canais de comercialização fixos que semanalmente adquirem temperos da horta. Além disso há venda direta na horta e no entorno dela.

Porém, um dos grandes gargalos está na rotatividade de pessoas. Esta horta chegou a contar, no segundo ano de funcionamento, com 25 famílias cadastradas. Contudo, por motivos de ordem familiar, pessoal e econômica, este número foi sendo reduzido. Os que permanecem na atividade são, em geral, pessoas que têm raízes no campo. Efetivamente, quatro famílias trabalham diariamente na horta, com destaque para o papel ativo das mulheres nesse processo. Outras quatro esporadicamente participam.

Figura 10. Protagonismo das mulheres agricultoras da Horta Comunitária Girassol





Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA, 2014.

A equipe técnica do LECERA/UFSC mantém, regularmente, cursos de formação e assessoria técnica e política, muito embora desde 2012 não tenha havido mais disponibilização de recursos monetários pelo MDS. Esta horta integra a Associação das Hortas Comunitárias de Joinville.

3.3.2 Horta Comunitária dos Ipês – esta horta está localizada no bairro Paranaguamirim, Loteamento Jardim Edilene e possui espaço físico de aproximadamente 1000m². O terreno também é de domínio da prefeitura, contudo a situação jurídica deste espaço é diferente da horta Girassol, sendo que o mesmo encontra-se apenas reservado no patrimônio para as atividades da horta.

Figura 11. Vista aérea Horta Comunitária dos Ipês



Fonte: Adaptação do Google earth, 2015.

Em funcionamento desde 2011 esta horta conta, diretamente, com a participação de quatro pessoas, todas aposentadas, sendo dois homens e duas mulheres. Outras cinco famílias participam esporadicamente das atividades da horta. A dificuldade com a rotatividade de pessoas e a pouca participação comunitária é um problema em todas as hortas. Se de um lado, como já comentamos, o não reconhecimento da atividade implica a informalidade e invisibilidade desta prática, do outro, a conduta e a cultura popular enraizada no assistencialismo e paternalismo do Governo engessam um possível movimento de superação da atual inércia cívica e política. As hortas comunitárias possibilitam um espaço possível para essa mudança. Embora o cenário atual da AU seja de incerteza política, as pessoas que prosseguem trabalhando nesta horta o fazem porque por meio da horta puderam se reencontrar como cidadãos, porque gostam do que fazem e se sentem úteis, ocupadas por um trabalho prazeroso e cheio de sentidos. Todos os agricultores urbanos desta horta têm origem no campo e, por conseguinte, o *savoir faire*³³ da agricultura não foi perdido.

³³ Expressão francesa que pode ser traduzida como o *saber fazer*.

Quanto à estrutura, os materiais (equipamentos, ferramentas e insumos) também foram comprados pela UFSC com recurso do projeto CAAUP. Novamente, aqui recentes parcerias locais estão contribuindo com a manutenção da estrutura da horta. A horta não possui ponto de água, sendo que a irrigação é feita manualmente com água provida de um poço raso, escavado pelos próprios agricultores. No ano passado, com a construção de um espaço físico para guardar os materiais da horta e que também serve de ambiente para encontros e reuniões na horta, foi possível implantar um sistema de captação de água da chuva para disponibilizar água para irrigação, sobretudo devido ao grande volume de chuvas em Joinville na estação verão.

Figura 12. Sistema de captação de água da chuva.



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA, 2014.

No que se refere à organização social, a partir do ano passado este coletivo vem se consolidando. Reuniões periódicas, mediadas inicialmente pelo Centro de Referência em Assistência Social do bairro,

para divisão de tarefas e discussões dos problemas internos são um dos meios pelos quais o grupo busca maior entrosamento. Já possui excedente suficiente para comercialização, porém, necessita um canal garantido para venda contínua. Atualmente a venda é realizada diretamente na horta e para alguns consumidores locais (famílias).

A expansão da comercialização depende muito de fatores como a própria assimilação pela comunidade do entorno da horta e mesmo do município no sentido de entenderem que a agricultura urbana pode ser uma fonte de acesso a produtos frescos e de boa qualidade, sobretudo pelo fato de a Agroecologia ser o pilar que sustenta tecnicamente a produção na AU. A vinculação de práticas agrícolas unicamente aos espaços rurais ainda é um fator que também limita a ampliação da comercialização dos produtos da AU.

Figura 13. Produção na Horta Comunitária dos Ipês



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2014.

Figura 14. Agricultores urbanos no plantio da cenoura

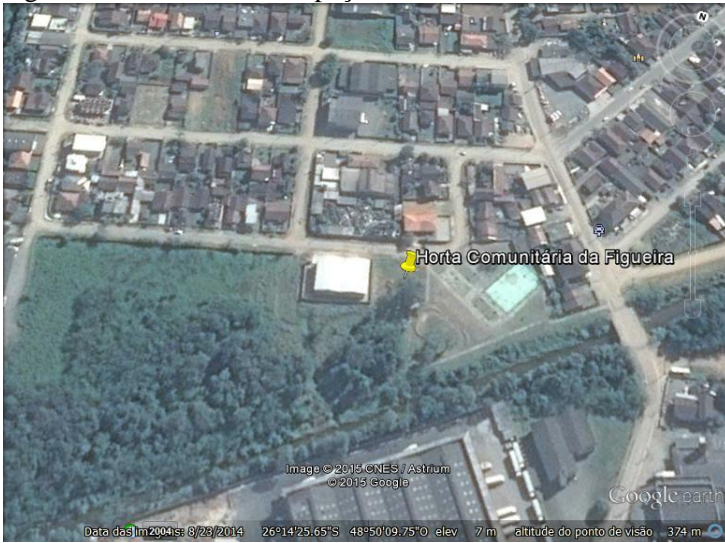


Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2014.

Assim como acontece nas outras hortas, a equipe técnica do LECERA/UFSC mantém, regularmente, cursos de formação e assessoria técnica e política, muito embora o projeto tenha finalizado frente ao órgão financiador. A manutenção deste vínculo está calçada no entendimento que a agricultura urbana pode ser uma janela resgatadora do bem viver nos espaços urbanos. Esta horta também integra a Associação das Hortas Comunitárias de Joinville, sendo que o presidente da mesma é agricultor desta horta.

3.3.3 Horta Comunitária da Figueira – esta horta é a mais recente experiência apoiada pela universidade no município. Está situada nas adjacências da praça do bairro Jardim Sofia, região norte de Joinville.

Figura 15. Vista aérea do espaço da horta



Fonte: Adaptação do Google earth, 2015.

Surgiu em 2013, fruto da parceria entre a UFSC e a Unidade de Saúde do bairro Jardim Sofia. Já havia um espaço de menos de 200m², situado na praça do bairro, que era utilizado por mulheres do Conselho Local de Saúde para o plantio de algumas espécies de hortaliças e ervas medicinais.

Figura 16. Área inicial da Horta Comunitária da Figueira



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2013.

A partir de 2014 a participação na horta foi inserida como uma atividade terapêutica indicada pela equipe da saúde na família atuante no posto. Por articulações internas de gestores da unidade de saúde, a Prefeitura cedeu um espaço maior, adjacente ao que já havia, para ampliar a horta, tendo em vista o interesse de um bom número de pessoas em participar da atividade. Assim, nesse mesmo ano foram iniciados os trabalhos de expansão do espaço físico da horta e, em paralelo, ações de mobilização e sensibilização comunitária. A contribuição da universidade pode ser observada em ambas as atividades, como por exemplo, com o aporte de materiais para a construção da cerca e alguns equipamentos e insumos, remanejados de outra experiência que não deu certo no município, bem como de recursos humanos para as formações e assessoramento técnico.

O espaço atual da horta é de quase 600m² e ainda está em fase de estruturação. Por solicitação da unidade de saúde houve a ligação de um ponto de água na horta. As despesas decorrentes da utilização da água para irrigar a horta estão a cargo da unidade de saúde. Contudo, a ideia do coletivo é que futuramente seja instalado na horta um sistema de captação de água da chuva.

Figura 17. Trabalho de expansão do espaço físico da horta



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2013.

Por ser uma atividade muito recente, a organização social no bairro ainda é um processo. Isso porque as relações sociais e a participação comunitária na horta ainda são frágeis, necessitando de contínuas intervenções da universidade e da equipe da unidade de saúde para consolidação do grupo. Atualmente sete famílias participam da horta. Todos os participantes possuem mais de cinquenta anos e, em sua maioria, são mulheres.

Figura 18. O protagonismo da mulher na agricultura urbana



Fonte: arquivos do projeto CAAUP, LECERA – 2013.

Quando comparada aos cinco anos de experiências das outras duas hortas anteriormente apresentadas, pode-se dizer que esta ainda está na fase de amadurecimento político. Contudo, e diferente do aconteceu de início com as outras, a horta comunitária da Figueira já nasce num contexto político diferenciado. Não havia mais recursos para fomento das atividades em virtude da extinção do Programa Federal de AU. Apesar disso, esta horta emergiu já inserida nos debates para a formalização da Associação das Hortas Comunitárias, da qual atualmente é integrante.

Dessa forma, o balanço de dois anos de construção (humana, social e política) dessa horta aponta para um caminho promissor. O entendimento institucional da unidade de saúde local frente às possibilidades e efeitos derivados da prática da agricultura urbana denota o potencial de ação intersetorial da temática. O tratamento sofisticado de coadjuvante no processo de restabelecimento da saúde física e mental, reportado às hortas comunitárias, demonstra um potencial a ser explorado, sobretudo quanto se almeja a redução dos gastos públicos com doenças. Além do mais, o direito humano à alimentação saudável é premissa para uma medicina de abordagem

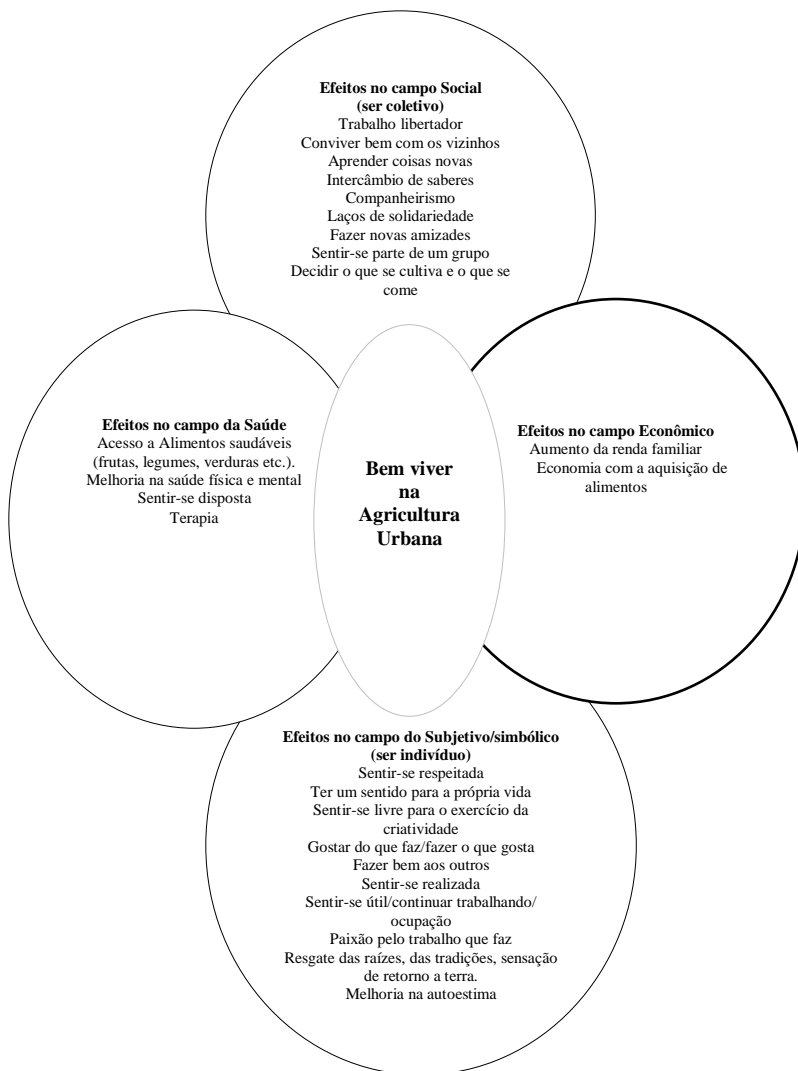
preventiva. Não obstante, isso implica, sincronicamente, mudança de paradigmas e evolução de políticas de governo e de ações de poucos gestores para políticas públicas estruturadas, articuladas entre si e que correspondam à realidade.

3.4 EFEITOS DERIVADOS DA PRÁTICA DA AU E RELACIONADOS COM BEM VIVER

Um dos objetivos desta dissertação foi o de buscar elucidar quais efeitos derivados da prática da agricultura urbana que os agricultores urbanos de Joinville relacionam com a noção de bem viver nos espaços urbanos. O propósito desta etapa da investigação foi revelar as decorrências da AU de maneira que as mesmas colaborassem na elaboração do construto de “bem viver”. Além disso, em termos práticos, tornar visíveis estes efeitos pode contribuir também na construção de saberes científicos, bem como aportar elementos concretos para a construção de políticas públicas.

O esquema abaixo sistematiza os efeitos levantados nesta pesquisa. Os mesmos foram agrupados, pelo critério da semelhança, a fim de facilitar o entendimento.

Figura 19. Efeitos derivados da prática da AU e relacionados pelos agricultores urbanos com a noção de bem viver.



Fonte: compilação dados da pesquisa pela autora.

Pode-se observar, no diagrama acima, que para além de efeitos no campo do econômico e no da saúde, mais corriqueiramente percebidos pelos agricultores urbanos, outros, que envolvem as relações do ser enquanto coletivo (campo do social) e do próprio indivíduo em si

(campo subjetivo/simbólico) também são apontados como derivados da prática da agricultura urbana.

A conformação do diagrama foi propositalmente escolhida para demonstrar que cada grupo de efeitos não se limita a si, pelo contrário, interagem, denotando assim como pode ser complexo o estudo do bem viver relacionado à AU. A seguir, cada grupo de efeitos será discutido com mais aprofundamento.

a) Efeitos no campo da Saúde

Efeitos benéficos no campo da saúde foram os primeiros a serem apontados pelos agricultores urbanos. Nota-se, na fala de muitos deles, a superação de estados clínicos de doença (depressão, por exemplo) a partir do convívio e do trabalho na horta comunitária.

“A horta desestressa. Eu estava em depressão antes de vir pra horta. A pessoa que tá em depressão só olha pra si mesmo, pra o seu mundinho. Eu tava assim. No momento em que eu saí de casa, cheia de dor e problemas, pra vir pra horta, a coisa mudou. Foi a melhor coisa!”. (A, J. Agricultora, mãe de família, coordenadora da Horta comunitária Girassol/Joinville).

“Eu tava com uma depressão bem grande. Só chorava pros canto. Foi só vim pra horta que parece que tudo mudou. É uma terapia menina. Sou outra pessoa”. (S, Q. M. Mãe de família, agricultora da Horta comunitária dos Ipês/Joinville).

“Os meus filhos dizem que eu não preciso ir na horta. Mas eu vou por causa da minha saúde. Quando eu comecei ir todos os dias até parei de tomar remédio pra dor (artrose). Eu tomava todo dia muito remédio pra dor. Até comentei no posto de saúde que tava me fazendo bem. A horta ajuda muito. Ainda mais aqui na nossa que tem muito mato, a gente fica olhando e conversando com as plantinhas”. (A, M. G. Mãe de família, agricultora da Horta comunitária da Figueira/Joinville).

As reflexões a partir destes trechos das falas das agricultoras nos remetem a pensar que a AU pode ser uma via de reencontro com um bom estado de saúde física e mental. Não se trata aqui de romper ou negar a utilização de medicamentos alopáticos, por vezes necessária. Pelo contrário, como ressaltado nos fragmentos acima, a prática da agricultura urbana pode ser encarada como uma atividade terapêutica, por possibilitar movimentação do corpo, ocupação, interação social, exercício da criatividade e lazer para os que praticam. Além é claro de ser considerada também uma atividade prazerosa. Este bom ambiente proporcionado pela AU tem reflexos claros na melhoria da saúde das pessoas que praticam.

Cabe ressaltar que não se está atribuindo a cura de doenças à AU, mas sim, modestamente, indica-se que esta prática pode ser uma via terapêutica, um caminho, dentro de um amplo espectro de possibilidades para o reestabelecimento de um estado de possível harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade.

Além disso, um dos grandes efeitos relacionados à saúde diz respeito à melhoria na alimentação. O incremento regular de alimentos frescos (frutas, verduras, legumes e plantas medicinais, condimentares e aromáticas) na dieta dos grupos pesquisados é por eles apontado com um elemento chave quando se fala em bem viver proporcionado pela AU. Para Buss (2002), as pessoas necessitam, para permanecerem saudáveis, de situações social, econômica e cultural favoráveis, ambiente saudável, prevenção de problemas específicos de saúde, informação e alimentação adequada.

Nessa perspectiva, o vocábulo “saudável” transcende a questão do acesso regular, e ganha sentido quando atribuído a alimentos ou à alimentação de qualidade alimentar e nutricional elevada. Assim sendo, não há como falar em agricultura urbana e de seus efeitos positivos na saúde e no bem viver das pessoas, sem falar em Agroecologia. Azevedo e Pelicioni (2012) destacam que a Agroecologia e a promoção da saúde são consideradas áreas afins, sendo a qualidade do alimento o principal elemento de conexão entre elas.

O pano de fundo da AU, que a diferencia de ser mais uma reinvenção do capital, é a sua ligação estrutural, cultural e política com a Agroecologia. Ambas representam uma confluência de lutas. Portanto, alimentação saudável e agricultura urbana convencional são expressões antagônicas. Seria impossível expressar aqui efeitos positivos no campo da saúde, relacionados com o bem viver, que não fossem derivados de uma prática que visa à harmonia com os tempos e movimentos da natureza, bem como com seus componentes (inclusive aí o ser humano).

Assim sendo, alimentação saudável, como afirma Pinheiro et al (2005) é um dos determinantes para uma boa saúde, porque, prossegue o autor, a alimentação não se resume à ingestão de nutrientes, mas sim comporta significações antropológicas, socioculturais, comportamentais e afetivas singulares.

Dessa forma entendida, a realização de uma alimentação saudável e o exercício terapêutico proporcionado pela prática da AU nas hortas comunitárias se coadunam com as noções de bem viver presentes nas vertentes teóricas apresentadas no capítulo I.

Retomando os trechos de fala das agricultoras acima apresentados, observa-se na exposição de uma delas a percepção de se ter “saído” da depressão pela prática da AU. Fica claro que no entendimento da agricultora o trabalho na horta foi o caminho para a superação desta patologia. Contudo, não se pode vincular a fórmula para a superação de doenças, como a depressão, única e exclusivamente à agricultura urbana. O que se pode supor é que a AU pode ser uma boa chave para reencontros com processos psicológicos pretéritos da condição de camponês, com coisas que lhes fizeram sentido durante uma trajetória de vida e que, portanto, tem impacto na melhoria da saúde.

Considerado o que foi exposto nesta seção, começa a clarear certo entendimento de que, por efeitos como estes, percebidos no campo da saúde, a AU seria uma circunstância segundo a qual as pessoas teriam a possibilidade de se reencontrarem com a noção do bem viver.

b) Efeitos no campo do Subjetivo/simbólico (ser indivíduo)

Efeitos no campo do subjetivo/simbólico, ou seja, do ser indivíduo, também foram relacionados com o bem viver pelos agricultores entrevistados.

Neste conjunto de efeitos estão fatores que englobam a noção de trabalho produtivo, cheio de sentidos, do fazer o que se gosta e gostar do que se faz, algo que se assemelha com o resgate das raízes, das tradições, uma sensação de retorno à terra (modo de vida camponês), do fato de ter uma ocupação e sentir-se útil, respeitada e livre para o exercício da criatividade. É inevitável que elementos como estes inspirem sensação de realização pessoal, de melhoria da autoestima e, mesmo, de um sentido para a própria vida.

“Faz parte da nossa natureza a horta”. (C, A. S. Mãe de família, agricultora da Horta comunitária Girassol/Joinville).

“A lembrança da roça né, a gente consegue isso na horta. É o principal a horta, me sinto aliviada quando estou lá, só da gente se ocupar já é bom”. (L, U. Mãe de família, agricultora da Horta comunitária da Figueira/Joinville).

Percebe-se nessas transcrições que a agricultura urbana pode ser uma possibilidade de reencontro com elementos do passado vivido no campo, e agora, com o trabalho na horta, são observados como efeitos positivos que resgatam uma ideia de bem viver. Nessa perspectiva, Attiani (2011) ressalta que embora não invente nada de novo, a AU integra de maneira diferente, com respeito ao passado recente, elementos que singularmente são tradicionais. Assim pode-se dizer que esta prática pode representar uma possibilidade de experienciar o somatório entre o humano e a natureza, buscando resultados mais equilibrados para o convívio no ambiente urbano (LOVO, 2011).

“A horta traz recordações boas da época da roça. Lembro como se eu tivesse junto com meu pai trabalhando na roça. Me sinto realizado nesse trabalho. Se tenho uma razão para continuar aqui na horta é pela vontade de ser alguém. Na horta eu sou útil, para mim, para minha família, pra minha comunidade”. (J, D. S. Presidente da Associação das Hortas Comunitárias de Joinville e agricultor urbano da horta comunitária dos Ipês/Joinville).

O trecho acima reporta-nos às ideias de Mougeot (2000) quando o mesmo discorre sobre os benefícios da agricultura urbana, fazendo menção aos efeitos no campo do subjetivos/simbólicos. Nessa vertente, o autor refere-se à AU como uma atividade relacionada à realização pessoal, descolada da referência do trabalho em si.

“Antes da horta eu trabalhava na fábrica. Ah, trabalhar na fábrica é ruim né, você fica parado num lugar, dobrando toalha, sem se mexer, eu ficava muito presa. Pra ir ao banheiro só podia uma ou duas vezes, tomar água também só quando passavam. Eu chegava em casa esgotada,

sem vida. Não tem comparação com a horta. Aqui eu quero ficar o dia todo! Eu fico feliz aqui. Eu escolho o que quero comer e levo pra casa". (A, J. Agricultora, mãe de família, coordenadora da horta comunitária Girassol/Joinville).

Partindo-se da reflexão do trecho acima, a relação que a agricultora faz entre a natureza do trabalho na fábrica e o da horta é de contraposição, de antagonismo. Em sua essência, o trabalho na horta parece ser um caminho possível para criar - mesmo que no campo do imaginário - um ambiente de liberdade, de autonomia e criatividade, diferente do que a agricultora aponta ser o trabalho na fábrica. Essa ideia de sentir-se útil, respeitada e livre para o exercício da criatividade pelo trabalho na horta pode ser entendida, da dimensão das necessidades humanas de Max-Neef, também como uma necessidade subjetiva. Para o autor, as formas como vivemos e projetamos nossas necessidades são, principalmente, subjetivas.

O trabalho na fábrica, na percepção da agricultora acima, assemelha-se ao que Marx chama de *"trabalho produtivo, dentro do capital"*, ou seja, aquele que abstrai do indivíduo a liberdade de tempo para se reconhecer e se sentir vivo, ativo. Na agricultura urbana, o *"tempo livre"*, precioso meio/instrumento para o desenvolvimento humano no entendimento de Marx, parece estar presente. Pode-se dizer, ainda, que o próprio trabalho na horta em si é o *"tempo livre"* do Marx. Com efeito, pois o contato com a natureza, por meio da AU, se traduz para a agricultora numa fonte de (re) estruturação pessoal, de reconexão do trabalhador com um trabalho que lhe faz sentido.

A expressão *"Eu fico feliz aqui (na horta)"*, manifestada pela agricultora, nos transporta aos contributos da filosofia grega apurados no capítulo I, notadamente sobre a noção geral de felicidade, para entender sua relação com o bem viver. O fato de o trabalho na horta comunitária possibilitar a religação do ser com a terra, e com isso remeter a uma ideia palpável de felicidade, sublinha uma grandeza até então inexplorada, que é a dimensão poética e filosófica da AU.

À vista disso, felicidade é um termo que transitou (e ainda transita) por campos como o da metafísica e da psicanálise, entre outros, o que torna extremamente complexa sua análise e, isto posto, imodesto e presunçoso seria aqui considerar que a prática da agricultura seja, sozinha, o ente portador da felicidade nos espaços urbanos e, por conseguinte, do bem viver.

Sendo assim, a partir das análises dos efeitos da AU no campo do subjetivo/simbólico relacionados com o bem viver pelos agricultores, o que se supõe existir é um bem viver para aquelas pessoas, naquelas condições, nos seus tempos e espaços. Ou seja, o bem viver atrelado à AU não se resumiria em si como uma noção única e definitiva.

c) Efeitos no campo do Econômico

Efeitos no campo do econômico também foram apontados como derivados da agricultura urbana e relacionados com o bem viver. Contudo, pode-se dizer que parecem como “menos impactantes” que os outros efeitos, por alguns motivos. Um deles pode ser porque somente duas hortas comunitárias, a dos Ipês e Girassol, vêm experimentando efeitos desta natureza, mais concretamente desde o início de 2014. A horta comunitária da Figueira, por ter sido articulada e implantada mais recentemente, está em fase de organização produtiva e comunitária, com perspectiva para iniciar a comercialização no bairro neste ano corrente.

Os efeitos de caráter econômico podem ser observados tanto pelo aumento da renda familiar com a comercialização dos excedentes da horta (renda direta), como também pela economia com a produção para o autoconsumo (renda indireta). Para compreender melhor os efeitos neste campo é preciso debruçar-se sobre esses dois aspectos.

Nas experiências analisadas, o primeiro ponto, o aumento da renda, ainda não é um processo consolidado. Contudo, cabe ressaltar que a venda dos excedentes acompanha a horta comunitária dos Ipês e a do Girassol desde a implantação das mesmas, em 2009. Contudo, àquela época, o retorno econômico com a venda direta na horta colaborava, em pequena proporção, somente para a manutenção da horta (aquisição de algum insumo ou material, por exemplo). Portanto, não era sentido diretamente na composição da renda das famílias.

A partir do ano passado, o estabelecimento de parcerias locais (no interior do bairro e mesmo na cidade) para comercialização dos excedentes possibilitou, pela primeira vez, a geração de renda direta para as famílias participantes. Muito embora o volume de recurso ainda irrisório, em média menos de R\$100,00 por família, se adicione à renda familiar, para a maioria trata-se de um incremento significativo perante a situação socioeconômica das mesmas. São famílias que participam dos programas de transferência de renda do MDS, sobretudo o Bolsa

Família. Algumas ainda, mais carentes, recebem cestas básicas de programas municipais, como complemento. Com mais relevância para este público, os efeitos no campo do econômico correlacionam a prática da agricultura urbana com a noção de bem viver.

Para compreender o papel da agricultura urbana nas estratégias de sobrevivência dos lares urbanos de baixa renda, vários fatores devem ser analisados. Um deles, significativo nas experiências analisadas, é o papel da mulher no provento da alimentação e/ou aumento da renda familiar. As mulheres são especialmente ativas na agricultura urbana de Joinville, representando 95% do público participante nas três hortas. Avila e Van Veenhuisen (2005) destacam que para muitas mulheres a agricultura urbana pode ser uma alternativa atrativa e flexível ao trabalho informal mal remunerado e longe de suas casas (que podem implicar custos com transporte e o pagamento a alguém para cuidar de seus filhos).

“Em casa eu limpo e os outros sujam, passo o dia todo assim. Na horta muda tudo. As preocupações são outras e a gente deixa de pensar coisa negativa dentro de casa”. (L, U. Agricultora urbana, mãe de família, integrante da horta comunitária da Figueira).

O trecho acima evidencia a necessidade do tratamento da abordagem de gênero³⁴ como elemento fundamental para o desenvolvimento da AU. Embora os modestos efeitos no campo econômico apontem para uma noção de bem viver, ao não ser reconhecida, tanto a atividade da agricultura urbana quanto seu público – com destaque para as mulheres, tornam-se invisíveis às políticas públicas no país. Aqui, as necessidades existenciais (como a de ser e fazer) e as axiológicas (como a de entendimento, participação e criação), sistematizadas por Max-Neef, aparecem e dão respaldo ao enfoque de gênero na construção da noção de bem viver.

Outro fator para compreender o papel da agricultura urbana como estratégia de sobrevivência diz respeito à própria comercialização. Cabe reconhecer aqui que a dificuldade na organização coletiva e a alta

³⁴ Segundo Luz et al. (2003), a abordagem de gênero refere-se a um sistema de papéis atribuídos a homens e mulheres, determinados pelo contexto social, político e econômico e não pela biologia ou anatomia e é utilizado para expressar estas relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente construídas.

rotatividade³⁵ de pessoas nas hortas também dificulta o amadurecimento de processos de comercialização que agreguem renda às famílias participantes (MOUGEOT, 2000). O contrário dessa afirmação também é verdadeiro: a carência de canais de comercialização é um fator limitante à permanência de pessoas na atividade, implicando assim a alta rotatividade e problemas organizacionais.

“Tem pessoas que esperam a gente levar a verdura para vender e cobram se a gente não vai. São pessoas que sabem que é produto é bom e compram da gente. Se tivesse mais gente na horta a gente produziria mais. E se tivesse mais lugares para a gente vender também seria bom”. (A, J. Agricultora urbana, mãe de família, coordenadora da horta comunitária Girassol).

Em ambos os casos parece simples resolver o problema: criar novos canais de comercialização específicos para os produtos da AU ou mesmo explorar os já existentes. Contudo, é justamente nesse ponto que há inúmeros gargalos: o não reconhecimento formal da atividade e do agricultor urbano, a falta de articulação de programas de comercialização com a AU (PAA e PNAE), os entraves burocráticos para se comercializar produtos quando os terrenos em que se encontram as hortas são de domínio público, a carência de informação e divulgação sobre a importância da AU, dentre outros.

Assim sendo, a possibilidade de geração de renda direta com a comercialização dos produtos da horta é, sem dúvida, uma estratégia de sobrevivência para famílias de baixa renda que praticam agricultura

³⁵ A rotatividade das pessoas nas hortas comunitárias ainda existe e tem muitas razões. Ainda há resistência em visualizar agricultura na cidade. Em suas raízes, a agricultura urbana não é apenas uma estratégia alimentar, mas sim de transformação. Pela prática da AU, indivíduos assumem estado de protagonistas e são estimulados a pensar, criticamente, o espaço aonde vivem, as condições de vida, os direitos e deveres como cidadão. É aí que reside uma dessas razões, enraizada e construída histórica e culturalmente: paternalismo e o assistencialismo brasileiro (mal) acostumaram seu povo. Percebe-se então certa inércia humana em transpor uma situação até então cômoda, por mais indigna que se apresente. O “grande” público da agricultura urbana de hoje permaneceu por anos (sub) existindo à margem da sociedade, e se acomodou de certa forma, com os meios disponíveis para prover sua reprodução social. Sair da inércia e desenvolver capacidades produtivas é uma das propostas da AU. O conflito se estabelece quando, de um lado, se estimula cidadãos a protagonizar uma mudança e, de outro, se mantém um estado de alienação pelo Estado. Não há esforço dos governos em estruturar a agricultura urbana como política de estado. Esse, sem dúvida, é outro motivo da desistência dos beneficiários. Programas de governo geram, na ponta, desmotivação e desistência por já nascerem com baixa expectativa de vida. *Nota da autora.*

urbana. Do ponto de vista de sujeitos consumidores dos produtos da AU, os efeitos econômicos também são apreciados. Smit *et al* (1996) destaca que alimentos produzidos localmente têm um preço mais acessível, pois são desacrescidos dos custos com transporte.

Como já mencionado em seções anteriores, as hortas comunitárias de Joinville receberam estímulo financeiro do extinto Programa de AU do Governo Federal para o início das atividades. O fato de este programa ter encontrado sustentação temporária na esteira das políticas de SAN fez com que as ações locais para sua articulação carregassem consigo as intenções da própria política de SAN. A mais forte delas trata de incentivar a produção para o autoconsumo como elemento-chave para o acesso a uma alimentação segura e de qualidade. Assim, mesmo quando enfrentam flutuações de sua renda monetária, as famílias têm seu alimento assegurado.

Assim sendo, o objetivo primeiro com a implantação das hortas comunitárias em Joinville foi o estabelecimento de sistemas agroalimentares locais, voltados, prioritariamente, para o autoconsumo. Em geral, o público das hortas é composto tanto por famílias carentes como por aquelas com situação econômica razoável, estas últimas em menor número. Em ambos os cenários, a insegurança alimentar pode ser observada. Seja pela limitação econômica para adquirir produtos complementares à cesta básica (frutas e hortaliças) ou mesmo, quando possível adquiri-los, a insegurança recai sobre a quantidade, diversidade e qualidade nutricional desses alimentos. É claro que não se pode negar aqui a influência das tendências de consumo (do mercado) na composição das dietas alimentares. A massificação e padronização dos hábitos alimentares (PLOEG, 2008) afastam, cada vez mais, as populações de sua cultura alimentar, o que acarreta sérias alterações na identidade e diversidade culturais, apontadas por Max-Neef também como necessidades fundamentais para as pessoas bem viverem.

Os alimentos para o autoconsumo significam, freqüentemente, uma redução importante nos gastos com alimentação. Mougeot (2000) afirma que famílias pobres urbanas podem gastar de 60 a 80% de sua renda com comida. Assim, a possibilidade de produção para o autoconsumo pode ser interpretada como um efeito benéfico da AU, pois complementa a necessidade básica de subsistência alimentar, que é um dos componentes para se bem viver na opinião dos agricultores urbanos de Joinville. A economia doméstica gerada pela autoprodução de alimentos torna a pequena renda dessas pessoas disponível para a satisfação de outras necessidades.

Ademais, a produção para autoconsumo apresenta potencial para oferecer uma alimentação coerente com os hábitos de consumo locais e tradicionais. Isto significa uma intervenção no plano da cultura alimentar, que na prática representa, como formulou Chayanov (1974), a possibilidade de as famílias suprirem suas necessidades alimentares sem se desfazerem da sua “cultura” alimentar, dos hábitos alimentares herdados dos seus ascendentes e do saber relacionado ao consumo e preparo dos alimentos. Portanto, além do fator economia doméstica, a produção para autoconsumo pode possibilitar o resgate e a manutenção da bagagem histórico - cultural - alimentar das gerações anteriores. A reminiscência dos sabores, cheiros, costumes e tradições alimentares, possível com a prática da AU, tangencia a ideia da “vida cheia de sentidos” elaborada por Marx e, por conseguinte, de um trabalho produtivo, o qual possibilita produzir/recobrar sentidos e valores subjetivos que se materializam no entendimento que elaboramos sobre “bem-viver.

Posto o que foi apresentado, o que se pode extrair do amadurecimento político de uma atividade de natureza coletiva, as hortas comunitárias, é justamente a harmonia entre os efeitos de caráter econômico, ou seja, o fato de não haver sobreposição de um efeito perante outro. Embora a tendência aponte o fato de ser cada vez mais possível aumentar a renda familiar em função da comercialização dos excedentes da horta, a (economia) produção para o autoconsumo se mantém estável, notadamente pelo fato de os agricultores urbanos já terem internalizado, e mesmo vivenciado, a importância de se ter acesso a uma alimentação saudável e continuada. Dessa forma, monetários ou não, tais efeitos indicam que a prática da agricultura urbana pode ser uma via resgatadora do bem viver nos espaços urbanos.

d) Efeitos no campo do Social (ser coletivo)

Não menos importantes, efeitos caracterizados aqui como do campo do social também foram apontados pelos sujeitos da pesquisa como derivados da agricultura urbana e relacionados com o bem viver. Embora as reflexões dessa pesquisa estejam apontando para uma noção de bem viver contingencial, projeto quiçá mais palpável para a AU, os efeitos relacionados ao campo do social talvez sejam os que mais se aproximam da noção do bem viver para todos, noção esta embutida na tradição filosófica dos gregos antigos sobre a boa sociedade.

“A horta me faz sentir paz interior, e fico feliz porque outras pessoas se favorecem com aquilo que a gente faz. E estamos ajudando também na criação dos bichinhos que também precisam sobreviver daquelas plantinhas que comemos”. (J, C. Voluntária da Pastoral da Saúde e agricultura urbana da horta comunitária Girassol/Joinville).

“A gente não se preocupa só com a gente. Eu tenho meu cantinho de verdura em casa, mas vou pra horta comunitária porque gosto e me preocupo com os outros, com as pessoas que precisam, pelos meus netos que vão aprender e ver como se planta”. (M, G, A. Mãe de família, agricultora urbana da horta comunitária da Figueira/Joinville).

Idéias como solidariedade, companheirismo, pertencimento e coletivismo, embutidas nos trechos de fala das agricultoras, contrapõem toda força ideológica contemporânea vinculada pela mídia do ser humano do mercado, do individualismo e do interesse pessoal. Reforça o entendimento que, muito embora a agricultura urbana represente uma janela para se bem viver, não podemos abrir mão filosoficamente da noção do bem viver para todos.

Possivelmente, o fato de se tratar de espaços comunitários seja, ao mesmo tempo, motor e consequência, para o afloramento destas noções. Attiani (2011) corrobora essa afirmação ao alegar que a agricultura urbana praticada coletivamente constitui uma oportunidade para promover valores culturais e sociais nos lugar onde acontece, bem como tem papel fundamental na transformação e na gestão do ambiente de vida do ser humano.

Essa tipologia de agricultura urbana possibilita o renascimento da vida comunitária, promovendo a integração entre pessoas de diferentes idades, origens e estilos de vida. São mediadores sociais muito eficientes (CASTELO BRANCO & ALCÂNTARA, 2011), pois oportunizam a convivência entre pessoas, o estabelecimento de novas amizades, o aprendizado, intercâmbio de saberes e podem ser espaços propícios para a organização e fortalecimento comunitários.

Para grande parte dos efeitos percebidos no campo do social encontra-se referência na matriz de necessidades do Max-Neef. Para o autor, noções como solidariedade, por exemplo, representam um meio pelo qual as pessoas podem satisfazer, concomitantemente, a

necessidade existencial de ser e as axiológicas de proteção, participação, afeto e subsistência.

O interessante nisso tudo é observar o potencial que a prática da agricultura urbana comunitária tem de construir novas sociabilidades, ou mesmo de recuperar laços e relações sociais pautados em princípios e valores humanos solidários e generosos, que há tempos foram (e continuam sendo) dilacerados por um regime econômico, político e social que execra tudo que não for regido pela ordem da mercadoria e do consumo. Em geral, tal potencial é creditada à prática da AU em si. Contudo, é por meio do trabalho (libertador) que se observa a materialização deste potencial. Nesse ponto, Marx vai dizer que é através do trabalho que a espécie humana se distingue de outras formas biológicas e se constitui numa nova forma, reafirmando o trabalho como pressuposto fundante do ser social.

“Antes, quando trabalhava na fábrica, eu era muito individualista, limitado. Não tinha direito de pensar, era o patrão que decidia e ponto! Hoje eu tenho de volta meu direito de pensar. A horta comunitária foi um desafio pra mim”. (J. D. Agricultor urbano da horta comunitária dos Ipês e presidente da Associação das Hortas Comunitárias e Joinville).

O “direito de pensar”, apontado no trecho acima, retoma novamente as ideias de Marx sobre o trabalho, dimensão considerada pelo autor indissociável da vida humana. Luckács (1981), complementando as reflexões de Marx, diz que, por meio do trabalho, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como a transforma, constantemente, assim como também transforma a si mesmo. Portanto, o trabalho na horta comunitária não parece ser algo “estranho” ao agricultor urbano. Pelo contrário, esboça uma ideia de liberdade que vai além da análise de efeito benéfico no campo do social.

O produto do trabalho nas hortas comunitárias pertence ao agricultor. Logo, não lhe é estranho, mas sim familiar, ao ponto mesmo de lhe proporcionar alegria de viver, de poder e querer trabalhar numa atividade que para ele representa, naquele momento e naquelas condições, bem viver.

“Aqui (na horta) a gente se ajuda, todo mundo pode falar, porque todos vieram da roça e cada um sabe uma coisa. É como estar na roça, é isso

que eu sei fazer". (A, S. C. Mãe de família, agricultora da horta comunitária Girassol/Joinville).

Da passagem acima se pode deduzir que nas hortas comunitárias parece ser possível visualizar um espaço de junção (trabalho) entre identidade, liberdade, pertencimento e criatividade, diferente do modelo de trabalho preconizado por Taylor, conforme apontam Castro e Moreira (2011), no qual a fragmentação do trabalho implica a fragmentação do saber, pois o trabalhador perde a noção de conjunto do processo produtivo.

Outro efeito destacado pelos agricultores urbanos e por vezes mascarado, ou mesmo confundido com a segurança alimentar, é a oportunidade (e direito) dos povos de decidir sobre o que produzir e consumir. Nesse viés, portanto, a agricultura urbana recupera o debate da soberania alimentar³⁶, ou seja, para além da garantia do alimento, promove espaços locais de legitimação do direito à alimentação adequada. Cabe reconhecer, contudo, que a materialização da soberania alimentar por meio da AU pressupõe a superação de externalidades, como é o caso da insegurança no acesso à terra, água, insumos, sementes crioulas, tecnologias sustentáveis de produção, políticas públicas estruturantes, entre outras. Sem agregar e suplantar estes hiatos, a agricultura urbana por si só não tem envergadura política suficiente para o enfrentamento do cenário de dependência dos povos à importação e industrialização agrícola, cenário este que vem colocando em risco o patrimônio genético, cultural e ambiental do planeta, assim como o bem viver das pessoas.

³⁶ Movimentos sociais camponeses liderados pela Via Campesina propuseram o conceito de Soberania Alimentar como: O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (...) (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud CAMPOS, 2006, p. 154-155).

3.5 A NOÇÃO DE BEM VIVER

Nesta seção apresentaremos a noção de bem viver elaborada a partir da experiência de Joinville. Parece pretensioso de nossa parte querer lapidar uma noção de bem viver atrelada à AU analisando uma única experiência, a de Joinville. Contudo, consideramos que o caso aqui apresentado, de modo geral, representa as demais experiências do país, seja em termos de dificuldades, de potencialidades, de relações humanas, de carência de políticas públicas, de invisibilidade, precariedade, etc.

Cabe reconhecer, é claro, que cada experiência tem sua singularidade e, em função disso, a noção geral de bem viver atribuída à prática da AU pode variar no tempo e no espaço, sem que haja, com isso, um consenso sobre como alcançá-lo em sua plenitude. Contudo, os fatores ou elementos que podem compor um entendimento mais palpável do que seria este “bem viver” na AU são praticamente os mesmos em todos os tempos e lugares.

Encontramos alicerce para a ideia de “bem viver” dos agricultores urbanos nas riquíssimas contribuições da Filosofia Grega, em textos elaborados por filósofos pré e pós-socráticos. Desde aquela época, fundamentos universais, notadamente sobre a noção geral de felicidade, acompanham a história das ideias na tentativa de compreender a natureza humana e suas contingências.

Nessa mesma perspectiva, a noção filosófico-teórica acerca do trabalho nos escritos de Marx traz alento para o entendimento de um projeto mais realizável de bem viver no circuito dos espaços urbanos.

Na teoria de Max-Neef, que versa sobre uma proposta humanista para o desenvolvimento, o foco na satisfação das necessidades humanas fundamentais é a chave para se bem viver.

Fica claro, portanto, que o campo das ideias está em aberto, e que ninguém encontrou a receita da felicidade e do bem viver. Dessa forma, é possível uma noção que indique a AU como uma generosa janela para se restabelecer uma relação com o bem viver, mesmo que contingente.

O construto que elaboramos sobre bem viver compreende um conjunto de fatores que os próprios agricultores urbanos relacionaram com a prática da agricultura urbana. Trata-se de uma noção abrangente que envolve elementos do campo econômico, do social, do subjetivo/simbólico e também do campo da saúde. A complexidade desses elementos e suas possíveis inter-relações demonstram que a

compreensão da magnitude do bem viver foge da alçada da agricultura urbana. Grande parte dos fatores, apontados pelos agricultores urbanos como derivados da prática da AU e que contribuem para o bem viver são subjetivos, simbólicos, característicos de cada ser humano e de sua relação com a sociedade.

A tabela abaixo sintetiza os fatores relacionados ao bem viver, organiza-os por grupos e apresenta o nível de importância atribuído pelo coletivo de cada horta. O instrumento abaixo, proposto para captar a essência das percepções dos agricultores urbanos em relação ao bem viver, não tinha a pretensão de hierarquizar os fatores previamente estabelecidos ou, por assim dizer, de apontar que uma noção de bem viver tenderia mais a um grupo de fatores do que a outro. Pelo contrário, a noção geral de bem viver transita por todos estes fatores, independente do nível de importância associado.

Tabela 05. Sistematização do construto de bem viver

GRUPO DE FATORES	NÍVEL DE IMPORTÂNCIA*		
	H.C. GIRASSOL	H.C. DOS IPÊS	H.C. DA FIGUEIRA
Econômico			
Aumento da renda familiar	C	C	C
Economia com a aquisição de alimentos			
Social			
Trabalho libertador	A	B	A
Coletivismo (participar e conviver em coletivo)			
Conviver bem com os vizinhos			
Aprender coisas novas/Intercâmbio de saberes			
Companheirismo			
Laços de solidariedade			
Novas amizades			
Sentimento de pertencimento - sentir-se parte de um grupo			
Poder decidir o que se cultiva e o que se come			

Subjetivo/Simbólico			
Sentir-se respeitada pela sociedade pelo trabalho com a horta	B	A	A
Ter um sentido para a própria vida			
Sentir-se livre para o exercício da criatividade			
Gostar do que faz/fazer o que gosta			
Fazer bem aos outros			
Sentir-se realizada			
Sentir-se útil/continuar trabalhando/ter uma ocupação			
Sensação de retorno à terra			
Paixão pelo trabalho que faz			
Contemplação da natureza			
Resgate das raízes, das tradições, sensação de retorno a terra.			
Autoestima			
Saúde			
Acesso a Alimentos saudáveis (frutas, legumes, verduras e plantas medicinais etc.)	A	A	B
Ter saúde física e mental			
Sentir-se disposta			
Atividade terapêutica			

*Níveis de importância: altamente importante (A), relativamente importante (B), pouco importante (C).

Os fatores acima pontuados representam também efeitos apontados pelos sujeitos da pesquisa como derivados da prática da AU e relacionados com o bem viver. O consenso entre os agricultores urbanos na indicação destes fatores indica ser possível haver intersubjetividade para uma noção de bem viver contingente, ou seja, um bem viver para aquelas pessoas, naquelas condições, no tempo e nos espaços em que vivem. As divergências nos níveis de importância atribuídos a cada grupo de fatores refinam a noção de bem viver contingente segundo o entendimento do coletivo de cada horta.

Portanto, a ideia de atribuir níveis de importância foi pensada como um exercício de análise coletiva da própria realidade, objetiva e subjetiva, de tal modo que os agricultores urbanos pudessem melhor depurar, do ponto de vista das restritas possibilidades da vida nos espaços urbanos de periferia, de que forma a AU contribui para o bem viver no espaço das cidades.

A prevalência dos fatores de ordem social, subjetivo/simbólico e da saúde em relação aos de ordem econômica pode-se atribuir ao fato de que efeitos desta ordem última não são claramente sentidos pelos agricultores urbanos. De fato, pois, o aumento da renda familiar associada ainda é irrisório e a economia com a aquisição de alimentos se caracteriza como uma renda indireta, raramente mensurável por ser de natureza não monetária. Portanto, pode-se inferir que fatores no campo do social, do subjetivo/simbólico e da saúde são os que mais se afinam com a ideia de bem viver para os agricultores.

Cabe reconhecer que, se partirmos do pressuposto que bem viver é uma noção genuinamente subjetiva, seria inverídico atribuir que os fatores acima apontados pelos agricultores urbanos provenham, única e exclusivamente, da prática da AU. Isto posto, parece estar claro que a AU sozinha não promove bem viver, mas pode, contudo, representar uma circunstância segundo a qual as pessoas teriam a possibilidade de se reencontrarem ou se aproximarem com a noção do bem viver.

Não se trata de abrir mão filosoficamente da noção do bem viver para todos, utopia esta embutida no que os filósofos gregos antigos chamavam de a sociedade do bom, do belo e do justo. A maior contribuição dessa dissertação talvez seja justamente a elaboração de uma noção mais modesta e tangível de bem viver contingente. Nesse sentido, a agricultura urbana provavelmente seria uma generosa janela para religar o humano à natureza, ou como diria Marx, “*religar o homem com elementos de sua essência mesma*”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura urbana é, sem dúvida, um novo campo para a pesquisa no Brasil. Este trabalho realizado nas hortas comunitárias de Joinville teve como pano de fundo apresentar uma experiência de agricultura urbana que deu certo, que tem potencial para ser um instrumento resgatador de ideias, sentimentos e valores que compõem uma noção de bem viver maior, a do bem para todos.

Os sujeitos envolvidos na prática da agricultura urbana investigada são, em sua maioria, oriundos da zona rural. Embora o meio e o ambiente para sua reprodução social agora seja urbano, é notável sua incapacidade de esquecer as condições pretéritas da vida de camponês, ou seja, em suas mentes e corações ainda vive o saber fazer e o prazer de sua relação com a natureza e dela prover seu sustento. Por meio da agricultura urbana, aquelas gentes tiveram a possibilidade de se reencontrar com coisas que lhes fizeram sentido durante uma trajetória de vida e, portanto, de retomar o caminho para uma vida plena.

Com o referencial teórico interdisciplinar que construímos, notadamente com os contributos da filosofia grega, passando por alguns apontamentos de Marx sobre a categoria social trabalho, somados à teoria do desenvolvimento humanista elaborada por Max-Neef, chegamos ao modesto entendimento de que um projeto realizável de bem viver no recorte da AU seria uma espécie de contribuição no plano da cultura, misturada com trabalho, combinada com a satisfação de necessidades humanas fundamentais, sobretudo de alimentação saudável.

O construto que elaboramos sobre bem viver contingente traz para a centralidade do debate a universalidade do subjetivo. As ideias como liberdade, respeito, realização pessoal, companheirismo, solidariedade, generosidade, amizade, prazer em viver, pertencimento, soberania alimentar, trabalho libertador e um completo bem-estar físico, mental e social, são a espinha dorsal da nossa construção.

Passamos longe de afirmar que a AU é a receita do bem viver. Muito embora a metafísica, a filosofia, a psicanálise, bem como a vida concreta em si apontem caminhos, a felicidade é algo muito superior a tudo o que possa ser palpável e descritível frente ao nosso restrito vocabulário. As construções do intelecto humano facultam saborear algo que, imaginamos, seja o bem viver. Dito isto, sozinha a agricultura urbana não contribui para o bem viver.

O que se entende como possível para a AU seria de uma circunstância segundo a qual as pessoas teriam a possibilidade de se

reencontrarem com a noção do bem viver, a qual chamamos de *bem viver contingente*.

Muito além de evidenciar as contribuições da agricultura para o bem viver nos espaços urbanos, podemos absorver desta investigação que esta prática tem potencial para construir um componente político ativo, capaz de plasmar uma nova racionalidade de vida coletiva e, portanto, de criar novas sociabilidades, que edifiquem relações harmônicas entre seres humanos e a natureza.

Talvez, a maior contribuição da agricultura urbana para o bem viver se dê pelo seu potencial de intervenção no plano da cultura. Nas três iniciativas de agricultura urbana estudadas, isso é incontestável. Muitas famílias escolhem esta atividade para sua subsistência, e não somente com este objetivo, têm na contingência desta prática uma generosa janela que as aproxima do bem viver. Possivelmente, o fato de se tratar de espaços comunitários seja, ao mesmo tempo, motor e consequência, para o afloramento desta noção. Nesses espaços, as pessoas podem ser levadas a refletir, de forma racional ou não, sobre a condição humana degradante à qual estão condicionados a subexistir. Nesse processo de reflexão, naturalmente, valores humanos essenciais para uma vida cheia de sentido são reintegrados nas relações sociais e na essência dos próprios indivíduos.

Retomando as questões norteadoras desta pesquisa, as quais nos instigaram investigar de que forma a agricultura urbana contribui para o bem viver no espaço das cidades e quais seriam estas contribuições no bem viver dos agricultores urbanos, reafirmamos nossa hipótese que é possível existir um bem viver a partir daquelas pessoas, naquelas condições, no tempo e nos espaços em que vivem.

As reflexões contidas no capítulo III quanto aos efeitos derivados da prática da agricultura urbana e relacionados com o bem viver pelos agricultores urbanos, retomam o debate do descaso político do Governo Federal pela extinção do Programa de Agricultura Urbana em 2013. Essa “pausa” do MDS na construção de políticas públicas para a temática nos leva ao entendimento de que o Estado tem tratado a agricultura urbana como um subtema. Os efeitos benéficos apontados neste trabalho reforçam a necessidade de amparo político para que a atividade saia da precariedade e do atomismo. O desafio é (re) introduzi-la na agenda política do Governo Federal, bem como aos estados e municípios, como política pública intersetorial.

As reflexões críticas, incorporadas neste documento, frente ao que consideramos ser os motivos que culminaram num momento de incógnita política e institucional para agricultura urbana, sobrepujam

quaisquer meros desafios em caracterizar os avanços ou retrocessos na construção da política pública para a temática. O que nos faz ir além nessa análise é perceber as possibilidades de mudança propiciadas pela prática da AU. A noção que atravessou nosso texto, o bem viver, é um exemplo disso.

A interrupção das ações de Governo Federal para a AU também frearam um processo maior que entendemos ser possível com o exercício da mesma: a criação de condições para superar a visão assistencialista da sociedade civil. Ambientes favoráveis para suplantar esse arquétipo de sociedade inclui, necessariamente, criar e fazer (bom) uso de novas práticas de governabilidade, mais próximas das pessoas e de suas realidades. Numa conjuntura política promissora, a retomada do debate em torno dos CAAUPs como espaços institucionalizados para a criação e gestão partilhada de ações e programas de AU, pode ser uma das possíveis rotas para a construção de políticas públicas. A horizontalidade do processo implica a democratização da gestão, e vice-versa.

O CAAUP, pela experiência específica da UFSC, demonstrou ser espaço de sensibilização, construção de conhecimento sobre o tema da agricultura urbana e um espaço de experimentar o fazer junto entre sociedade civil e poder público. O papel da universidade nesse processo pode ser inovador, justamente porque ao assumir uma visão da cidade que reconhece a agricultura como prática existente e possível na cidade, se estimula um exercício de repensar a cidade com e para as pessoas.

Nesse sentido, em alusão à “Alegoria da Caverna” de Sócrates/Platão, a agricultura urbana poderia representar, supondo-a num cenário promissor com condições políticas de se materializar, uma escola do fim, a partir da qual as pessoas podem articular formas (coletivas) que as aproximem de um projeto mais palpável de bem viver nos espaços urbanos.

Mesmo que no contexto particular de uma política ainda pouco afirmada, como é a situação da AU, a análise feita nesta dissertação abre possibilidades para avaliar outras experiências equivalentes, vinculadas ou não a universidades. Entre outras linhas para novas investigações, uma possibilidade muito rica seria a de aprofundar melhor a relação, que parece existir, entre promoção da saúde e a prática da agricultura urbana. Outra também, na perspectiva da economia para os serviços públicos, seria a de pesquisas que revelassem objetivamente qual o impacto econômico da prática da agricultura urbana na redução dos gastos dos governos com doenças (saúde?). São dois campos de pesquisa que se cruzam e estão em aberto, e seus resultados também

podem colaborar para uma reflexão mais elaborada sobre as contribuições da AU para o bem viver nos espaços urbanos.

5. REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **A Trindade**. 2^a ed. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo, Nova Cultural, 1996. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J.; e Ambrósio de Pina, S. J.

AGUIAR, V. C. **Trabalho Produtivo em Karl Marx. Velhas e Novas Questões**. São Paulo, 2009. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

ALLEN, A. Environmental planning and management of periurban interface: perspectives on an emerging field. **Environment and Urbanization**, (2003), 15 (1), pp.135-148. IIED - London, UK. pp. 14.

ALMEIDA, D. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Revista Agriculturas**, V.1 (0), p. 25- 28, 2004.

ALONSO, N. M. (2009). **Huertos Urbanos em três ciudades europeas: Londres, Berlín, Madrid. Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio**. Escuela Técnica superior de Arquitectura. Universidad Politécnica de Madrid. Trabajo de investigación tutelada. Doctorado Periferias, Sostenibilidad y Vitalidad urbana.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2012. **PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)**. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 E DE 2012.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. Parte III. São Paulo: Loyola, 2003.

AQUINO, M. A. **Agricultura urbana em Cuba: análise de alguns aspectos técnicos**. Seropédica: Embrapa Agroecologia, 2002.

AQUINO, M. A.; ASSIS, R. L. **Agrobiologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica e sustentável**. Brasília: Embrapa, 2005.

AQUINO, M. A.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas v.Xnº1. p.137-150, jan/jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>. Acesso em 21/09/2014.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ARRUDA, J. **Agricultura Urbana na Região Metropolitana Dorio de Janeiro: Sustentabilidade e Repercussões na Reprodução das Famílias**. 197p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

ATTIANI, C. **A Agricultura Urbana**. Dissertação do Mestrado em Ciência Políticas (Tesi di Laurea Specialistica). Universidade de Bolonha – Alma Mater Studiorum e Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

AVILA, C. J.; VAN VEENHUISEN, R. Aspectos econômicos da Agricultura Urbana. RUAF: **Revista Agricultura Urbana 7** – Editorial. 2005. Disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU7Edit.pdf>. Acesso em 12/01/2015.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**. 31(4):290–5. Washington. Abril/2012.

BAIROCH, P. **De Jéricho à Mexico: villes et économie dans l’histoire**. Paris: Gallimard, 1985. 706 p.

BIEL, R.; CABANNES, Y. (2009). Urban agriculture – the current situation and some pointers to the way forward. **DPU News**. 51. London.

BRAND, P.; MUÑOZ, E. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde una perspectiva política. **Cadernos IPPUR/UF RJ**. Rio de Janeiro, v. XXI, n.1, p. 47-70, jan./jul. 2007.

BRASIL. PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. [s.l.]: Instituto Cidadania, versão 3, 2001. 118 p.

_____. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: **A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar**. Relatório final. Maio 2004.

_____. Casa Civil. Presidência da República. **Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vista em assegurar o direito humano a alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm
Acesso em: 05 de outubro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP) e Sistemas Coletivos de Produção para o autoconsumo**. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/portalfederativo/segalimentar/pag/programas/centros-de-apoio-a-agricultura-urbana-e-periurbana-e-sistemas-coletivos-de-producao-para-o-autoconsumo.htm>. Acesso em: 05 de outubro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Edital SESAN/MDS nº. 01/2007. **Seleção de Proponentes para apoio a projetos de Agricultura Urbana e Periurbana**. Brasília, 2007.

_____. MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seleção de propostas para Implantação ou Fortalecimento de Centros de apoio a Agricultura Urbana e Periurbana, Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento**. Brasília: EDITAL MDS/SESAN 05/2008.

_____. MDS. 2008. **Relatório do Seminário com Gestores dos Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana**. Brasília, Brasil.

_____. Decreto 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

_____. MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seleção pública de projetos de agricultura urbana e periurbana.** Brasília. EDITAL MDS/SESAN 04/2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Programa de Agricultura Urbana, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/agricultura-urbana>. Acesso em 08/01/2015.

BRYLD, E. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. **Agriculture and Human Values.** Dordrecht, v. 20, 2008.

BUSS, P. M. Promoção da Saúde e qualidade de vida. **Revista Ciência e Saúde Coletiva.** 2002. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.163-177, 2000.

CABANNES, Y. (2012). **Pro-poor legal and institutional frameworks for urban and peri-urban agriculture.** Rome: FAO.

CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics,** v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.

CASTELO BRANCO M; ALCÂNTARA FA. 2011. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira.** Brasília, 29: 421-428.

CASTRO, R. S.; MOREIRA, E. V. A divisão do trabalho na desqualificação do trabalhador. Diretório de artigos gratuitos. Fonte do Artigo no Artigonal.com: <http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/a-divisao-do-trabalho-na-desqualificacao-do-trabalhador-5178527.html>. Publicado em 30/08/2011. Acesso em 10/01/2015.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 342p, 1974.

II CNSAN. 2004. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, CONSEA, Olinda, PE, Brasil.

III CNSAN. 2007. Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, **Relatório Final**. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA, Fortaleza, CE, Brasil.

COMASSETTO, B. H. **Nostalgia, Anticonsumo Simbólico e Bem-Estar: a Agricultura Urbana e o Resgate da Tradição**. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 -7 de setembro de 2011.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, CONSEA, 2009.

_____. Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: FAO, 2009.

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura urbana: reflexão e análise sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte. **Monografia** (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CRUDDAS, J.; NAHLES, A. A construção da Boa Sociedade. **O Projeto da Esquerda Democrática**. Disponível em: www.compassoonline.org.uk. s.d.

DA SILVA, L. O. Agricultura, Utopía Y Prácticas Urbanas. **Revista de Estudios Culturales Urbanos**. Bifurcaciones. Artículo numero 9, Julio de 2006. Chile.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. Urban agriculture and sustainable cities. In: BAKKER, M., DUBBELING, M., SABEL-KOSCHELLA, U., ZEEUW, H. (Eds.). **Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**. DSE, Feldafing: Germany, 2000.

DESPOMMIER, D. The rise of vertical farms: growing crops in city skyscrapers would use less water and fossil fuel than outdoor farm, eliminate agricultural runoff and provide fresh food. **Scientific American**, p. 32-39, 2009.

DE ZEEUW, H.; DUBBELING, M. **Cities, foods and agricultures: challenges and the way forward**. Leusden: ETC Urban Agriculture/RUAF Foundation, 2009.

DRESCHER, A. W. Seguridad Alimentaria Urbana; Agricultura Urbana, una respuesta a la crisis?. In: **La Revista Agricultura Urbana**. Vol. 1. Quito, n. 1, p. 8-10, 2001.

DRECHSEL, P. e DONGUS, S. (2008). Dynamics and sustainability of urban agriculture: examples from sub-Saharan Africa. **Sustainability Science**, 5, 69-78. África do Sul.

DUQUE, F. A. G. **Impactos de la agricultura urbana**. In: Curso Regional de Investigación-Acción y Gestión de la Agricultura Urbana. Módulo1: La Agricultura Urbana, caracterización, impactos y dinámica. Sesión 3. 2003. Disponible em: <www.pgualc.org/es/data/files/download/PDF/CIDsesion3.pdf>. Acceso em: 10 nov. 2014.

EDWARDS, P. Asuntos de salud pública en la acuicultura alimentada con aguas residuales. **Revista Agricultura Urbana**. [S.l.], v. 1, n. 3, p. 20-22, Jan., 2001.

Evaluación de los riesgos potenciales que tiene para la salud la agricultura urbana. Disponible em: <www.idrc.ca/es/ev-5579-201-1-DO_TOPIC.html> Acceso em: 12 jan. 2015.

FAO. Select issues: urban agriculture: an oxymoron? In: **The state of food and agriculture**. Rome: FAO; 1996. 29p

_____. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional em América Latina y el Caribe: una nueva agenda de políticas públicas para superar la crisis alimentaria. **Oficina Regional para America Latina y el Caribe**: FAO, 2009.

_____. Comitê de Agricultura. La agricultura urbana y periurbana. In: **Documento do Tema 9 del Programa Provisional**. Roma, 25-29 jan.1999. Disponível em: <http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/15/x0076s.htm>. Acesso em 12/10/2014.

FAO/MDS. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. **Produto 04 consolidado**. Consultoria FAO/MDS, 2011.

FBSSAN. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. QUE ALIMENTOS (NÃO) ESTAMOS COMENDO? **VII ENCONTRO NACIONAL DO FBSSAN**. Carta de Porto Alegre. 2013. Disponível em: http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_joomdoc&task=document.download&path=documentos/cartas/carta-pol%C3%ADtica-de-porto-alegre-vii-encontro-do-fbssan&Itemid=639&lang=pt-br. Acesso em: 19/12/2015.

FEIDEN, A.; ANDRADE JÚNIOR, E. B.; CAVASSA, A. V. **Agricultura urbana em Corumbá - MS**. 2007.

FREDDI, S. M.; RODRIGUES, R. G.; Ribas, C. E. D. C. Cidades produzindo alimentos: uma nova perspectiva para a Segurança e Soberania Alimentar no meio urbano. In: María Dolores Domínguez García; Xavier Simón Fernández; David Pérez Neira; Daniel Vázquez Meréns; Lucía Rodríguez Amoedo; Damián Copena Rodríguez.. (Org.). **Soberanía alimentaria e agricultura ecolóxica Propostas de acción**. 1ª ed. Vigo - Espanha: Grupo de Investigación en Economía Ecolóxica e Agroecoloxía, 2011, v. 1, p. 841-852.

FREDDI, S. M. et al. Resgate teórico sobre Agricultura Urbana no Brasil. In: Xavier Simón Fernández e Damián Copena Rodríguez (Org.). **Propostas agroecoloxicas ao industrialismo. Recursos compartidos e respostas colectivas**. 5ª Ed. Vigo – Espanha. Grupo de Investigación en Economía Ecolóxica e Agroecoloxía. P. 23-37. ISBN 978-84-617-2311-9 | X. Simón, D. Copena [Coord.] 2014

FREITAS, M. T. A. **Vygotsky e Bakhtin - psicologia e educação: um intertexto**. São Paulo/Juiz de Fora: Ática/EDUFJF, 1994.

FUREDY, C. Redução dos riscos para a saúde ocasionados pelo uso do lixo orgânico urbano. **Revista Agricultura Urbana**. [S.l.], n. 3, p. 23-25, nov., 2001.

GARRET, S. (2008). *Urban agriculture in Cardiff: Its potential contribution for creating a 'sustainable capital'*. (Dissertação de Mestrado), Cardiff University.

GAYNOR, A. Contaminación del suelo con pesticidas estudio de caso de Perth Australia Occidental. **Revista Agricultura Urbana**. v. 1, n. 3, p. 12-14, jan., 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GONÇALVES, S. C. C. **Agricultura urbana num contexto de crise: Um estudo de caso na Área Metropolitana do Porto**. 2º Ciclo de Estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território Agricultura. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. 2013.

HADDAD-KESSOUS, M.; SABROU, J. Analyse d'une Agriculture Periurbaine au Bresil: Cas de la Region Metropolitaine Nord de la Ville de Recife Capitale de l'etat Du Pernambuco et Metropole de la Region Nordeste. **3rd Health Food Symposium**, 2005, Toulouse, France.

HOWE, J. (2002). Planning for urban food: The experience of two UK cities. **Planning Practice and Research**, 17(2), 125-144.

HOWE, J., VILJOEN, A. e BOHN, K. (2005). New cities with more life: Benefits and obstacles. In A. VILJOEN, BOHN, K. e HOWE, J (Ed.), *Continuous productive urban landscapes: Designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 56-64).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Santa Catarina » Joinville » infográficos: dados gerais do município. 2014. IBGE @cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=420910&search=santa-catarina%7Cjoinville%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 11/01/2015.

IPEA. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR. Políticas Sociais - acompanhamento e análise. 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ASSISTENCIA_SOCIAL9.pdf. Acesso em 05/01/2015.

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Bairros e população**. 2013.

_____. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Cidade em Dados**. 2015.

JOHNSON, D. Focus groups. In: ZWEIZIG, D. et al. **Tell it! Evaluation sourcebook & training manual**. Madison: SLIS, 1994.

KERLINGER, F. N. Foundations of behavioral research. 2ª edição. New York: **Holt, Reinhart e Winston**, 1973.

KOROSUE, A.; RIBAS, C. E. D. C.; FONSECA, I. R. (2011) Universidade, Movimento Social e Mercado Institucional: Garantia da produção Agroecológica em Assentamentos da Reforma Agrária. In: **XI Congresso Iberoamericano de Extension Universitária**. Argentina. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa3/universidade-movimento-socia.pdf>. Acesso em 12/01/2015.

LAWTON, M. P. Environment and other determinants of well-being in older people. **Gerontologist**. New York. v.23, n.4, p. 349-57, 1983.

LECERA. LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESTUDOS DA REFORMA AGRÁRIA. **Relatório final de Cumprimento do Objeto MDS/SESAN**. Documentos. 2013.

_____. Movimentos sociais do campo na universidade pública brasileira: o papel do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da

Reforma Agrária - LECERA (UFSC) - na região sul do Brasil. Artigo. **X Congresso Iberoamericano de Extension Universitária**. Uruguai. 2014.

LEITE, G. **Reflexões sobre o conceito de felicidade para sociedade contemporânea**. Texto internet. 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/reflex%C3%B5es-sobre-o-conceito-de-felicidade-para-sociedade-contempor%C3%A2nea>. Acesso em 28/201/2015.

LOCK, K. ZEEUW, H. Mitigación de los riesgos para la salud asociados con la agricultura urbana y periurbana. **Revista Agricultura Urbana**. v. 1, n. 3, p. 68, Jan., 2002.

LORI, Z. R.; 2001 **Community Gardens on the Urban Land Use Planning Agenda. Experiences from the United States, Germany, and The Netherlands**. A Master Project submitted to the Faculty of the University of North Carolina Chapel Hill, Masters of Regional Planning, Department of City and Regional Planning.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2011. 292p.

LUIZ, J. T.; JORGE, S. Hortas Urbanas Cultivadas por Populações Caboverdianas na Área Metropolitana de Lisboa: Entre a Produção de Alimentos e as Sociabilidades no Espaço Urbano não Legal. **MIRADAS EN MOVIMIENTO**. Special vol. January 2012: (142-158).

LUKÁCS, G. Per l'ontologia dell'essere sociale. Traduzione di Alberto Scarponi. v. II. Roma: Riuniti, 1981.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura Urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.

MALUF, R. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Vozes: Petrópolis, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed São Paulo: HUCITEC, 1991. 182p.

MARX, K. Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico. Volume I, Rio de Janeiro. **Civilização Brasileira**, 1987.

_____. *O Capital*: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Tomo 2. Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital. Capítulos XIII a XXV. 3ª edição. São Paulo: **Nova cultural**, 1988.

_____. *Capítulo VI – Inédito de O Capital*. Tradução de Klaus Von Puchen. São Paulo. Centauro, 2004.

_____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro I, Rio de Janeiro. **Civilização Brasileira**, 2006.

MATOS, R. S. (2010). **A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano - reflexões**. Tese (Doutorado). Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora.

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro**. Development Dialogue, número especial, 96 pp. CEPAUR, Fundacion Dag Hammarskjold. 1986.

_____. DESARROLLO A ESCALA HUMANA: Opciones para el futuro. Biblioteca Ciudades para un Futuro más Sostenible (CF+S), Madrid, 2010.

MAXWELL, D. G. 1995. Alternative food security strategy: a household analysis or urban agriculture in Kampala. **Food Policy**. World Development, Volume 23, Number 10, October 1995, pp. 1669-1681(13). University of Wisconsin-Madison, U.S.A.

MENEZES, F.; BURLANDY, L.; MALUF, R. S. A Construção de uma Política de Segurança Alimentar. In: **I CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004**, Documentos. São Paulo, 2004. p.4.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. 1993. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública** 9 (3) :239-262.

MOUGEOT, Luc J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potential and risks**. In: BAKKER, N. et al. (Org), Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: DSE, 2000.

MÜLLER, K. "**Um presente real, terra de sonhos**", *Jornal A Notícia*: 12-14. 2007.

NEUGARTEN, B. L.; HAVIGHURST, R. J.; TOBIN, S. S. The measurement of life satisfaction. **J. Gerontol.** v.16, p. 134-43, 1961.

NOLASCO, C. L. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora –MG**. 203 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, J. E.; COSTA, M. R. N. A felicidade na filosofia de Tomás de Aquino. **ÁGORA FILOSÓFICA**. Departamento de filosofia. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. N. 2. Jul./dez. 2011.

OLIVIERI, A. C. **Filosofia e felicidade: O que é ser feliz segundo os grandes filósofos do passado e do presente**. 2012. Filosofia. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-e-felicidade-o-que-e-ser-feliz-segundo-os-grandes-filosofos-do-passado-e-do-presente.htm>. Acesso em 19/01/2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. Fatos sobre as cidades. Rio + 20: O futuro que queremos. 2012. Disponível em: <http://www.apoioambiental.com.br/upload/cidades.pdf>. Acesso em 25/001/2015.

PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegie sua opinião**. São Paulo, 2000. 252 p.

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo.

PEDERSON, R. M.; ROBERTSON, A. Las políticas alimentarias son esenciales para ciudades saludables. **Revista Agricultura Urbana**. [s.l.], v.1, n. 3, p. 9-11, jan., 2002.

PESSÔA, C. C. Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria – RS. Dissertação de mestrado. Santa Maria: UFSM. 2005. 102p. Em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2008-01-23T155900Z_1261/Publico/CRISTIANE%20PESSOA.pdf>. Acesso em 22/09/2014.

PINHEIRO, A. *et al.* **O que é uma alimentação saudável: considerações sobre o conceito, princípios e características : uma abordagem ampliada**. Ministério da Saúde, Brasília, 2005.

PINHEIRO, M. C.; FERRARETO, L. C. **Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar**. Brasília. 2010.

PLATÃO. *Diálogos*. (Os pensadores). Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. — 5. ed. — São Paulo: **Nova Cultural**, 1991.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. 2013.

REDWOOD, M. (2009). Agriculture in urban planning: Generating livelihoods and food security (pp. 1-20; 253-242): **International Development Research Centre**.

RESENDE, S. **Entre o rural e o urbano**: a agricultura urbana em Uberlândia (MG). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2004.

Ribas, C. **Capitalismo contemporâneo e a reedição do "homo lúpus homine"**. Texto de circulação restrita, inédito, Florianópolis, 2015.

RICARTE-COVARRUBIAS, J. D. (2011). **Agricultura urbana em Porto Ferreira/SP: Mapeamento, caracterização e tipificação** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos Araras.

RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. V. (Consultor). 2008. **Gestão da política de segurança alimentar, de desenvolvimento local e de combate à pobreza**. UNESCO/MDS, Brasília, Brasil.

SÁNCHEZ, H. A. La agricultura en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la Geografía. **Investigaciones Geográficas** (Mx), núm. 53, abril, 2004, pp. 98-121, Instituto de Geografía. México. ISSN (Versión impresa): 0188-4611.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **DOCUMENTO REFERENCIAL GERAL**: Versão Final. Belo Horizonte, 2007, 89p.

SANTOS, B. S. Introdução. In: AGOSTINHO, Santo. *Contra os Acadêmicos - A Ordem - A Grandeza da Alma - O Mestre*. Trad. de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008. (**Coleção Patrística**, n. 24).

SANTOS, H. D. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. **SABER ACADÊMICO**. Revista Multidisciplinar da UNIESP, n ° 11 - Jun. 2011/ ISSN 1980-5950, p. 79-86, 2003.

SARAIVA, R. A. (2011). **As hortas urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do concelho de Oeiras**. (Mestrado). Portugal.

SLATER, R. Urban agriculture, gender empowerment: an alternative view. **Development Southern Africa**, v. 18, n.5, p. 635-650, 2001.

SMIT, J. et al. **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: UNDP, 1996. 302p.

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. Cities feeding people: report 18 – **Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005**. PNUD, Habitat II Série. Ottawa: International Development Research Centre, 1996.

SPOSITO, M. E. **Cidade Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAMBURINI, M. Twenty years of research on the evaluation of quality of life in medicine. **GLAMM Interactive**. CD-ROOM for Windows. 3ª Ed, 1998.

TOLEDO, A. TOLEDO, C. T. M. **Agricultura urbana – Planaltina**, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.— (Documentos / Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111; 48).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo. Atlas, 1987. ISBN 85-224-0273-6.

VALENTE, F. **O Conceito de trabalho produtivo em questão: panorama crítico sobre sua origem e abandono na história do pensamento econômico**. Monografia de Graduação, IE/UFRJ, 2005.

Van Veenhuizen, R. 2006. **Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. Edited by René van Veenhuizen. RUAF Foundation, IDRC and IIRR, Leusden, The Netherlands.

VAUGHN, S. et al. Focus group interviews in education and psychology. Thousand Oaks, CA: **Sage Publications**, 1996.

VEENHUIZEN, R.; DANSO, G. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture**. Agricultural management, marketing and finance occasional paper 19. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2007.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – suporte para o grupo focal

Caracterização preliminar do grande grupo (associação) e dos grupos relativos a cada horta:

- gênero predominante
- grupos etários
- Situação profissional (trabalho/ocupação/emprego)
- Faz quanto tempo que estão envolvidos com as hortas?

Objetivo específico:

Elaborar um construto significante de “bem viver” que congregue noções identificadas em bibliografia pertinente bem como aquelas apontadas por agricultoras (es) urbanas (os) de Joinville

Questões

- Levando em consideração o contexto em que vive, suas origens, seus anseios, fatores psicológicos, políticos, relações de gênero, coletivismo, etc. Qual (quais) significado tem a prática da agricultura urbana na sua vida?
- Aponte as principais razões/motivações que o levaram a praticar AU?
- Aponte as principais razões/motivações que o levam a continuar nesse processo?
- Quais foram seus objetivos com a participação num projeto de horta comunitária?
- Quais desses objetivos foram atingidos? É possível observar sua concretização? Como? (talvez saia alguma noção mais direcionada para o construto, a partir de uma repetição de objetivos realizados que possam significar o “bem viver”)
- No seu entendimento, o que significa “bem viver”?
- Qual era a sua noção de “bem viver” antes da horta? E como (qual) é agora?
- No seu entendimento, a AU contribui para o bem viver nas cidades? Se sim, como?

Objetivo específico

Levantar os efeitos derivados da prática da AU e relacionados à noção de bem viver a partir da amostra de agricultores urbanos de Joinville.

Questões

- Indique como você se sentia antes de participar da horta comunitária. E agora?

- Como era a rotina (dia a dia) antes de participar da horta comunitária? O que mudou?
- No seu entendimento, que mudanças você pode apontar como derivadas da prática da AU (o que mudou depois que você começou a trabalhar na horta)?
- Como era o ambiente familiar e comunitário antes da horta? Mudou alguma coisa com a horta comunitária?
- Na sua visão, quais benefícios que na prática você observa alcançados com o desenvolvimento da AU (sentimentos materializados)?
 - do ponto de vista pessoal
 - do ponto de vista familiar
 - do ponto de vista comunitário/local

